

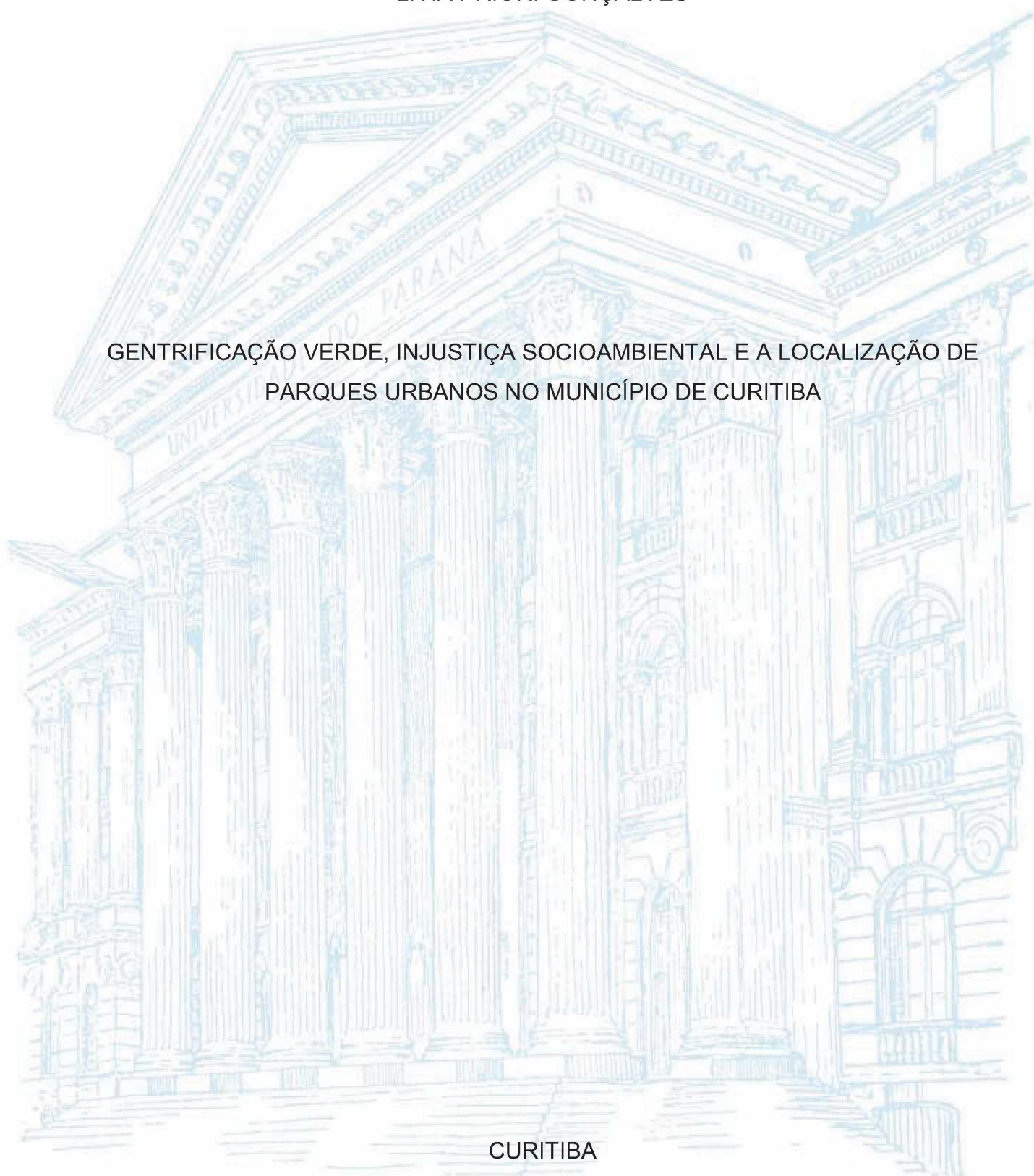
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LIVIA PRIORI GONÇALVES

GENTRIFICAÇÃO VERDE, INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A LOCALIZAÇÃO DE
PARQUES URBANOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

CURITIBA

2018



LIVIA PRIORI GONÇALVES

GENTRIFICAÇÃO VERDE, INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A LOCALIZAÇÃO
DE PARQUES URBANOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, na linha de pesquisa Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina de Araújo Lima
Co-orientadora: Profa. Dra. Rafaela Antunes Fortunato

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR -
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, DOUGLAS ALEX JANKOSKI CRB 9/1167
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

G643g Gonçalves, Livia Priori
Gentrificação verde, injustiça socioambiental e a localização
de parques urbanos no município de Curitiba / Livia Priori
Gonçalves. - Curitiba, 2018.
104 f.: il., tabs.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.
Setor Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de
Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Cristina de Araújo Lima

Coorientadora: Rafaela Antunes Fortunato

1. Gentrificação. 2. Justiça ambiental. 3. Parques urbanos –
Curitiba (PR). I. Lima, Cristina de Araújo. II. Fortunato, Rafaela
Antunes. III. Título. IV. Universidade Federal do Paraná.

CDU 712.253(816.2)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LIVIA PRIORI GONÇALVES** intitulada: **GENTRIFICAÇÃO VERDE, INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A LOCALIZAÇÃO DE PARQUES URBANOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Março de 2018.

CRISTINA DE ARAÚJO LIMA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

RAFAELA ANTUNES FORTUNADO

Co-orientador - Avaliador Externo (UFPR)

CLOVIS ULTRAMARI

Avaliador Interno (UFPR)

HELENA MENDONÇA FARIA

Avaliador Externo (UNIFEI)

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Carmen Lucia Priori Gonçalves e Nelson Gonçalves Filho, por toda a luta em prol da minha educação e felicidade. Às minhas irmãs, Flavia e Ariane pela amizade. A toda minha família, em especial meus avós e madrinha, deixo aqui o meu agradecimento. É uma alegria ter a família tão unida, mesmo com a distância.

Ao meu noivo Fernando, pelos incentivos, carinho e amor. Muito obrigada por todo o apoio para a realização do meu trabalho. Também agradeço aos meus sogros, Rubens e Teresinha pelo acolhimento.

Um agradecimento especial às minhas orientadoras, Profa. Dra. Cristina de Araújo Lima e Profa. Dra. Rafaela Antunes Fortunato pelas palavras incentivadoras e apoio em todos os momentos. E a todos os professores e funcionários do PPGMADE deixo aqui registrada minha gratidão.

A Profa. Dra. Silvana Philippi Camboim, agradeço pelas aulas e todas as dicas sobre geoprocessamento.

Aos funcionários do IPPUC e IBGE pela simpatia e presteza com que me receberam.

E por último meu muito obrigada aos colegas de turma, pelo companheirismo.

“Quem semeia um pensamento colherá um fato; semeia um fato e terá um hábito; semeia um hábito e formará um caráter; semeia um caráter e obterá um destino.”

Henrique José de Souza

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender e analisar o processo de gentrificação verde e seus impactos através da prática interdisciplinar e do diálogo de saberes. Tendo como ponto de partida as origens e expansão do processo de gentrificação no mundo e sua relação com a cidade global, buscou-se explicitar as conexões entre a gentrificação verde, a construção da consciência ambiental e o conceito de justiça socioambiental. Para a aplicação do estudo de caso optou-se por analisar a implantação dos parques Tanguá, das Pedreiras e do bosque Zaninelli, localizados na cidade de Curitiba. Para tanto, o caminho metodológico escolhido foi o da pesquisa qualitativa exploratória e descritiva, seguindo o entendimento no qual a complexidade da realidade impede a aplicação integral de uma única teoria ou método a fim de captá-la satisfatoriamente. Os resultados obtidos com base em análise de fotos e imagens aéreas e de dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, mostraram não haver relações diretas entre a implantação das áreas verdes e a existência de processos de gentrificação verde nos moldes observados em intervenções presentes em outras cidades. E permitem compreender melhor o processo de produção da cidade e trazer contribuições para o aperfeiçoamento das ações derivadas de políticas públicas que objetivam equilibrar a ocupação do território.

Palavras-Chave: Gentrificação Verde. Justiça Socioambiental. Parques Urbanos. Curitiba-Paraná.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of green gentrification and its impacts through interdisciplinary practice and dialogue of knowledge. Taking as its starting point, the origins and expansions of the process of gentrification in the world and its relation with a global city, it was sought to make explicit as connections between a green gentrification, a construction of the environmental conscience and the concept of social-environmental justice. For an application of the study case, it was decided to analyze the creation of the Tanguá, Pedreiras and Zaninelli forest parks, located in the city of Curitiba. To that end, the methodological path chosen was that of exploratory and descriptive qualitative research, following the understanding of demo (2002) in which the complexity of reality prevents an integral application of a single theory or method in order to capture it satisfactorily. The results obtained based on analysis of aerial photos and images and data from census of 1991, 2000 and 2010 show relationships not available in a green area implantation and existence of green gentrification processes in the patterns observed in interventions in other cities. They also allow us to better understand the city's production process and to contribute to the improvement of the actions derived from public policies that aim to balance the occupation of the territory.

Key-Words: Green Gentrification. Social and Environmental Justice. Urban Parks. Curitiba-Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – WEST INDIA (DOCKLANDS) EM LONDRES EM 1900 E 2013.....	29
FIGURA 2 – PONTE ESTAIADA E CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM EDITH...	38
FIGURA 3 – HOTEL PESTANA CARMO – SALVADOR	41
FIGURA 4 – PINTURA DE JULES DE SINETY (1841) ILUSTRANDO O PORTO DO RIO DE JANEIRO E O MOSTEIRO DE SÃO BENTO NO MORRO DE MESMO NOME	42
FIGURA 5 – MUSEU DO AMANHÃ VISTO DO MIRANTE DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO.....	43
FIGURA 6 – BAÍA DA GUANABARA E PONTE RIO-NITEROI AO FUNDO VISTA DA FORTALEZA DA CONCEIÇÃO.....	43
FIGURA 7 – ÁREA DE INTERESSE URBANÍSTICO (AEIU) DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	44
FIGURA 8 – ORLA CONDE ANTES E DEPOIS	44
FIGURA 9 – REMOÇÕES E PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO	45
FIGURA 10 – ARMAZÉM EM FRENTE A BROOKLYN BRIDGE PARK EM 1930 E EM 2016	55
FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES ESTUDADOS	65
FIGURA 12 – BAIRROS COM MAIOR NÚMERO DE DOMICÍLIO DESDE 1980	69
FIGURA 13 – LOCALIZAÇÃO PARQUE TANGUÁ	74
FIGURA 14 – LOCALIZAÇÃO PARQUE DAS PEDREIRAS E BOSQUE ZANINELLI.....	76
FIGURA 15 – FOTO AÉREA PARQUE TANGUÁ 1980	78
FIGURA 16 – ORTOFOTO PARQUE TANGUÁ 1999.....	78
FIGURA 17 – IMAGEM AÉREA PARQUE TANGUÁ 2010.....	79
FIGURA 18 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE TANGUÁ 1991.....	80
FIGURA 19 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE TANGUÁ 2000.....	80
FIGURA 20 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE TANGUÁ 2010.....	81
FIGURA 21 – FOTO AÉREA PARQUE DAS PEDREIRAS 1980.....	83
FIGURA 22 – ORTOFOTO PARQUE DAS PEDREIRAS 1999.....	84
FIGURA 23 – IMAGEM AÉREA PARQUE DAS PEDREIRAS 2010	84
FIGURA 24 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE DAS PEDREIRAS 1991	85

FIGURA 25 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE DAS PEDREIRAS 2000	86
FIGURA 26 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE DAS PEDREIRAS 2010.....	86
FIGURA 27 – FOTO AÉREA DO BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 1980	88
FIGURA 28 – ORTOFOTO BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 1999	89
FIGURA 29 – IMAGEM AÉREA BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 2010	89
FIGURA 30 – SETORES CENSITÁRIOS BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE)	90
FIGURA 31 – SETORES CENSITÁRIOS BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 2000..	91
FIGURA 32 – SETORES CENSITÁRIOS BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 2010	91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RANKING CONNECTED SMART CITIES RESULTADO 2017	70
TABELA 2 – DADOS PARA OS SETORES CENSITÁRIOS DO PARQUE TANGUÁ	82
TABELA 3 – DADOS PARA OS SETORES CENSITÁRIOS DO PARQUE DAS PEDREIRAS	87
TABELA 4 – DADOS PARA OS SETORES CENSITÁRIOS DO BOSQUE ZANINELLI	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	144
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	144
1.2 OBJETIVOS	188
1.2.1 Objetivo Geral	188
1.2.2 Objetivos Específicos	188
1.3 MÉTODO.....	18
2 A GENTRIFICAÇÃO E SEUS ANTECEDENTES.....	21
2.1 A GENTRIFICAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS CIDADES GLOBAIS	267
2.2 REFERÊNCIAS CLÁSSICAS DE GENTRIFICAÇÃO NO MUNDO.....	288
2.2.1 Características da gentrificação segundo Neil Smith	322
2.3 A EXPANSÃO DO FENÔMENO	333
2.4 GENTRIFICAÇÃO NO BRASIL.....	344
2.4.1 Dona Teodora – Porto Alegre: das malocas ao shopping	355
2.4.2 Água Espraiada e o novo centro econômico de São Paulo.....	367
2.4.3 Revitalização do Pelourinho ao Carmo - Salvador	389
2.4.4 O Porto Maravilha – Rio de Janeiro	42
2.5 CASOS BRASILEIROS E CARACTERÍSTICAS PROPOSTAS POR SMITH ...	477
3 DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E A GENTRIFICAÇÃO VERDE.....	50
3.1 A NOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	588
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	62
4.1 RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL	64
4.2 INDICADORES DE GENTRIFICAÇÃO	655
4.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	666
5 A GENTRIFICAÇÃO EM CURITIBA	667

5.1 CURITIBA E SEUS PARQUES	71
5.2 PARQUES ESTUDADOS.....	74
6 ANÁLISE E RESULTADOS.....	777
6.1 PARQUE TANGUÁ	777
6.2 PARQUE DAS PEDREIRAS	83
6.3 BOSQUE ZANINELLI	898
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFÊRENCIAS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o fenômeno da gentrificação, tradicionalmente caracterizado pela transformação de áreas centrais vazias ou ocupadas pela classe trabalhadora, em áreas residenciais destinadas a classe média ou uso comercial, vem sendo amplamente estudado em grandes centros localizados nos países do hemisfério norte, tanto por geógrafos, quanto por economistas, antropólogos, cientistas políticos e sociólogos. Mais recentemente, a partir da inclusão de metrópoles localizadas na América Latina no rol das cidades globais, passou-se a observar indícios do processo também nessas regiões, o que paulatinamente tem levado ao aumento do interesse dos pesquisadores locais no tema.

Já com a busca por respostas à crise ecológica global ocorre a incorporação nas políticas públicas locais e projetos de intervenção, de um discurso de sustentabilidade que muitas vezes desvincula o aspecto social dos aspectos econômico e ambiental, fazendo surgir o desdobramento da gentrificação tradicionalmente conhecida. A nova categoria inserida no processo de produção da cidade, que tende a surgir a partir da criação de amenidades ambientais atrativas para residentes de classes mais alta, conhecida como gentrificação verde ou ambiental, partindo-se de uma análise crítica e interdisciplinar permite a correlação com outros temas como justiça socioambiental e a relação entre meio ambiente e desenvolvimento apontada desde a década de 1970 e fomentada por fóruns internacionais ocorridos nos anos de 1990.

Com estas considerações, e entendendo que no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), discute-se o processo urbano como um item do desenvolvimento que envolve o meio ambiente no seu sentido mais amplo, é possível perceber a pertinência de estudos que trazem a temática da gentrificação verde em seu contexto.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Consolidando-se como local de maior concentração de pessoas e atividades econômicas, as cidades passaram a manifestar as mais importantes questões ambientais, transformando-se conforme MENDONÇA (2014) na expressão máxima

da sociedade do século XX. Diante deste quadro surge a gentrificação verde como resultado da busca pelo status de cidades globais, utilizando-se para tanto instrumentos a fim de fomentar competitividade entre centros urbanos.

Esta realidade segundo Fortunato (2012) é percebida no contexto metropolitano curitibano durante os anos 1990, período em que se percebe a minimização de problemas socioambientais nos discursos, o que teria ocasionado a ampliação do impacto dos problemas urbanos e socioambientais criando um ambiente de intensa vulnerabilidade social e ambiental.

A expansão do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial atraiu, de acordo com Acselrad (2009) enormes quantidades de capital, trabalho, energia e consumo de recursos naturais para espaços geográficos relativamente limitados, o que levou a um crescimento explosivo das grandes metrópoles, principalmente aquelas localizadas em países menos desenvolvidos. Deste cenário, emergem segundo Vieira (2007) os problemas de uso dos recursos naturais, de suprimento energético, de meio ambiente, de controle demográfico e de desenvolvimento que só poderão ser corretamente percebidos quando examinados em suas relações mútuas, o que implica um quadro conceitual unificado de planejamento.

Para atingir esta efetiva unidade, Acselrad (2009) defende que o planejamento urbano deve ser entendido como um sistema complexo inter, multi e transdisciplinar, partindo de uma abordagem colaborativa. Sendo desta forma, transformado em instrumento de democratização do processo de administração e expansão das cidades. Assim, mais que um documento, com um plano ou projeto finalizado do espaço urbano, a definição de metas, objetivos e instrumentos deveria ser o ponto inicial de uma aliança política, para estabelecer as linhas de intervenção e os papéis dos diferentes atores sociais.

A complexidade de todo este processo afirma Vieira (2007), está presente em certa medida, na relação entre planejamento socioeconômico e espacial, e na gestão ambiental, ambos abrangendo um vasto espectro de problemas que vão desde a escolha de um local específico para instalar uma determinada fábrica, até a redistribuição de indústrias em escala mundial, passando pela busca de um equilíbrio entre as cidades e o campo, tanto em termos de população como de atividade econômica.

O documento da Conferência ONU-HABITAT 2016 enfatiza o direcionamento socioambiental reafirmando a Agenda 21, aprovada no âmbito da Rio92, e destaca que tendo ultrapassado mundialmente o número de moradores do campo há alguns anos, com previsões de a população urbana mundial praticamente duplicar até 2050, a urbanização pode ser considerada hoje uma das tendências mais transformadoras do século XXI. De acordo com os dados apresentados pela Conferência Habitat III, as cidades hoje ocupam apenas 2% do território mundial porém, nelas está concentrado o consumo de mais de 60% da energia mundial e ocorrem 70% do desperdício e emissão de gases de efeito estufa produzidos no mundo, com destaque para o dióxido de carbono.

Ainda segundo a Declaração de Quito (2016), o processo cada vez maior de concentração das populações nas cidades, traz significantes problemas de sustentabilidade em suas várias dimensões, principalmente no que diz respeito à moradia, infraestrutura, serviços básicos, saúde, empregos decentes, segurança e recursos naturais. E Bidou-Zacariasen (2006) acrescenta que as cidades, principalmente aquelas localizadas em países desenvolvidos, muitos que até agora estavam no coração da economia mundial, após décadas de desconcentração e suburbanização, tornaram-se objetos de reinvestimentos e múltiplas dinâmicas, tanto de parte dos atores políticos e econômicos, como dos atores sociais, levando muitas vezes a processos de gentrificação. Nesse sentido Bidou-Zacariasen (2006) declara ser necessário discutir a gentrificação de forma pluridisciplinar, ampliando as análises para contextos pouco abordados como é o caso dos países latinos.

Sob o ponto de vista da justiça ambiental e em menção ao “Memorando Summers¹”, Acseirad (2010) afirma que no quadro político-institucional brasileiro os grandes capitais punem com falta de investimentos os espaços mais organizados e premia com seus recursos os espaços menos organizados. Em outras palavras, as grandes empresas optam por se instalar em locais onde conseguem obter vantagens fiscais e ambientais, premiando com seus recursos Estados e municípios onde é menor o nível de organização da sociedade, o que vai ao encontro da chamada

¹ Memorando escrito em 1991, pelo executivo do Banco Mundial Lawrence Summers, e divulgado pela *The Economist*. O documento defendia a migração de indústrias poluentes para países menos desenvolvidos.

chantagem locacional. Essa lógica se dá pela posição dominante de um Estado e empresariado que criam sua própria noção de sustentabilidade, sem considerar os diversos atores sociais, numa posição diferente daquela defendida por Acseirad (2010), na qual a sustentabilidade socioambiental é um objetivo a ser alcançado pela atuação conjunta da sociedade, poder público e iniciativa privada.

Entra assim na discussão, a capacidade política da população em influenciar o Estado em, por exemplo, rejeitar a construção de fábricas e outros empreendimentos perigosos que causem risco à comunidade local, bem como a expansão de uma elaboração discursiva e prática dos movimentos sociais. Nesse sentido Porto, Rocha e Finamore (2014) entendem existir um permanente jogo de disputas entre argumentos que visam se livrar das possíveis responsabilidades frente às ameaças à vida das populações atingidas. Compreensão esta que se alinha com o conceito de campos de poder que segundo Bourdieu (1997) são constituídos por agentes e instituições em uma relação de forças que se opõem e se agregam.

Steinberger (2001) ressalva que, mesmo um tanto vaga, a Constituição Federal Brasileira pode ser considerada um marco no que diz respeito ao meio ambiente urbano, pois traz a inclusão da função social da propriedade e a possibilidade do cidadão fiscalizar bens ambientais, históricos e culturais. Com a promulgação em 2001 do Estatuto da Cidade, foi regulamentado o capítulo sobre política urbana da Constituição de 1988, fornecendo segundo o Ministério do Meio Ambiente (2014) as bases para a reforma legal, a mudança institucional e a mobilização social em torno das questões urbanas, implicando a instituição do plano diretor municipal de elaboração democrática e uma melhor compreensão do direito à cidade.

A concretização do direito à cidade, conforme Bueno e Cymbalista (2007) está diretamente relacionada ao fortalecimento da estrutura pública, responsável pelos direitos individuais, coletivos e difusos. Sendo determinante para tanto, segundo a autora, o planejamento e gestão local, sem desconsiderar os aspectos regionais e setoriais, uma vez que a economia política no território, assim como questões sociais e ambientais muitas vezes não seguem as fronteiras definidas pelas jurisdições administrativas e normativas.

Tendo por base os elementos até aqui apresentados, é possível perceber a importância de estudos interdisciplinares que envolvam conceitos como cidade

sustentável, justiça socioambiental e gentrificação verde. E que se busquem respostas para questões como: Seriam as áreas verdes objeto de gentrificação em espaços urbanos? Como e por quais camadas da população ocorre a apropriação dos espaços no entorno dos parques urbanos?

1.2 OBJETIVOS

Na busca de respostas a estas questões, foram elaborados para esta proposta de investigação os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender e analisar por um viés interdisciplinar o processo de gentrificação verde relacionado à apropriação do entorno dos parques urbanos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- compreender, através da ótica interdisciplinar, os conceitos de gentrificação e gentrificação verde.
- Analisar comparativamente evidências de gentrificação e gentrificação verde em grandes cidades brasileiras destacando as semelhanças entre elas.
- Verificar a ocorrência de gentrificação verde após a implantação dos Parques Tanguá, das Pedreiras e do Bosque Zaninelli localizados em Curitiba, aplicando categorias de análise (ver método).

1.3 MÉTODO

Busca-se com este trabalho, a prática interdisciplinar da construção de conhecimento através do diálogo de saberes, conforme Beling (2015). Tendo para tanto, como ponto inicial da pesquisa, a leitura de trabalhos que tratam das origens e expansão do processo de gentrificação e apresentam categorias e características

relevantes para o estudo do processo, como no caso de Neil Smith ou uma perspectiva de análise tendo como foco a cidade global Bidou-Zachariasen (2006) e uma visão crítica sobre o tema trazida por Lees Slater e Wyly (2008)

No capítulo seguinte, percebeu-se que não são evidentes as especificidades da gentrificação verde a partir de estudos Gould e Lewis (2017), relacionando-as à construção do conceito de sustentabilidade desde a década de 1960, às mudanças na agenda urbana com a criação da ONU-HABITAT e ao conceito de injustiça socioambiental tendo como base principal para este último Acselrad et al (2008) e Acselrad (2009).

Em seguida, trazendo o foco para o Brasil, foi feito o levantamento de possíveis casos de gentrificação e gentrificação verde nas cidades de Porto Alegre com Furtado (2014); São Paulo com Nobre (2009), Martins (2011) e Siqueira (2014); Salvador com Nobre (2003) e Ribeiro (2014) e Rio de Janeiro com Silva (2016) e Moraes (2017).

Já no estudo de caso focado na cidade de Curitiba, Ultramari e Duarte (2007) e Silva (2012) trouxeram contribuições importantes sobre a construção dessa metrópole, Mendonça (2002), Floriani et al (2011) e Crestani (2015) complementaram com uma visão crítica a respeito da construção da imagem de capital ecológica e Andrade (2001) ofereceu conteúdo histórico relevante para compreender o processo de criação dos parques na cidade.

No que diz respeito ao método utilizado, seguiu-se o entendimento de Demo (2002) no qual a complexidade da realidade impede a aplicação integral de uma única teoria ou método a fim de captá-la satisfatoriamente. Compreende-se com isso que as ferramentas da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, sendo esta última entendida, segundo Morin (s/d), como pontes que unem ilhotas isoladas de conhecimento, terão maior relevância no estudo da problemática ambiental, a partir de uma reforma do pensamento encabeçada pelo pensamento complexo sistêmico. Tal pensamento além de embasar a construção do novo paradigma científico, trará por consequência, novos subsídios para políticas de desenvolvimento, visando servir como base para a resolução de conflitos socioambientais.

Seguindo esta lógica o presente estudo parte da prerrogativa interdisciplinar a qual relaciona as disciplinas na construção de uma problemática a ser investigada,

e considera o responsável por carregar a característica da interdisciplinaridade é a construção do problema e não o método.

Nesse sentido, Floriani et al (2011) também entendem que a cidade como produto da construção social sobre a natureza preexistente demanda uma abordagem socioambiental multi, inter e transdisciplinar, ao contrário da forma fragmentada que vem sendo historicamente estudada. Assim, segundo Floriani et al (2011), no intuito de ter o ambiente urbano e seus problemas socioambientais como objeto de estudo, a linha de pesquisa Urbanização, cidade e ambiente urbano do PPGMADE buscou novas perspectivas conceituais e também criar concepções e metodologias de pesquisa interdisciplinar que promovessem o desenvolvimento do tratamento integrado da natureza e da sociedade na cidade. Para tanto foi apresentado no ano de 2016 o tema “Conflitos e (in)justiça socioambiental, resistências, estratégias e alternativas de desenvolvimento”.

2 A GENTRIFICAÇÃO E SEUS ANTECEDENTES

Antes de a gentrificação atingir um patamar de produção de paisagens a serem consumidas pelas classes média e alta, que levou a um novo ramo da gentrificação, conhecida como gentrificação verde, foi a partir de estudos da urbanização londrina que a socióloga urbana Ruth Glass cunhou, em 1964, o termo gentrificação. Este seria usado para descrever o processo de povoamento de antigos bairros desvalorizados do centro de Londres pela classe média, contrariando conforme Bidou-Zachariase (2006) e Lees, Slater e Wyly (2008) o modelo comum na época de ocupação dos subúrbios.

Assim, o termo gentrificação teria origem na palavra inglesa *gentry* ou elite, portanto *gentrification* significaria *gentry-fication* ou elitização. Nesse sentido, gentrificação segundo Marcuse (1986) apud Gould e Lewis (2017) seria um problema de equidade social, por expulsar os moradores de baixa renda em favor dos migrantes de classes mais altas. E Lees, Slater e Wyly (2008), complementam dizendo que tradicionalmente, gentrificação é a transformação de áreas centrais vazias das cidades ou ocupadas por operários, em áreas residenciais destinadas a classe média ou a uso comercial.

Sobre o emprego do termo Bidou-Zachariasen (2006), afirma que enquanto alguns autores o utilizam para descrever um fenômeno limitado a um determinado período e lugar, com a aplicação de poucas variáveis de análise. Outros como Smith (2006) e Hamnett (1991) o consideram um processo mais abrangente, conectado com processos mais amplos, implicando em mudanças físicas, econômicas, sociais e culturais. Sob esta perspectiva Lees, Slater e Wyly (2008) consideram que apesar de o fenômeno ser identificado na década de 1960, havia algumas ocorrências anteriores afins com este processo, como por exemplo, o Plano Haussmann na região central de Paris, no século XIX.

Já nos EUA, com a criação do Plano Marshall (1947-1951), que objetivava a recuperação dos países aliados na Segunda Guerra Mundial, foi aquecida a economia do país e houve a disseminação internacional do padrão de desenvolvimento capitalista. No entanto, Smith (2007) ressalva que o crescimento da indústria foi bastante assimétrico. Tendo em conta a escala urbana do país, este autor entende que a maior parte da expansão da capacidade industrial durante o *boom* do pós-guerra

não se instalou nas áreas mais centrais das cidades, mas sim em áreas suburbanas e periféricas. O resultado disto teria sido um período de desinvestimento sistemático nos centros urbanos apesar do aumento na produção industrial global. Assim de acordo com Smith (1996), muitas cidades começaram a experimentar a gentrificação de bairros centrais, sendo os primeiros sinais desse processo visíveis principalmente em Londres e Nova York durante a década de 1950.

Com isso, para Smith (2006) o surgimento da gentrificação propriamente dita pode ser atribuído às cidades pós-guerra do mundo capitalista avançado. Isto tanto pela extensão como pela natureza sistêmica da reconstrução e reabilitação dos centros urbanos a partir da década de 1950. Sobre o modelo americano instituído nessa época, Harvey (2005) esclarece que:

A suburbanização dos EUA não foi uma simples questão de nova infraestrutura. Como no Segundo Império em Paris, ela acarretou uma transformação radical dos estilos de vida, trazendo novos produtos domésticos [...], assim como dois carros na garagem e um enorme aumento do consumo de petróleo. Ela também alterou o panorama político, como a casa própria subsidiada para a classe média, que mudou o foco de ação da comunidade para a defesa da propriedade e das identidades individualizadas, canalizando o voto do subúrbio para o conservadorismo republicano (Harvey, 2005, pag. 77).

Com isso, segundo Harvey (2005), o endividamento dos proprietários evitava o início de greves, mantendo certa estabilidade social, mesmo que isso trouxesse como consequência a debilidade da parte central das cidades, gerando insegurança urbana entre aqueles a quem era negado o acesso à nova prosperidade, principalmente os afro-americanos.

Corroborando com o exposto, Mendes (2015) defende que o padrão de desenvolvimento capitalista através da dialética entre capital (econômico) e território (espacial), influenciou a forma de organização da cidade, levando a processos de gentrificação. O autor sugere que isso ocorre devido ao fato de a cidade ser hoje um espaço organizado para o capital, em função de ciclos de valorização e desvalorização constantes. Assim, Mendes (2015) argumenta que muitas vezes as incongruências percebidas no espaço construído são resultado dos caminhos adotados para converter o capital financeiro no elemento mediador entre o processo de urbanização e as necessidades ditadas pela dinâmica capitalista. E conclui que:

Também na gentrificação como processo de (re)desenvolvimento urbano, o capital imobiliário procura uma estratégia para se expandir, não só para dar resposta às necessidades de realização e descobrir novas frentes urbanas de mercado, mas também para satisfazer as exigências das fases seguintes do ciclo de acumulação. Portanto, no nosso mapa, as fronteiras da gentrificação colam-se às fronteiras da expansão/reestruturação capitalista, gerando uma capitalização e mercantilização de todos os objetos espaciais no ambiente urbano. (Mendes, 2015, pag 209)

Ainda sobre as relações entre a urbanização e o capitalismo Harvey (2005) defende que:

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (Harvey, 2005, pag. 74).

Já em 1961, Janes Jacobs, citada por Harvey (2005) como uma das influências da década de 1960, ao construir sua tese a respeito da autodestruição da diversidade urbana na obra *Morte e Vida das Grandes Cidades*, mesmo não tratando diretamente do tema, faz críticas a situações relacionadas ao processo de gentrificação. A autora afirma que essa autodestruição da diversidade presente em pequenos nichos de vitalidade, em bairros ou em distritos inteiros, se dá por uma combinação de usos que tornam um local atraente e próspero. O que leva a uma concorrência acirrada por espaço que adquire uma dimensão econômica equivalente à de uma coqueluche. E complementa:

Sejam quais forem, o uso ou os usos que se destacaram como mais lucrativos na localidade se reproduzirão cada vez mais, expulsando e suplantando os tipos de uso menos lucrativos. Se uma quantidade muito grande de pessoas, atraídas pela facilidade e por interesse ou encantadas com o vigor e a empolgação, decidir morar ou trabalhar no local, mais uma vez os vencedores da concorrência constituirão uma pequena parcela do conjunto de usuários. Já que muitos querem ter acesso ao local, aqueles que conseguem fazê-lo ou permanecem, vão se estratificar segundo as despesas. [...] Assim, nesse processo, um ou alguns usos dominantes por fim vencem. Mas é uma vitória vazia. Esse processo destrói um organismo mais complexo e mais efetivo de sustentação econômica e social mútua (JACOBS, 2014, pag. 167).

No final dos anos 1960, em um ambiente de grandes manifestações pelo mundo, entre elas as dos movimentos antiguerra, antirracismo e feminista nos Estados Unidos, as manifestações estudantis em Paris, de busca da democracia em Praga e de contestação do modelo de governo recém-implantado no Brasil, Harvey (2005) afirma que o planejamento urbano viveu sua própria busca por transformações:

Por volta do fim dos anos 60, um tipo diferente de crise começou a se desenrolar. Tanto Moses, como Haussmann, perderam a graça, e suas soluções passaram a ser vistas como inadequadas e inaceitáveis. Os tradicionalistas reuniram-se em torno de Jane Jacobs e buscaram conter o modernismo brutal dos projetos de Moses com uma vizinhança esteticamente localizada. Mas os subúrbios tinham sido construídos e a mudança radical no estilo de vida que isto indicava, teve muitas consequências sociais [...]. Se a haussmannização influiu na dinâmica da Comuna de Paris, a vida suburbana desalmada também desempenhou um papel decisivo nos eventos dramáticos de 1968 nos EUA (Harvey, 2005, pag. 78).

Harvey (2005) acrescenta ainda que a campanha em Paris contra as “torres gigantes”, que trariam destruição à tradicional vizinhança, estimulou as grandes manifestações da revolta de 1968. Com isso, para Smith (1996) a gentrificação não só se tornou uma experiência generalizada, mas também sistematicamente integrada aos processos urbanos e globais mais amplos, o que a diferenciaria das experiências iniciais e mais discretas de “reabilitação local” observadas por Ruth Glass no início dessa década.

A partir do estudo de casos de gentrificação na cidade de Nova York, Smith (2006) infere que não se trataria mais de uma anomalia local do mercado imobiliário passando a fazer parte de uma ampla reformulação econômica, social e política do espaço urbano. A gentrificação compreenderia, nesse entendimento três dimensões, sendo elas as práticas sociais, relacionadas a iniciativas espontâneas dos chamados pioneiros que escolhem áreas decadentes para aos poucos mudar a imagem ou funcionalidade do local; os comportamentos econômicos e as políticas públicas. Com isso, segundo Smith (2006) a gentrificação aparece como um fenômeno de conquista integrada do espaço urbano, na qual o componente residencial não pode ser dissociado das transformações relacionadas ao emprego, lazer e consumo.

Van Weesep (1994) apud Lees, Slater e Wyly (2008) parece corroborar com este entendimento ao afirmar que a gentrificação está profundamente enraizada nas dinâmicas sociais e econômicas. Sendo seus efeitos determinados por um conjunto de fatores tais como, as características físicas e sociais do local em questão, o posicionamento dos atores, as funções dominantes da cidade, a natureza da

reestruturação econômica e as políticas públicas locais. Nesse sentido Silva (2006) argumenta existir autores que consideram a gentrificação inevitável em grandes cidades onde os centros antigos permanecem esquecidos pelas classes mais abastadas permitindo com isso o surgimento de atividades mais populares.

Porém, para Arantes (2002) a utilização de termos como revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, seriam eufemismos a fim de encobrir o real objetivo destas iniciativas de reconquista pelas camadas afluentes da sociedade. Dessa forma, a autora considera a gentrificação como uma resposta da “máquina urbana de crescimento” ao processo de desindustrialização e desinvestimento, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho e a “presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado”. Há de se ponderar, no entanto, como forma de inibir a ocorrência da gentrificação após implantação de grandes projetos, a utilização de alguns instrumentos, como a obrigatoriedade de construção de unidades sociais, mesmo reconhecendo-se que isoladamente não se consolidam como solução inequívoca para a questão.

Com isso, Smith (2006) argumenta que apesar de a linguagem do renascimento urbano não ser nova, entre a década de 1970 e o início dos anos 2000 surgiu um novo urbanismo, no qual a gentrificação se apresenta de forma central. Smith (1996) entende que a renovação urbana financiada pelo Estado no pós-guerra, encorajou a gentrificação no mercado privado, enquanto a gentrificação vivenciada hoje, bem como o crescimento da privatização dos terrenos centrais e do mercado de habitação desde os anos 1980, fomentou o surgimento de uma nova proposta de renascimento urbano.

Enquanto na Londres descrita por Ruth Glass o ator central da gentrificação era formado pelos novos moradores de classe média e alta, Smith (2006) entende que hoje os agentes gentrificadores estão representados pelo Estado e empresas, podendo constituir-se ainda a partir de parcerias público-privadas. Mendoza (2016) concorda parcialmente com este entendimento, pois considera como principais agentes nos processos de gentrificação atuais os novos proprietários, o mercado imobiliário e o Estado. Sendo este último responsável por viabilizar a reestruturação urbana executada pelo mercado imobiliário, ao mesmo tempo em que promove políticas de integração social fomentando a ocupação de áreas centrais e pericentrais das cidades.

De forma complementar Bidou-Zachariase (2006) enfatiza que o processo não se restringe a revitalização, é sobre tudo definido pela mudança funcional e pela transformação sociológica de antigos bairros industriais ou operários. E Silva (2006) afirma não se tratar mais apenas de revitalizações de patrimônio, passando a serem propostas complexas articuladas com projetos de transformação das funções, do uso e do valor do solo.

Analizando o impacto da crise do petróleo de 1973 nas cidades dos EUA, Smith (2007) indica que em períodos de crise, como o observado no início dos anos 1970, há uma íntima relação entre a reestruturação econômica que se propõe e a reestruturação do espaço. Para isso, o autor cita a reestruturação urbana surgida nos anos 60 e que se consolidou nos EUA nos anos 70, na qual em termos econômicos, o Estado “revelou ao capital privado a possibilidade de reestruturação em larga escala das áreas centrais, pavimentando o caminho para investimentos futuros”, absorvendo com isso os riscos iniciais associados à gentrificação, caso ocorrido com a *Society Hill* na Philadelphia.

Sobre as experiências americanas em meados da década de 1980, Lees, Slater e Wyly (2008) relatam que no final dos anos 1979 o governo norte americano sugeria que os centros urbanos estavam destinados à morte e para evita-la, era necessária uma política que atraísse investimento privado acreditando-se que com isso haveria demanda por serviços, criação de empregos e crescimento econômico local. Assim áreas como Seaport em Nova Iorque e Faneuil Hall em Boston foram remodeladas. Ainda segundo os autores, a partir de 2007 houve a retomada desta narrativa do passado, não só pelos Estados Unidos, mas por diversos países surgindo um discurso neoliberal global de regeneração e renascimento.

Porém, segundo Pierri (2005), enquanto isso ocorre no hemisfério Norte, nos países do hemisfério Sul, a diminuição da atividade industrial com consequente sucateamento e desemprego, por um lado leva à menor pressão sobre os recursos naturais. E por outro, traz um crescimento expressivo do desemprego e da pobreza, estimulando tanto a natalidade quanto a mortalidade, as migrações internacionais, bem como o movimento do campo para as cidades.

2.1 A GENTRIFICAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS CIDADES GLOBAIS

No contexto das cidades globais, Bidou-Zacariasen (2006) entende que os gentrificadores são vistos como atores à serviço da economia mundial e não correspondem aos muito ricos ou às burguesias tradicionais. E Silva (2006), complementa que o fenômeno da gentrificação se dá pela influência da oferta estratégica (produção) criada pelos produtores de espaço, governantes e setor privado, tornando o centro atrativo para moradia, consumo e lazer da população de maior renda. E da demanda (consumo) surgida do interesse de *yuppies* e famílias jovens com maior escolaridade, ambos os grupos, formadores de uma nova classe média não mais encantada com os conjuntos e loteamentos fechados.

Essa crítica ao modelo vigente corrobora com a categorização feita por Mendes (2015), de dois grupos teóricos sobre gentrificação. O primeiro deles, encabeçado por trabalhos de Neil Smith e David Harvey escritos nos anos 1970 e 1980, defende que este processo deriva majoritariamente dos fatores associados à oferta (teorias da produção), dando ênfase ao capital e aos agentes institucionais no processo de reestruturação do espaço urbano. Enquanto o segundo, com trabalhos de Chris Hamnnett, David Ley e Tim Butler dá primazia à procura (teorias do consumo), entendendo que a gentrificação procede de mudanças demográficas e sociais, bem como de estilo de vida de setores da classe média e de valores e padrões de consumo a ele associados. Segundo Mendes (2015) no cenário mundial da década de 1990 estas linhas de pensamento, quando trabalhadas isoladamente, perdem coerência no esforço de explicar a gentrificação e dar resposta ao problema epistemológico apresentado por ela nos estudos urbanos, se fazendo necessário utilizar referências cruzadas entre ambas.

Outra proposta, porém, ainda não confirmada pelos testes empíricos, ressalva Bidou-Zacariasen (2006), seria que a cidade global leva a marginalização da classe operária, cujo consumo havia alavancado a economia no pós-guerra, a qual seria substituída por uma nova classe de pequenos empregados do setor de serviços, que corresponde às necessidades da nova economia.

Dessa forma, em paralelo a explicação de Neil Smith, que se baseia no peso econômico e no *rent gap*, Beauregard (1986) e Bidou-Zacariasen (2006) apresentam outra interpretação, que considera o fenômeno como uma estratégia de atores. Com isso para Beauregard (1986) a gentrificação é definida pela presença de

gentrificadores², sendo estes a chave do processo, colocando de acordo com Bidou-Zacariasen (2006) a aproximação física entre os atores e os serviços da nova economia mundial como ponto central das cidades globais. Isso exigiria permanente contato e minimização de distâncias entre trabalho, educação, saúde, cultura, enfim, entre as diversas sequências da vida cotidiana.

No outro extremo Smith (1996), se contrapõem a este entendimento ao abordar as novas propostas de regeneração para a Europa em meados do século XXI, entendendo que a questão espacial é tida como secundária mesmo no Manifesto Britânico da Regeneração Urbana de 1999, aparentemente atento às consequências ambientais de uma expansão urbana contínua.

Godoy (2000) contribui para esta discussão, considerando que por um lado a internacionalização da economia e a aceleração do ritmo dos processos econômicos derrubam barreiras espaciais e formam um mercado mundial. Por outro lado, a autora cita a implantação de novas tecnologias é voltada a determinadas camadas de renda englobando determinados territórios. E ainda segundo esta autora, a globalização é conduzida pelos grandes bancos e corporações transnacionais, tem-se como consequências a fragmentação do território nacional e a exclusão de populações, acentuando-se as desigualdades. A partir dessa visão, Godoy (2000) considera a cidade global um resultado do desenvolvimento desigual dos países, diferenciando-os e ocorrendo a polarização inter e intra-regional.

2.2 REFERÊNCIAS CLÁSSICAS DE GENTRIFICAÇÃO NO MUNDO

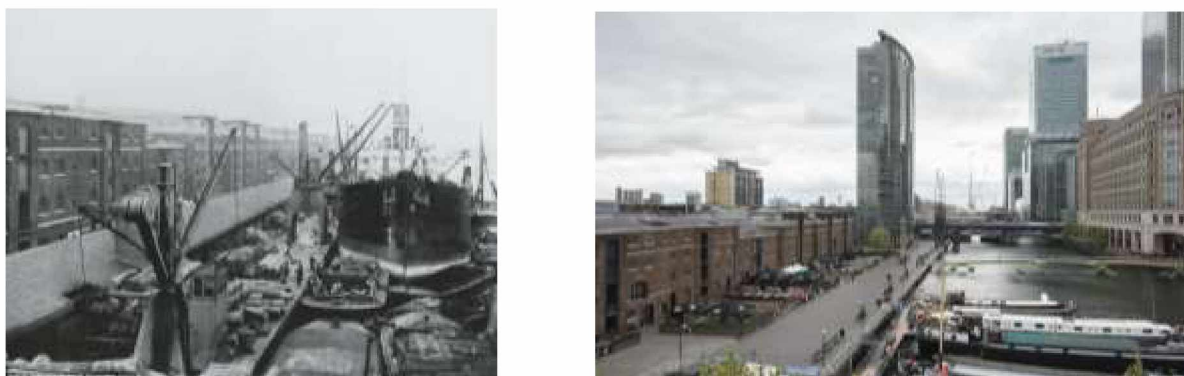
Entre as situações mais recorrentes e consideradas clássicas na literatura a respeito de gentrificação, Arantes (2002) e Lees, Slater e Wyly (2008) destacam o exemplo de Londres e de algumas cidades da costa leste dos Estados Unidos entre 1950 e 1960, que chamaram atenção da mídia, governos, ativistas e profissionais de diversas áreas bem como do mundo acadêmico.

No caso do Bairro do SoHo em Nova Iorque, o processo teve início na década de 1970, com o incentivo à reciclagem dos lofts pela comunidade local de artistas. Na capital inglesa destaca-se o exemplo de Docklands/City, a partir do *London Docklands*

² Conforme conceito de Smith, 2007, citado à p. 22.

Strategic Plan de 1976, com o intuito de construir habitações para pessoas de baixa renda, numa região central que se achava desativada e degradada. O resultado segundo Arantes (2002) foi especulação imobiliária desenfreada, com os preços dos terrenos valorizados em até 2.000%, seguida de uma baixa vertiginosa tornando-se hoje uma área com centro empresarial, sede das grandes corporações, de boa parte da mídia, e de altos serviços e habitações de altíssimo padrão.

FIGURA 1 – WEST INDIA (DOCKLANDS) EM LONDRES EM 1900 E 2013



FONTE: Dailymail (2013)

Em seus estudos sobre a gentrificação em cidades francesas, Bidou-Zachariasen (2016) relata que a partir dos anos de 1980, iniciou-se uma série de políticas urbanas que previam a revitalização progressiva e não mais a destruição do tecido urbano original para a construção de novas edificações modernas. Ressalta, porém, que esta mudança de atitude por parte do poder público foi influenciada pelos mesmos atores sociais agentes da gentrificação. Com o passar do tempo, contemporâneo ao surgimento do “marketing urbano” começou a acontecer segundo a pesquisadora, a mercantilização desses processos por parte do poder público e do grande capital. Nesse período, a autora acrescenta que com a competição entre as cidades, os prefeitos passaram a ter visibilidade internacional, vide o caso de Barcelona e Curitiba. Bidou-Zachariasen (2016) esclarece que com isso os gestores públicos passaram a se interessar pela recuperação de elementos urbanos valorizados pelas classes médias e altas.

Nesse sentido Sanchez (2001) constata que a mercantilização das cidades mostra a importância cada vez maior do capitalismo na produção global do espaço social. A autora indica ainda que como estratégia para a reprodução do capitalismo, a cidade-mercadoria, através dos governos locais, alinha-se aos processos de

reestruturação urbana e de construção de imagem a fim de vendê-la e inseri-la no mercado. Sendo com isso, criados imagens-síntese e discursos sobre a cidade, por meio de instrumentos de difusão e afirmação.

Seguindo essa lógica, sem citar o termo gentrificação, Harvey (2002) lembra a criação da *Baltimore City Fair*, após o assassinato de Martin Luther King em 1968, pela iniciativa de políticos e empresários influentes que objetivavam criar um símbolo que transmitisse a ideia de comunidade e celebrasse a diversidade étnica da cidade, além de combater o medo e o não uso das áreas centrais da cidade. Mas para Harvey (2002), com os anos a feira passou a ter um caráter puramente comercial, culminando com a construção de *Harbor Place*, que segundo o autor trouxe impactos negativos sobre a pobreza, a falta de habitação, a assistência médica e oportunidades de educação.

Ao classificar a gentrificação em Nova Iorque em três ondas (1ª onda – anos 1950 a 1970, 2ª onda – fim dos anos 1970 a 1989 e 3ª onda – desde 1994 aos dias atuais), Smith (2006) relata que na 1ª onda a gentrificação ocorria de forma esporádica, representada pela migração das classes média e alta em direção ao periurbano, ainda sem a participação de instituições financeiras e implementação de Programas por parte do Estado.

Já a partir dos anos 1980, Smith (2006) esclarece que os bancos alinhados com o poder público ofereciam vantagens aos promotores imobiliários para construções em terrenos públicos, desde que mantivessem cotas de locação social. Estas construções segundo Smith (1996) concentravam-se em bairros distantes do centro, enquanto que os empreendimentos de luxo eram situados nos bairros centrais que passavam pelo processo de gentrificação. Nesse período para Smith (1996) a gentrificação se tornou a expressão e o estímulo à globalização econômica e cultural. Começaria com isso, segundo o autor, a se desenhar um quadro de gentrificação estratégica que se tornaria em seguida “a nova fronteira da gentrificação”, geralmente camuflada por eufemismos como a regeneração que se constituiria na verdade como políticas voltadas para a reconquista do espaço por classes de maior renda.

Sobre isso Smith (1996) cita Jane Jacobs, quem segundo o autor, considerava o forte dinamismo e a diversidade nas grandes cidades como fatores essenciais da regeneração, enquanto as políticas de renovação urbana desenvolvidas nos bairros de classes trabalhadoras destruíam o quadro de trocas sociais tradicionais. Arantes

(2002) corrobora com esta visão explicando a gentrificação estratégica como revanche contra populações vulneráveis, numa menção à expressão "cidade revanchista", descrita por Neil Smith, ou como uma intensa retomada da gentrificação após as falências dos anos 1980, em resposta à deterioração urbana ocasionada por desregulações e cortes em programas sociais.

No entanto, não há consenso a esse respeito. Bidou-Zachariasen (2016), por exemplo, discorda do entendimento no qual o processo de gentrificação é tido como uma estratégia econômica do grande capital e os promotores imobiliários os principais agentes desse processo, e defende que a gentrificação ocorre devido à ação de indivíduos que desejam outro modo de vida, ou seja, as pessoas ao escolherem, por exemplo, morar no centro da cidade, lá impõem seu modo de vida, transformando aqueles espaços.

Seguindo a última etapa da proposta de Smith (2006), no final da década de 1980 a recessão que se deu com o *crash* da Bolsa em 1987 (*Black Monday*), teria freado a gentrificação mostrando, conforme o autor, uma inter-relação entre o processo e o mercado imobiliário, e indicando a possibilidade de surgimento de um novo fenômeno, a desgentrificação. Porém, com a retomada da gentrificação agora também em bairros mais afastados (Brooklyn, Queens e Nova Jersey) a indicação de uma desgentrificação se mostraria efêmera. Nesta 3ª onda, Smith (2006) entende que a gentrificação produz paisagens que podem ser consumidas pelas classes média e alta. E cita brevemente a inclusão de parques no processo, dando indícios de uma gentrificação verde ou ambiental. Assim, para Smith (2006):

Mais que edifícios reabilitados e apartamentos reformados, a gentrificação abrange cada vez mais os novos restaurantes e as vias comerciais do centro, os parques em frente ao rio e os cinemas, as torres dos edifícios das marcas famosas, os museus das grandes fundações, os locais turísticos de todo tipo, os complexos culturais, em resumo todo um leque de grandes operações na passagem das áreas centrais (SMITH, 2006, pag 72).

Apesar de apresentar com detalhes as três etapas da gentrificação em Nova Iorque, e considerar válido o estudo do caso da cidade, Smith (2006) ressalva que é um erro pensar Nova Iorque como um modelo paradigmático a ser transportado para outras regiões. E enfatiza que o fenômeno exprime as particularidades do espaço urbano de sua ocorrência. No entanto, acredita que a partir deste exemplo é possível

entender a generalização da gentrificação através de quatro características interligadas.

2.2.1 Características da gentrificação segundo Neil Smith

A primeira característica apontada por Smith (2006) seria a mudança do papel do Estado, que passaria a estabelecer novas formas de parceria com o capital privado. Assim as políticas urbanas deixariam de ser o guia para o crescimento econômico e passariam sim a se enquadrar nas regras do mercado.

A globalização do capital seria a segunda característica, e tomaria visibilidade na participação de capital internacional em projetos residenciais, e principalmente em grandes projetos de centros urbanos. A terceira característica segundo Smith (2006), seria as lutas contra a gentrificação que teriam desencadeado para o autor à cidade revanchista e à técnica de “tolerância zero” que teria sido importada de Nova Iorque para Berlim e São Paulo.

Por último Smith (2006) coloca a ampliação do perímetro de ocorrência da gentrificação para além das áreas centrais como quarta característica. Nesse sentido Smith (2006) entende que o modelo de difusão é bastante diversificado podendo ser influenciado pela arquitetura, presença de parques e água. Mas principalmente, se adapta a modelos históricos de investimento e desinvestimento, o que faz com que a gentrificação em cidades com extensão espacial mais recente seja limitada.

Com isso Lees, Slater e Wyly (2008) destacam que a gentrificação hoje não está mais vinculada apenas às regiões centrais das cidades, sendo considerada a vanguarda do urbanismo neoliberal e associada ao processo de globalização. Para reforçar este entendimento Lees, Slater e Wyly (2008) citam Florida (2003), argumentando que as cidades e regiões não conseguem mais manter a competitividade econômica pela atração de grandes companhias ou megaprojetos, como centros esportivos, que passavam determinada imagem a cidade a fim de “atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendimentismo urbano intensificados” (HARVEY, 2002, pag. 92). Dessa forma, passa a ser mais vantajoso, como argumenta Hamnett (1991), criar políticas que atinjam um subgrupo da classe média chamada de classe criativa, formada por jovens, professores, cientistas, artistas, empresários entre outros.

Segundo os autores além do crescimento dramático dos processos de gentrificação, a dicotomia rural-urbano se quebrou e áreas periféricas e rurais passam a experimentar também processos de gentrificação. Apresenta-se com isso o desdobramento do processo em diversos tipos tais quais a gentrificação rural e a super-gentrificação. O que torna necessário de acordo com Lees, Slater e Wyly (2008) estudos sobre várias questões a respeito das transformações de classe, desalojamento/realojamento da classe trabalhadora, experiências de injustiça, poder e resistência e de como a gentrificação oferece risco às cidades para todos.

2.3 A EXPANSÃO DO FENÔMENO

Smith (2006) e Pereira (2017) alegam que o processo de gentrificação evoluiu rapidamente em importância e diversidade, assim uma realidade inicialmente identificada nas grandes cidades do capitalismo avançado como Londres e Nova Iorque, tem agora se tornado mundial. Ocorrendo não só em grandes centros, como também em pequenas cidades comerciais e antigas cidades industriais, não se limitando a casos europeus e norte-americanos, tornando-se assim experiências diferentes e desiguais inseridas em um contexto cultural e econômico local se conectando de maneira complexa com as economias nacionais e globais.

Consequentemente, na América Latina o fenômeno também é bastante presente, não sendo possível, porém, aplicar de forma literal conforme Silva (2006) o modelo de ocorrência no hemisfério Norte. Nesse sentido, Pereira (2017) aponta a necessidade de investigar as evidências de processos de gentrificação que surgem fora do mundo anglo-saxão. A autora destaca o fato de que em contextos estranhos ao do surgimento do fenômeno, como no caso da América Latina, a gentrificação adota especificidades locais, absorvendo discursos, práticas e estruturas administrativas, políticas e sociais já existentes. Bidou-Zacariasen (2006) acrescenta que além das diferenças históricas entre as funções dos centros e periferias das cidades da Europa e as cidades latinas, estas últimas foram menos marcadas pelo modelo residencial da suburbanização, além de serem os centros das cidades sul-americanas durante séculos locais de residência das classes privilegiadas.

No entanto, Silva (2006) entende que a semelhança entre os discursos e propostas de transformação dos centros poderia ser relevante no estudo comparativo

das diferentes localidades. Nessa perspectiva, do mesmo modo que ocorre nas cidades europeias e norte-americanas vem crescendo o número de cidades brasileiras com propostas de intervenção para recuperar qualidades ou funções de seus centros antigos ou ainda trazer novas qualidades se valendo do discurso da sustentabilidade.

Para Silva (2006) os governantes brasileiros começam a enxergar as áreas centrais como locais de oportunidade, assim as requalificações incluem recuperação de patrimônio, atração de novos moradores e atividades, melhorias ambientais e até mesmo limpeza social, o repovoamento (inclusive como contraponto a expansão urbana) e mais atualmente projetos de revitalização das orlas fluviais e marítimas, como é o caso do porto maravilha no Rio de Janeiro. A pesquisadora destaca, contudo que pelas revitalizações dos centros brasileiros ocorrerem de forma tardia, pode haver uma vantagem para evitar certos erros cometidos em outros países. Nesse sentido em muitos casos são previstas a permanência e a promoção de moradias sociais, no entanto, por falta de instrumentos urbanísticos e linhas de financiamento não atendem a escala necessária.

Entretanto, segundo Bidou-Zacariasen (2006) é possível encontrar tanto no caso europeu como sul-americano, projetos que constroem ou programam a gentrificação e passam a impressão de se tratar de um urbanismo que vai ao encontro do modelo de cidade contemporânea. Nesse contexto, serão apresentados a seguir alguns casos analisados em pesquisas recentes as quais discutem evidências de processos de gentrificação em cidades brasileiras.

2.4 GENTRIFICAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, no que diz respeito ao planejamento urbano, Villaça (1999) afirma que o discurso que desde a década de 1950 pregava a necessidade de integração entre os objetivos dos planos urbanos, nos anos de 1960 passou se concentrar na figura do plano diretor, recebendo assim o nome de planejamento urbano ou planejamento local integrado. O que não indicou necessariamente segundo o autor a efetiva integração almejada, permanecendo em muitos casos apenas como discurso.

A partir da década de 1970, conforme esclarece Silva (2012), houve mudanças na planta industrial brasileira, assim a estrutura característica da década

de 1960, na qual bens de consumo tradicionais eram produzidos em todo território nacional, enquanto indústrias dinâmicas, com mais tecnologia e capital per capita, permaneciam concentradas especialmente em São Paulo, foi sofrendo mudanças. Com isso segundo Silva (2012) houve a desconcentração das atividades industriais, que tinha como objetivo, a acumulação intensiva do capital através da ampliação e unificação do mercado interno.

Segundo Ultramari e Firkowski (2012) também nesse período, as prefeituras brasileiras passaram a ter como foco o provimento de infraestruturas e serviços urbanos, utilizando para tanto, mesmo que não atingindo os objetivos pré-definidos, repasses financeiros tanto do governo federal, quanto de agências internacionais de financiamento, as quais segundo os pesquisadores além de realizar repasses financeiros operam impondo práticas que persistem no tempo.

2.4.1 Dona Teodora – Porto Alegre: das malocas ao shopping

Ao analisar o processo de gentrificação na área de invasão conhecida como “Dona Teodora” na periferia de Porto Alegre, Furtado (2014) relata não se tratar de um caso como o de Vancouver, por exemplo, no qual uma nova ética do capital de uma nova classe média veio a transformar a área central da cidade, pressionando os trabalhadores de baixa qualificação para a periferia. Trata-se, segundo Furtado (2014) de um processo marcado pelo papel central do Estado e do setor terciário mostrando assim ter peculiaridades próprias. Furtado (2014) entende com isso, que o processo de gentrificação em “Dona Teodora” não resulta da mudança nas preferências de consumo por habitação de setores da classe média, mas sim da necessidade de reorganização do espaço para atender as necessidades dos setores de serviço, comércio atacadista e varejista, e alguns setores da indústria.

Isso se deu segundo Furtado (2014) devido ao deslocamento de grande parte das indústrias localizadas no centro de Porto Alegre para o subúrbio, devido a densificação e aumento dos preços do solo a partir da década de 1940, o que cedeu espaço para a expansão do setor terciário na região central. Na periferia a ocupação não se deu de forma homogênea. Enquanto as indústrias ocupavam áreas altas, seus trabalhadores se instalavam em áreas próximas, mas sujeitas a alagamentos. Junto à

construção de um dique como proteção a enchentes em 1969, veio também nova infraestrutura o que atraiu as indústrias para as áreas baixas.

Já os investimentos em moradia para a classe média em “Dona Teodora”, conforme Furtado (2014) tiveram suas primeiras tentativas nos anos de 1980, porém, frustradas pela presença de favelas (malocas). Em 1979 com parte da região passando a ser designada como de uso predominantemente industrial pelo 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, portanto incompatível com o uso residencial, transformou-se durante muitos anos foco de iniciativas para desocupação das áreas ocupadas irregularmente (e valorizadas).

Assim Furtado (2014) esclarece que a classe média só se estabeleceu efetivamente em “Dona Teodora” vinte anos mais tarde, após a consolidação da área como uma zona de comércio e serviços. Em meados da década de 1990 o primeiro shopping foi construído e em 2001 concluía-se a última etapa de um condomínio para famílias com renda superior a 10 salários mínimos com um sucesso nas vendas. Em 2003, três condomínios horizontais para famílias com renda de 15 ou mais salários mínimos já estavam implantados.

Para Furtado (2014) “Dona Teodora” representa um exemplo de gentrificação surgido com o auxílio de políticas públicas e o apoio do empresariado através de associações, enquanto a classe média sem poder político ou organização para demandar transformações habitacionais para a área permaneceu como espectadora. Nesse sentido, Furtado (2014) argumenta que este caso de gentrificação se relaciona às desigualdades e mobilidade sociais, determinando novas formas de vida, bem como ao processo de produção e consumo e às consequentes transformações produzidas no espaço e em seus valores de uso.

2.4.2 Água Espraiada e o novo centro econômico de São Paulo

Em São Paulo, segundo Nobre (2009) o movimento de transferência da moradia, do comércio e dos serviços de mais alta renda para a região sudeste da capital paulista e consequente abandono do centro pela elite iniciado nas décadas de 1950 e 1960, se intensificou nos anos de 1970. Isso se deu conforme Martins (2011) com o impulso do crescimento demográfico e pela lógica radio concêntrica tendo o

automóvel como meio de transporte padrão, bem como um sistema de transporte coletivo sobre pneus, o que reforçou o centro como ponto de passagem, congestionando-o de veículos e de pedestres. Martins (2011) afirma ainda que a construção do Metrô potencializou o centro como local de entroncamento de transportes, aumentando consideravelmente o fluxo de pessoas na região, consolidando-o como local de comércio e serviços mais populares. Com isso teve início a proposição de projetos objetivando a requalificação da região central da cidade, bem como a criação de novas centralidades na cidade.

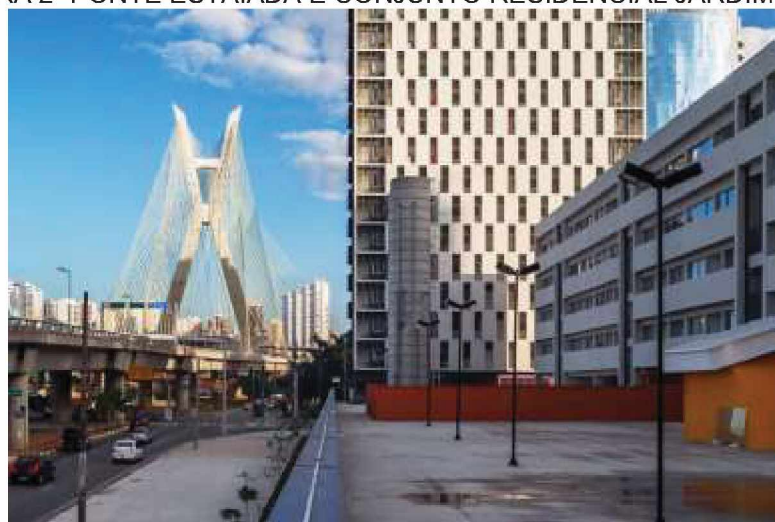
Diante disso, Siqueira (2014) entende que o instrumento urbanístico da cidade expõe com clareza as dimensões fundamentais da gentrificação, através de seus elementos básicos de funcionamento, ou seja, a identificação e delimitação de uma área que necessitaria de investimentos públicos e privados (produção do espaço gentrificável); a definição de usos e usuários a serem incentivados e estímulo à valorização imobiliária (elitização socioeconômica e possibilidade de expulsão de grupos vulneráveis), e o direcionamento de recursos público e privados através da mudança de parâmetros urbanísticos (transformação da paisagem construída). Seguindo esta fórmula, para Siqueira (2014) na capital paulistana, as iniciativas tidas como de maior sucesso no que diz respeito as transformação urbanística, são as localizadas nas proximidades do novo centro de negócios da cidade e as primeiras a utilizar leilões de CEPACS (Certificados de Potencial Adicional de Construção), com destaque para a Operação Urbana Faria Lima e a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada.

Na Operação Água Espraiada é ilustrativa segundo Siqueira (2014) a apelação de associações de moradores da região ao Ministério Público do Estado ao identificarem intervenções no projeto que iam contra o zoneamento residencial indicado para o perímetro. O que levou a um Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela prefeitura, que previa o impedimento da transposição da Avenida Água Espraiada sem aprovação das associações, obrigava a tomada de medidas que impedissem o tráfego gerado pela operação urbana nos bairros e mantinha as áreas verdes e os usos exclusivamente residenciais nas quadras dos bairros incluídos no perímetro do projeto.

Houve também a judicialização em resposta as remoções de população de baixa renda, em especial no caso da comunidade Jardim Edith, área designada como

Zona Especial de Interesse Social 1 (Zeis1), após o estabelecimento do projeto urbanístico. Processo considerado conturbado de acordo com Siqueira (2014), dada à proximidade do novo polo de negócios e de projetos icônicos como a Ponte Estaiada Octavio Frias de Oliveira. Apesar de estar previsto no instrumento da operação o atendimento de qualquer parcela da população removida dentro do perímetro do projeto, Siqueira (2014) alerta que as remoções e demolições eram continuas, sendo apresentada como alternativa do citado atendimento um valor monetário (cheque-despejo) ou a possibilidade de compra de uma unidade em conjunto habitacional localizado na periferia da cidade. Em 2008, após ação judicial, ocorreu a construção de unidades no próprio local porém, ressalva Siqueira (2014) em número reduzido para demanda local.

FIGURA 2- PONTE ESTAIADA E CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM EDITH



FONTE: FOLHA UOL (2013)

2.4.3 Revitalização do Pelourinho ao Carmo - Salvador

No que diz respeito à cidade de Salvador, as características topográficas da primeira capital brasileira definiram sua urbanização em Cidade Alta, local do centro administrativo e burocracia colonial, e Cidade Baixa, núcleo comercial e popular ao longo da orla. Assim, segundo Nobre (2003), o Pelourinho tornou-se entre os séculos XVI e XVIII o centro da aristocracia colonial, com ricos edifícios residenciais, religiosos e militares. Com a mudança da capital para o Rio de Janeiro em 1763, veio o declínio

da região, intensificado a partir do século XIX, conforme Nobre (2003) pela especulação imobiliária em outras áreas e obras públicas marcadas pelo urbanismo moderno.

No início do século XX, Nobre (2003) entende que a modernização do porto levou a um novo desenho da Cidade Baixa, no qual as obras viárias facilitaram a ocupação do norte da baía pelas classes mais baixas, enquanto a construção da Avenida 7 de Setembro na Cidade Alta, ligando o Centro aos distritos de Vitória e da Barra, criou o eixo de expansão das classes altas em direção à orla sul. Em 1940, Nobre (2003) explica que o plano diretor da cidade definiu que as densidades urbanas diminuíssem do centro para a periferia seguindo um modelo radio-concêntrico de expansão, apesar de nunca ter sido executado em sua totalidade, principalmente no que diz respeito às diretrizes de uso e ocupação do solo. Já na década de 1970, o Governo do Estado decide transferir a função político-administrativa para um novo Centro Administrativo da Bahia nas proximidades do aeroporto internacional, com isso a administração do estado deixa o Pelourinho, consolidando o processo de deterioração. Dez anos mais tarde a deterioração do local e das suas construções era bastante acentuada.

Após ser considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1985, e acrescenta Nobre (2003), por pressão de grupos intelectuais, a Prefeitura promoveu a reabilitação do Centro Histórico colocando em prática o projeto desenvolvido pela arquiteta Lina Bó Bardi. Para Nobre (2003) a característica de maior importância nos projetos da época é a preocupação em manter a diversidade de atividades e usos, na tentativa de evitar a expulsão dos grupos de menor renda. Porém, o pesquisador entende que após as intervenções do Estado iniciadas em 1991, e que visavam a melhoria da infraestrutura, os rumos do processo de renovação do Pelourinho mudou completamente.

De acordo com Nobre (2003) os proprietários dos edifícios recuperados pelo Estado tinham como opções de contrapartida aos trabalhos realizados a venda, desapropriação, transferência do usufruto para o Estado (5 a 10 anos) ou troca da propriedade por imóvel fora do Centro Histórico. Com o término das obras em 1999, dos 1.350 imóveis (casas, igrejas, monumentos e museus) restaurados o Estado detinha a posse de 432 edifícios e o usufruto de 133, e atividades e usos relacionados ao turismo bem como ao entretenimento passaram a marcar a ocupação do

Pelourinho. Nesse período algumas igrejas e fortes foram convertidos em museus, como é o caso do Convento de Santa Tereza (Museu de Arte Sacra), do Forte de São João da Barra (Museu Naval).

Nobre (2003) acredita que apesar do impacto causado pelas intervenções do Estado no Pelourinho no que diz respeito à apropriação e uso do espaço urbano, a experiência no Pelourinho até o final do século XX não pode ser interpretada como um caso consolidado de gentrificação. O autor argumenta que de acordo com os dados do IBGE a população com renda de até 5 salários mínimos ainda representava a maioria apesar de uma queda de 90% para 80% entre 1991 a 2000, enquanto os de renda acima de 10 salários mínimos tiveram aumento 2% para 6%. Mesmo assim segundo Nobre (2003), os números não indicam uma substituição significativa, apesar de ocorrer a “expulsão” da população de baixa renda.

Por outro lado, Ribeiro (2014) entende que o programa de Recuperação do Pelourinho, iniciado em 1991, e que tinha como objetivo a promoção do turismo, foi um marco no que diz respeito à substituição populacional na área, marcando o início da gentrificação. Assim, segundo o pesquisador, o processo em Salvador teria semelhanças com os critérios elaborados por Neil Smith aqui já abordados, como a participação do Estado e do setor privado, mas traz características próprias como a presença de estrangeiros como gentrificadores. Ribeiro (2014) esclarece que sem o interesse da população mais rica da capital em habitar o centro, os maiores compradores de casas na área eram naturais de outros estados e países.

Assim Ribeiro (2014) indica como ponto de origem do processo a região sul do centro histórico tendo início na década de 1990. Porém, com a chegada de estrangeiros, Ribeiro (2014) entende que a especulação se transfere para a direção Norte, mais precisamente para o bairro do Carmo pela proximidade do Pelourinho e a vista privilegiada para a Baía de Todos os Santos. Segundo Ribeiro (2014) esta valorização do Carmo se intensificou com a instalação do Hotel do Carmo pertencente ao grupo Pestana, marcando a ação do grande capital e do fim do que o autor entende se tratar de uma gentrificação esporádica, nos moldes da definida por Smith. A especulação seguindo em direção ao Norte teria chegado ao bairro do Santo Antônio, além do Carmo, que já em 2007 se destacava pela quantidade de empreendimentos comerciais voltados ao turismo.



FONTE: <https://viagem.uol.com.br>

Ribeiro (2014) entende que diferente do modelo experimentado pela região do Pelourinho (expulsão da população e instalação de equipamentos e instituições estatais, ONG's etc.), no Carmo, o esvaziamento dos imóveis ocorreu devido aos altos preços. E em Santo Antônio num primeiro momento houve uma mescla entre a população mais antiga e os novos moradores, seguida pelo aumento do número de pousadas e pela forte especulação com o preço das propriedades aumentando em até 20 vezes, no final segundo Ribeiro (2014) a redução da população mais antiga era palpável. Paralelamente havia a ação do Estado com a reforma de equipamentos públicos e outras obras de valorização do bairro. Com relação a esse período Ribeiro (2014) estabelece um paralelo entre os casos do Centro Histórico de Salvador e a cidade de Barcelona, isso devido às ações, tanto do poder público quanto do setor privado, estarem fortemente voltadas para o fomento do turismo, tendo por decorrência a expulsão dos moradores mais pobres.

2.4.4 O Porto Maravilha – Rio de Janeiro

Entre os projetos de revitalização visando os megaeventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, destaca-se o que se deu em torno da região portuária. Olhando para a história, Silva (2016) afirma que no século XVII, quando a ocupação da cidade se dava, num quadrilátero tendo como vértices os morros do Castelo, São

Bento, Santo Antônio e Conceição, começou a se desenvolver as atividades portuárias da cidade no sopé do morro do Castelo. No século seguinte, o Rio de Janeiro já tinha o maior porto do Brasil devido a sua importante posição como intermediário no tráfico de escravos e mercadorias entre a costa africana, Lisboa e a região de Minas Gerais. Com a chegada de D. João, a abertura dos portos, em 1808, e a expansão da cafeicultura, esse crescimento acelerou-se. Num salto para o novo milênio, o porto do Rio se tornou o terceiro maior do país.

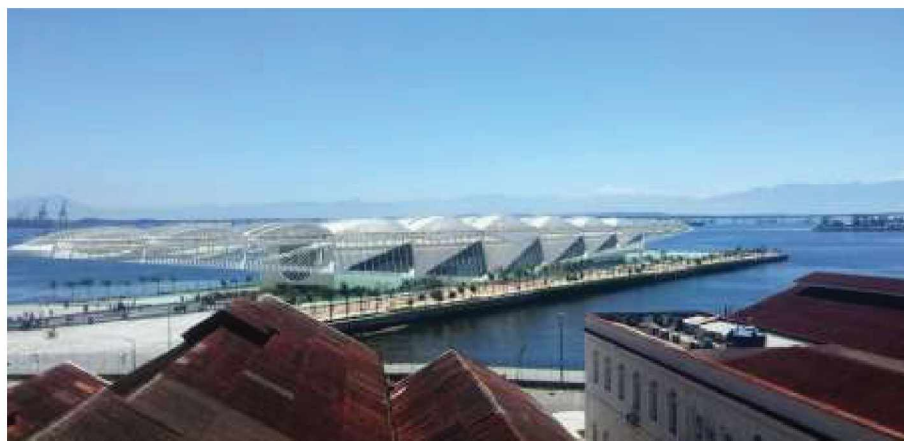
FIGURA 4 - PINTURA DE JULES DE SINETY (1841) ILUSTRANDO O PORTO DO RIO DE JANEIRO E O MOSTEIRO DE SÃO BENTO NO MORRO DE MESMO NOME



FONTE: CAU BARATA (2009)

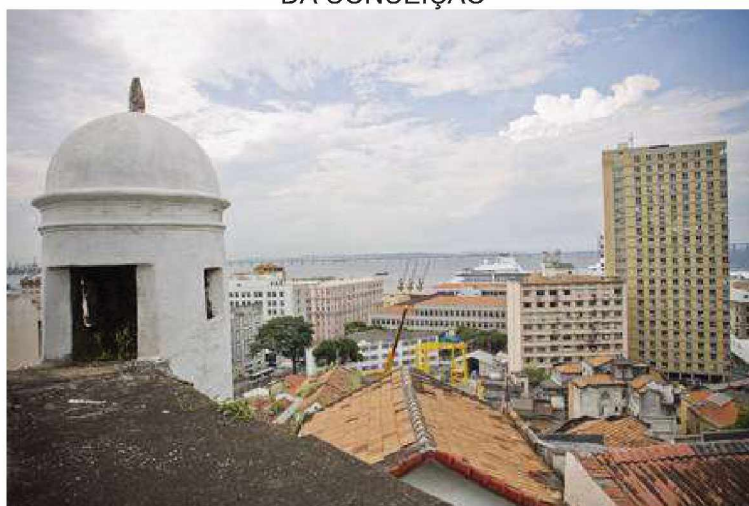
Esta área de alto valor histórico, incluindo o marco da ocupação inicial do Rio de Janeiro pelos portugueses, reunia nos últimos anos segundo Silva (2016), armazéns, casarões e ruas em estado precário de conservação, e uma população de aproximadamente 22 mil habitantes. Silva (2016) defende que o interesse repentino na revitalização da zona portuária, após décadas de negligência inclusive na prestação de serviços básicos, pode ter se originado no recente aumento das visitas de cariocas e turistas aos morros locais, devido aos seus valores hedônico e histórico-cultural.

FIGURA 5 - MUSEU DO AMANHÃ VISTO DO MIRANTE DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO



FONTE: BLOG LONGE E PERTO (2016)

FIGURA 6 – BAÍA DA GUANABARA E PONTE RIO-NITEROI AO FUNDO VISTA DA FORTALEZA DA CONCEIÇÃO



FONTE: GUITO MORETO/ AGÊNCIA O GLOBO (2016)

Nesse cenário foi anunciado o projeto Porto Maravilha, como parte do pacote de obras de infraestrutura visando a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. De acordo com Silva (2016) o projeto que abrangeu 5 milhões de metros quadrados, englobou a reurbanização de vias, criação de museus (Museu de Arte do Rio de Janeiro-MAR, na Praça Mauá e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá), instalação de rede de água e esgoto, ciclovias, plantio de árvores, e implantação de serviços de limpeza além da demolição do Elevado da Perimetral realizada entre novembro de 2013 e dezembro de 2014.

FIGURA 7 – ÁREA DE INTERESSE URBANÍSTICO (AEIU) DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO



FONTE: CDURP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (S/D)

FIGURA 8 – ORLA CONDE ANTES E DEPOIS



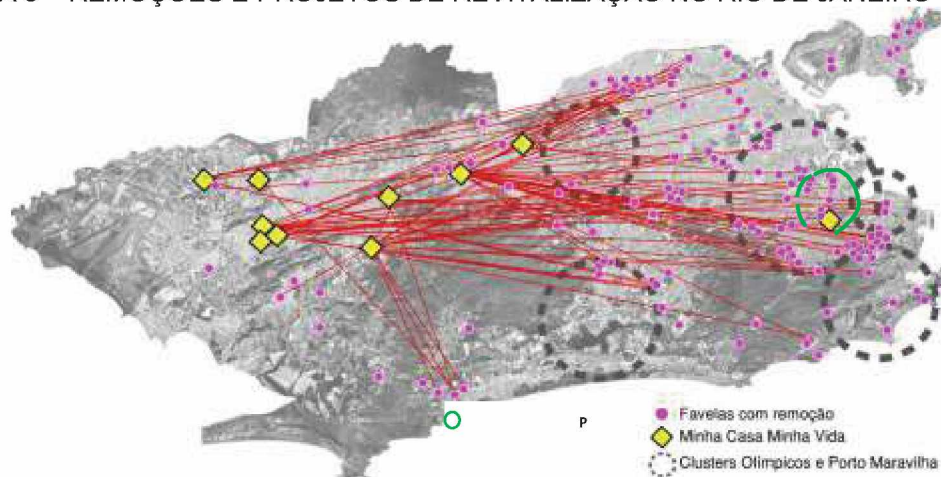
FONTE: CDURP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (S/D)

Em 2009 foi criada a Operação Urbana Consorciada (OUC) da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro responsável pela gerência do projeto que prevê além das obras já citadas, a construção de edifícios de até 40 pavimentos, porém, não menciona o destino das pessoas removidas.

Conforme Silva (2016) a previsão é de que 100 mil pessoas passem a ocupar a região, o que é visto pela pesquisadora como um aspecto positivo da intervenção.

Porém, Silva (2016) alerta para a falta de clareza no atendimento das diversas faixas de renda pelo projeto. Na prática, a pesquisadora entende que o Porto Maravilha transformou a região portuária em um bairro privado, com serviços diferenciados em relação ao restante da cidade, com manutenção própria, sendo um exemplo disso a privatização do serviço de coleta de lixo, diferenciado do restante da cidade cuja responsabilidade é da COMLURB (empresa de limpeza pública municipal).

FIGURA 9 – REMOÇÕES E PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO



FONTE: Adaptado de FAULHABER e AZEVEDO (2015)

Assim como ocorreu em São Paulo no caso apresentado por Siqueira (2014) a possibilidade de uso de CEPACS foi anunciada pelo poder público, o que para Silva (2016) criou mais interesse pelo capital do mercado imobiliário devido à expectativa de valorização imobiliária. Isso porque o anúncio feito foi de que os interessados pelas áreas a serem vendidas poderiam usufruir de benefícios extras com a aquisição de CEPACS, assim seria possível o aumento do gabarito na região do Porto para até 50 andares de construção em espaços comerciais.

Dessa forma, Silva (2016) argumenta que alguns aspectos entre os quais o menosprezo à diversidade social; a concessão da conservação pública para a iniciativa privada (Consórcio Porto Novo) e a falta de participação social indicam o caminho para a gentrificação da região, não havendo, entretanto, estudos com levantamento de dados que comprovem o processo até o momento.

Outro exemplo de tendência a gentrificação na capital fluminense, discutido desde 2014. Porém, sem clara evidência científica é o do morro do Vidigal. Nesta segunda experiência, com um viés de gentrificação ambiental mais acentuado, destacam-se segundo Moraes (2017) o caso do Parque Ecológico e da trilha do Morro Dois Irmãos.

A trilha do Morro Dois Irmão, que segundo Moraes (2017) não está situada dentro de uma Unidade de Conservação nem tão pouco se trata de um projeto de Ecoturismo organizado pelos moradores, situa-se nas proximidades da Favela do Vidigal, e após a instalação da UPP em 2012 teve conforme alerta Moraes (2017) um aumento significativo na visitação espontânea de brasileiros e estrangeiros, apesar de não ser sinalizada, não contar com guias para o trajeto, e estar inadequada ao número de visitantes recebidos.

Moraes (2017) relata que na visão dos moradores do Vidigal, a visita à trilha não dialoga com a história ou moradores da favela, ficando a comunidade apenas como local de passagem dos veículos que levam os turistas até o início da trilha. Além disso, a popularidade da atração poderia estar impactando segundo a pesquisadora, nas dinâmicas econômica e demográfica. Com relação ao aspecto da habitação, de acordo com Moraes (2017), Associação de Moradores afirma que cerca de 30% dos antigos moradores deixaram o Vidigal:

Para lideranças comunitárias, essa elevada circulação foi acompanhada pelo aumento de preços na favela, venda de casas, saída de antigos moradores e entrada de novos moradores; dentre eles, uma classe média que, muitos acreditam, “não podia mais arcar com os preços do asfalto” e também sofre com o aumento de preços muito noticiado no contexto dos megaeventos na cidade. Entre os “novos moradores”, encontramos estrangeiros e empresários que abriram novos negócios na favela, como albergues, bares e restaurantes, cujo público e seus trabalhadores não inseriam os antigos moradores. (MORAES, 2017, pag.181)

Para tratar das transformações na favela e a ameaça da gentrificação, lideranças comunitárias organizaram a série de debates Fala Vidigal antes da Copa do Mundo de 2014. Moraes (2017) relata que durante os debates, pesquisadores e moradores usavam os termos gentrificação e “remoção branca” como sinônimos para uma silenciosa remoção da favela, por perceberem a substituição de antigos moradores por novos de classe média ou estrangeiros. Em contraponto Moraes (2017) esclarece que muitas vezes havia manifestações de posições contrárias a este

entendimento com afirmações de que esta dinâmica de entrada de novos moradores e saída de antigos ocorre desde os anos 1970 e 1980, não se tratando de um fato atual e crescente.

Por fim, após acompanhar as reuniões e vivenciar a realidade na Favela do Vidigal, Moraes (2017) entende que para determinar a ocorrência efetiva de um processo de gentrificação, seria necessário um estudo de longo prazo, abarcando um período aproximado de 10 anos conforme mencionado na literatura. Se junta a isso o fato de nos últimos três anos, favelas pacificadas voltarem a sofrer com o aumento significativo da violência, havendo ainda conforme Moraes (2017) uma perspectiva de fim das UPPs após a saída da “cúpula de segurança”, depois dos Jogos Olímpicos de 2016 e intensificação da crise política e econômica que passa o Estado do Rio de Janeiro.

Ante este fato, a pesquisadora considera o uso do termo “remoção branca” como mais indicado para a situação, por entender se tratar de:

[...]uma remoção silenciosa, que se dá pelo capital financeiro e pela especulação, que valoriza as casas e provoca a venda destas por um preço maior do que custaram nos últimos anos; mas ainda assim, mais barato do que qualquer casa em bairros valorizados da Zona Sul, o que impossibilita a compra de uma nova casa nas imediações (MORAES, 2017, pag.200).

2.5 CASOS BRASILEIROS E CARACTERÍSTICAS PROPOSTAS POR SMITH

Partindo das características apontadas por Neil Smith como presentes em todos os casos de gentrificação para analisar as características das intervenções urbanas nas capitais brasileiras aqui elencadas, é possível criar um quadro para avaliar a possibilidade de generalizar a aplicação desses aspectos na verificação da existência de gentrificação em cidades brasileiras:

QUADRO 1 – CASOS COM EVIDÊNCIAS DE GENTRIFICAÇÃO NO BRASIL E ASPECTOS INDICADOS POR SMITH

CASO	PAPEL DO ESTADO	CAPITAL INTERNACIONAL	MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA	PERÍMETRO DE OCORRÊNCIA
Dona Teodora (Porto Alegre)	Mudanças na legislação e zoneamento para atender interesses do empresariado	Não se verifica atuação direta	Não se verifica movimentos organizados de resistência	Região periférica
Água Espraiada (São Paulo)	Mudança na forma de ocupação, incentivo ao uso de CEPAC's	Relação indireta com o projeto	Atuação intensa dos moradores com Ministério Público	Novo centro empresarial (fora do centro histórico/administrativo)
Pelourinho Carmo (Salvador)	Participação direta do Estado no período de desvalorização renovação e cobrança de contrapartidas	Ação direta com participação de empresas ligadas ao turismo	Surgimento de movimentos organizados após início do processo	Centro histórico e imediações
Porto Maravilha (Rio de Janeiro)	Mudanças na legislação, uso de CEPAC's e concessão de serviços de conservação	Consórcio de empresas nacionais e estrangeiras	Atuação de ONG's	Região portuária próxima ao centro histórico

FONTE: Autora (2017)

Diante das informações levantadas é possível inferir que todas as intervenções estudadas possuem semelhanças entre si. Com destaque para o papel ativo dos governos locais em alterar legislações e normas, bem como sua eficiência em utilizar instrumentos como incentivos fiscais, aumento de potencial construtivo, parcerias público-privadas e operações urbanas consorciadas em benefício dos interesses privados em detrimento da função social da propriedade urbana como preconiza o Estatuto da Cidade, do qual parte deles deriva.

Com relação ao capital envolvido nas intervenções, percebe-se a participação de grandes empresas nacionais (algumas envolvidas em escândalos de corrupção recentes) e de capital internacional. Tendo este último, maior participação nas intervenções de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, sugerindo maior interesse do capital estrangeiro em cidades com visibilidade internacional.

No que diz respeito às resistências, com exceção de Porto Alegre, esteve presente em todos os casos. Porém, o início, intensidade e efetividade da mobilização, bem como o tipo de participação (ONG's, associações de moradores, movimentos sociais) variaram. Também foram distintos entre si, os locais de ocorrência, como já indicava a literatura, não ficando restritos às regiões centrais.

3 DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E A GENTRIFICAÇÃO VERDE

Como pode ser observado nos casos apresentados até aqui, além da gentrificação nas áreas centrais, a supergentrificação e a gentrificação em áreas rurais e periféricas, uma nova modalidade em ascensão é a gentrificação verde. Como uma ramificação do processo de gentrificação tradicional, de acordo com Gould & Lewis (2017) a gentrificação verde, gentrificação ambiental ou gentrificação ecológica diz respeito às consequências sociais do esverdeamento urbano através da perspectiva da justiça socioambiental e do desenvolvimento sustentável.

De acordo com os autores as cidades orientam-se para uma resposta à crise ecológica global, especialmente combatendo as causas das mudanças climáticas buscando tornarem-se verdes. Assim, projetos de resiliência e adaptação tomam forma em grandes áreas urbanas, significando, por exemplo, buscar alimentos locais, aumentar a eficiência energética nas construções, promover o transporte público e criar mais áreas verdes.

Tendo em vista a importância dos conceitos de desenvolvimento sustentável e justiça socioambiental (abordados a seguir) para o entendimento do processo de gentrificação é oportuno abordar alguns momentos históricos a fim de compreender a evolução da crise ambiental e do discurso atual da sustentabilidade, bem como sua inclusão na agenda urbana.

Assim, a partir de um enfoque crítico Pierri (2005) entende que o pensamento ambientalista de hoje tem suas origens na busca do melhoramento sanitário das primeiras cidades industriais do século XIX proposto pelo higienismo; no movimento naturista que em seu ápice, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, atraiu grupos alternativos de convivência comunitária e propunha a reforma Urbana na busca de um estilo de vida “natural” como forma de recuperar a ligação entre a humanidade e a natureza; e no conservacionismo romântico, que apesar de sua origem nas ideias nostálgicas da vida rural e de um suposto estado natural defendido pela aristocracia europeia, manteve-se hegemonicamente até os dias atuais como uma das forças centrais do ambientalismo.

Durante a década de 1960, Pierri (2005) acredita que a percepção dos efeitos negativos das mudanças na dinâmica das relações comerciais em nível mundial foi

responsável pela construção de uma consciência ambientalista que se firmou de forma complementar ao movimento pacifista surgido nos países desenvolvidos.

Nesse contexto Godoy (2000) afirma, que os desequilíbrios até então tratados pelo modelo fordista como “frutos do progresso” passam a ser fonte de preocupação, surgindo discussões a respeito dos limites impostos pela manutenção de toda uma dinâmica econômica - baseada predominantemente em recursos naturais não renováveis - e que são marcados por desequilíbrios ambientais, poluição, desemprego, pobreza, favelização, urbanização desordenada e violência urbana, tomando proporções alarmantes a ponto de serem caracterizados como crise ambiental.

Contemporaneamente, em 1962 a bióloga marinha Rachel Carson lança o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), um clássico na história do movimento ambientalista, desencadeando conforme Godoy (2000), uma grande inquietação internacional sobre a perda de qualidade de vida. Essa busca pela qualidade de vida através de um maior contato com o meio natural tanto na cidade como no campo, é uma característica presente também no fenômeno da gentrificação verde como sugere Torres (2017), afirmando que a gentrificação não é apenas um movimento “de volta para a cidade”.

Na década de 1970 se estabeleceu a ONU-HABITAT, logo após a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), em Vancouver no ano de 1976, que gerou uma Declaração como produto e se constituiu, de acordo com Fontanelle (2007) em um marco na luta por melhores condições de vida da população. Quatro anos antes, no âmbito da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia), Maurice Strong, cunhou o termo “ecodesenvolvimento”, como alternativa à polarização entre as ideias de “crescimento zero”, proposto pelos países desenvolvidos e de “crescimento a qualquer custo”, defendido pelos países em desenvolvimento.

Essa abordagem ecodesenvolvimentista segundo Godoy (2000), considera o problema ambiental como um subproduto de um padrão de desenvolvimento que desejava alcançar a sociedade do bem-estar através de acréscimos nos níveis de produção, mas que levou à consciência de que há limites físicos, ambientais, sociais e culturais para o processo de geração da riqueza, devido à possibilidade de

esgotamento dos recursos naturais, à crise energética e aos desequilíbrios ambientais globais.

Já Pierri (2005) entende o ecodesenvolvimento como uma proposta de novos “estilos de desenvolvimento” baseados no potencial ecológico das diferentes regiões e na capacidade própria dos povos dos países periféricos. Vieira (2007) e Leff (2009) corroboram com esse entendimento, ao apresentarem uma concepção de ecodesenvolvimento como sendo um estilo de desenvolvimento em que se buscam soluções específicas para cada região, levando em conta não só dados ecológicos, mas também culturais e as necessidades de curto e longo prazo, sugerindo a assimilação da problemática ecológica ao processo de desenvolvimento socioeconômico, sendo suas ações orientadas pelo princípio de “pensar globalmente e atuar localmente”.

Considerando que segundo a proposta de ecodesenvolvimento deve-se seguir a equação equilíbrio ecológico, eficiência econômica e equidade social, Godoy (2000) constata que os debates sobre o ecodesenvolvimento prepararam a adoção posterior do desenvolvimento sustentável, lembrando que Ignacy Sachs usa hoje frequentemente os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos.

Sobre isso Pierri (2005) ressalva, porém, que apesar do termo desenvolvimento sustentável ser apresentado às vezes na literatura como equivalente ao ecodesenvolvimento, esta questão semântica distingue-se da apropriação do termo “ecodesenvolvimento” original, que propunha criar modelos alternativos de desenvolvimento que atendessem às situações de pobreza e de marginalização social, cultural e política, preconizando uma gestão mais racional dos ecossistemas locais, e que deveriam incluir a valorização dos conhecimentos tradicionais e da criatividade das comunidades.

Em complemento, Cavalcanti (1994) alerta sobre a tendência em igualar crescimento e desenvolvimento em situações nas quais se discute o progresso ou a retomada do desenvolvimento, principalmente em países menos desenvolvidos. O autor traz esclarecimentos também sobre o significado da sustentabilidade no contexto ecológico, palavra hoje muito difundida em outras áreas:

Sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus

sucessores em dado ecossistema. Numa situação sustentável, o meio ambiente é menos perceptivelmente degradado, embora, como sabemos, o processo entrópico nunca cesse, procedendo invisível e irrevogavelmente e levando ao declínio inflexível do estoque de energia disponível na terra. Esta é essencialmente a natureza do problema ecológico [...] O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Ele significa comportamento que procura obedecer às leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo. (CAVALCANTI, 1994 pag. 100)

Na década de 1980, em um cenário de crise econômica mundial e após uma série de acontecimentos, entre eles o anúncio da existência do buraco na camada de ozônio em 1981 e os acidentes da Union Carbide em Bophal em 1984 e de Chernobyl (URSS) em 1986, houve segundo Pierri (2005), a tomada de consciência da dimensão global da crise ambiental, do problema energético e dos níveis de risco cada vez maiores de catástrofes locais, regionais e até mesmo planetárias ficando facilitada, com isso, a aceitação geral da fórmula de desenvolvimento sustentável, “como sendo aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias”.

Este conceito que, de acordo com Godoy (2000) deriva da abordagem ecodesenvolvimentista, ganha impulso em 1987 após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland. Sobre o Relatório Brundtland, Pierri (2005) entende que este parte da ideia central de que desenvolvimento e meio ambiente não podem ser separados, em um apelo para mudar as estratégias ambientais, políticas e de desenvolvimento aplicadas até então.

Em complemento Godoy (2000) afirma que o relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global e sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando atenção também para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade entre os membros da sociedade atual, mas também desses com as sociedades futuras.

Ainda sobre o Relatório Brundtland, ele apresenta segundo Godoy (2000) uma lista de medidas a ser seguida pelos Estados nacionais, entre elas a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, o controle da urbanização desordenada com a integração entre campo e cidades menores e a limitação do aumento populacional. Com isso Godoy (2000) salienta a importância do relatório na medida em que

apresenta a situação do mundo em termos de problemas socioeconômicos e ambientais.

Em contra partida Pierri (2005) interpreta que apesar de estabelecer os laços entre pobreza e meio ambiente, o relatório faz dos pobres tanto ou mais responsáveis do que os ricos pela crise ambiental, tornando o crescimento econômico uma necessidade tanto para diminuir a pobreza como para possibilitar os investimentos em novas tecnologias, sendo estes os meios de conter ou reverter os problemas ambientais. A autora ainda salienta que atenuar a pobreza e a desigualdade não é posto como objetivo em si, mas a forma de atingir a sustentabilidade dentro do sistema de mercado, algo como mudar o funcionamento do sistema para mantê-lo.

A partir das análises aqui apresentadas a respeito do Relatório Brundtland, nas quais se entende que o documento relaciona questões sociais, ambientais e econômicas sem atingir problemas estruturais do sistema, podem ser percebidas semelhanças entre a lógica apresentada pelas autoras, e as considerações de Gould e Lewis (2017), que após investigarem casos de revitalização nos EUA, nos quais estava presente o discurso da sustentabilidade, constataram se tratar de processos de gentrificação verde, por considerarem que apesar de positivas para o meio ambiente, tenderam a aumentar a desigualdade e enfraquecer o aspecto social do desenvolvimento sustentável. Assim os pesquisadores argumentam que iniciativas recentes como o Brooklyn Bridge Park e o High Line Park em Nova Iorque promovem a qualidade ambiental e transformam vazios urbanos em áreas produtivas porém, não socialmente equitativa.

Nesse sentido, para Torres (2017) o que distingue o processo clássico de gentrificação da gentrificação verde é que no primeiro caso a gentrificação precede os projetos ecológicos/sustentáveis que passam a ser amenidades para a nova classe já instalada. E na gentrificação verde, são os projetos sustentáveis os responsáveis por levar a gentrificação a um território.

FIGURA 10- ARMAZÉM EM FRENTE A BROOKLYN BRIDGE PARK EM 1930 E EM 2016

FONTE: <http://gothamist.com> (2018)

Ainda sobre o Relatório Brundtland, a literatura o considera a base para a II Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio ambiente (Cúpula da Terra) também conhecida como ECO-92 ou Rio-92. Durante a conferência foram lançadas de acordo com Guimarães e Fontoura (2012) as bases para uma nova concepção de desenvolvimento. Trazendo segundo os autores, entre outras contribuições, a consolidação da percepção da sociedade sobre a interdependência entre as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas do desenvolvimento.

Um dos principais documentos aprovados durante o encontro, a Agenda 21 traz entre seus quatro temas básicos as Dimensões Sociais e Econômicas, que trata das relações entre desenvolvimento e pobreza, saúde, demografia e assentamentos humanos. Entre os princípios e estratégias presentes neste documento de acordo com Fontenelle (2007) está a aplicação de uma abordagem ecossistêmica, a promoção da conservação e do uso sustentado da biodiversidade existente no perímetro urbano e a ampla participação de todas as partes interessadas no planejamento espacial. Além do estabelecimento da posição condicionante do acesso a habitação sadia e segura para o bem-estar econômico, social, psicológico e físico dos seres humanos, sendo parte fundamental das ações de âmbito nacional e internacional.

A respeito da Agenda 21, May (1994) esclarece que o acordo apresenta a necessidade de internalização dos custos ambientais nos preços da terra e dos recursos de propriedade comum e a consequente externalização desses custos, colocando-os como efeitos indiretos das ações individuais sobre o bem-estar comum. Assim, May (1994) afirma que ficaria assegurada a redução dos custos indiretos do desenvolvimento e que aqueles que fossem negativamente impactados recebessem

adequada compensação. O autor ressalva, porém, que identificar e assumir estes custos exigiria uma percepção de mundo com um sistema de valores semelhantes, condição raramente encontrada.

Entre os resultados da Rio-92, Godoy (2000) destaca que na conferência houve a incorporação do conceito de Desenvolvimento sustentável nos discursos governamentais e foram lançadas as bases políticas discursivas da vinculação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. No entanto, para Guimarães e Fontoura (2012) prevalecem, no âmbito público e privado, as políticas ambientais e os instrumentos de regulação de caráter reativo, ficando os princípios de proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável, estigmatizados como restritivos para o crescimento econômico. Com isso, Godoy (2000) considera que no campo teórico, mais uma vez, não há o rompimento da base de sustentação capitalista, que continua sendo o permanente e incessante crescimento industrial, agora sustentável, baseado em tecnologias minimizadoras dos impactos ambientais e do consumo energético, ficando cada vez mais evidente que os desequilíbrios ambientais estão ligados diretamente ao processo de produção e consumo da sociedade.

Alinhada com os princípios apresentados na Rio-92, no ano de 1996 é realizada em Istambul a HABITAT- II, tendo como documentos resultantes a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e a Agenda Habitat, a qual reconhece de acordo com Fontenelle (2007) o direito à moradia como um direito humano e traz o entendimento de que habitação adequada é aquela que entre outros fatores garante a posse, a apropriada qualidade ambiental e de saúde, a adequada infraestrutura básica e localização com relação ao trabalho e serviços básicos, tendo todos esses componentes um custo acessível para todos.

No entendimento de Fontenelle (2007) a alta densidade demográfica dos centros urbanos e a baixa qualidade das condições de vida de grande parte da população, consistem em grandes preocupações das Nações Unidas. Para a autora isso fica demonstrado, tanto na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quanto na Seção IV C-5 da Agenda Habitat, relativa ao Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos em um Mundo Urbano, explicitando a percepção de que todos os problemas sociais e ambientais estão interligados, gerando a necessidade de uma abordagem holística da questão.

No campo de estudos da gentrificação verde, Gould e Lewis (2017) também entendem ser necessário não só uma visão holística do processo, mas discussões interdisciplinares que englobem entre outras disciplinas a antropologia, o planejamento urbano, a economia e a geografia. Isso segundo Haase et al (2017) para que ocorra um esverdeamento urbano socialmente inclusivo. No qual haja o reconhecimento das desigualdades sócio-espaciais no planejamento, implementação e monitoramento / avaliação de estratégias ecológicas por parte dos cientistas e planejadores.

Fontenelle (2007) destaca ainda no âmbito da ONU-HABITAT, que os programas da ONU enfatizam a proteção do meio ambiente na promoção do desenvolvimento sustentável de cidades. Porém, contemporaneamente ao esforço internacional em discutir o desenvolvimento a partir dos seus aspectos econômicos, sociais e ambientais durante a Rio-92 e a ONU-Habitat II, Mendes (2015) lembra, como tratado no capítulo anterior, que no que diz respeito à gentrificação, na década de 1990 começam a surgir novas características que a diferencia daquela que estava presente no início dos anos de 1970. Entre elas segundo Mendes (2015) está a escala e extensão na qual se apresenta, não se restringindo mais as cidades centros, deixando de ser local e esporádica, para se constituir como uma estratégia de mercado generalizada estando presente inclusive em áreas rurais.

Mesmo em meio a uma recessão econômica global que segundo Guimarães e Fontoura (2012) se comparou a Grande Depressão de 1929, ou ainda à crise de 1970 conforme mencionado por Harvey (2012), ocorreu em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), durante a qual Guimarães e Fontoura (2012) destacam a iniciativa da Colômbia e Guatemala em relação ao estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (baseados nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), com proposta para estendê-los além de 2015 e estabelecer indicadores a fim de auxiliar os governos na implementação dos compromissos firmados na Agenda 21, no Plano Johannesburgo de Implementação (Rio+10) e na Rio+20. Assim em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável foi lançada uma nova agenda de desenvolvimento sustentável com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, os quais entraram em vigor em 1º de janeiro de 2016, mesmo ano em que foi realizada a ONU-HABITAT III.

No plano de implementação da Nova Agenda Urbana (2016), elaborado durante a ONU-HABITAT III, visando atingir o desenvolvimento sustentável urbano há o entendimento de que para a efetiva realização da nova agenda proposta é necessário que o planejamento ocorra de forma participativa e integrada. Isto fica claro nas metas para o planejamento e gestão urbana, nas quais consta a promoção da renovação, regeneração e readequação de áreas urbanas, incluídas as ocupações subnormais e assentamentos informais, com a oferta de construções e áreas públicas de alta qualidade, através de abordagens participativas envolvendo todos os moradores e interessados, o que evitaria a segregação espacial e socioeconômica e a gentrificação, à medida que se preservaria o patrimônio cultural, e preveniria e conteria o crescimento urbano.

Seguindo o mesmo entendimento do relatório Gould e Lewis (2017) acrescentam ainda que sem a presença de políticas públicas que visem à equidade social, o esverdeamento urbano trás consequências negativas no âmbito das cidades globais. E Haase et al (2017) ao reconhecer que, em algumas circunstâncias, as estratégias ecológicas podem impulsionar os processos de gentrificação, resultando em efeitos intencionais e não intencionais, consideram que muitas variáveis importantes estão em jogo ao considerar os potenciais impactos e *trade-offs* de estratégias de infraestrutura verde e de soluções de base natural. Entre elas o contexto urbano e institucional local em que são implementadas as estratégias ou projetos verdes, os quais ao não considerar impactos sociais indicam deficiências na política urbana vigente.

3.1 A NOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

De acordo com o relatório produzido em Quito durante a ONU-HABITAT III (2016), populações, atividades econômicas, interações entre o social e o cultural, bem como as repercussões ambientais e humanitárias tendem a se concentrar nas cidades, sendo estas detentoras de significativos problemas de sustentabilidade. Porém, Acseirad (1999) afirma que com o lançamento do termo desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, é possível perceber diferentes discursos associados à noção de sustentabilidade, muitos deles conflitantes entre si. Como um dos exemplos apresentados pelo autor pode se destacar a dicotomia entre a defesa

da eficiência material por um lado, a qual considera cidade sustentável aquela que, “adota tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia” e a narrativa que argumenta que pela densidade territorial da produção de rejeitos as cidades concentradas sofrem efeitos indesejáveis, uma vez que a capacidade de regeneração dos ecossistemas é diretamente proporcional à unidade de extensão territorial.

Nesse contexto, antes da adoção do conceito de justiça socioambiental, emerge a noção de justiça ambiental. Esta é apresentada por Acselrad et al (2008) como decorrente da constatação de que a escassez de recursos naturais e de que a desestabilização dos ecossistemas afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas. Ficando clara a existência de “mecanismos pelos quais sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações marginalizadas e vulnerabilizadas” (PORTO, ROCHA e FINAMORE, 2014, pag. 4074), gerando conflitos territoriais e ambientais.

Torna-se perceptível com isso, a ocorrência predominante das múltiplas formas de degradação ambiental, nos locais onde vivem as populações de menor renda, comunidades negras e grupos indígenas. E toda essa dinâmica pautada por incentivo a atividades econômicas como o agronegócio, a mineração, a produção de energia, infraestruturas de transporte e irrigação ou mecanismos como o mercado de carbono, restringe de acordo com Porto, Rocha e Finamore (2014) a agenda ambiental pós Rio 92 formando uma complexa questão socioambiental a ser tratada quando somam-se problemas como moradia insalubre, falta de saneamento básico, acidentes de trânsito, poluição urbana e de corpos hídricos, além da violência e falta segurança pública.

Essa realidade deixa claro que, como apontado por Gould e Lewis (2017), apesar de a equidade social ser o elemento chave para a sustentabilidade urbana, historicamente a sustentabilidade vem sendo definida por critérios econômicos e ambientais. Nesse sentido para Haase et. al (2017) não se pode considerar estratégias de esverdeamento como a grande solução para todos os problemas das cidades, por não serem capazes de sozinhas oferecer melhorias de qualidade de vida para a população. Mas são soluções importantes a serem incluídas em políticas e planejamento que vise a regeneração socioecológica de áreas e cidades em geral.

Assim, Torres (2017) esclarece que a desigualdade social e a injustiça não são resultados inevitáveis de projetos de sustentabilidade urbana. Para o autor, se a comunidade reivindica que a equidade social se torne um componente central nos planos, e as políticas públicas aderem a essa visão, é possível construir projetos urbanos alternativos. Com isso Gould e Lewis (2017) concluem serem as comunidades o agente chave no estabelecimento da habitabilidade.

Em contrapartida Acsehrad et al (2008), argumenta que as abordagens convencionais enfatizam os aspectos tecnológicos, legislativos e comportamentais relacionados a uma melhor gestão ambiental, sem estabelecer uma relação direta com a construção de uma cidadania mais justa ou com a consolidação de estratégias mais inclusivas e democráticas. E Acsehrad (2009) alerta para o risco socialmente diferenciado que surge da desigualdade de poder político, o que ocasiona por sua vez, a segregação residencial.

Para Vieira (2007) entre os muitos fatores que tornam praticamente invisível a participação popular nas tomadas de decisão está a visão restritiva do capitalismo, que apresenta o desenvolvimento como o meio de prover as pessoas das necessidades físicas mínimas para a sobrevivência, desconsiderando as necessidades não materiais do homem, entre elas a cultura e a participação ativa na condução das atividades de interesse público, inclusive no campo do planejamento.

Sendo necessária, conforme Porto, Rocha e Finamore (2014), a renovação do pensamento emancipador que busca reconhecer e superar as lógicas da colonialidade e resgatar e/ou valorizar outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e de produção de conhecimentos. Dessa forma a participação direta e efetiva de populações locais defendem Porto, Rocha e Finamore (2014) produziria narrativas, inventários e mapeamentos dos conflitos ambientais, casos de poluição, acidentes, doenças e mortes relacionados com várias atividades econômicas e produtivas, que por serem relatos vivenciais e situados, não dissociariam dimensões culturais e cotidianas das dimensões técnicas, permitindo uma maior contextualização. E difundiria, completam Porto, Rocha e Finamore (2014), valores e alternativas sobre outros mundos possíveis, incluindo modos de vida, relações com a natureza e práticas solidárias de economia.

Trazendo a discussão sobre justiça ambiental para a atual realidade brasileira, Torres (2017) lembra os processos de remoção ligados às grandes obras da Copa do

Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, e tantos outros como o caso da siderúrgica Thyssenkrupp CSA ou a exploração de óleo e gás na baía de Guanabara, ou no rompimento da barragem em Mariana (MG), que reavivaram não só o debate sobre a justiça social, mas também do direito à cidade. Indicando segundo o autor, que as lutas pelo direito à cidade se colocam cada vez mais como lutas por justiça ambiental. E que a noção de justiça ambiental é na realidade a associação entre justiça social e direitos humanos buscando garantir a verdadeira sustentabilidade ecológica.

Sobre possíveis casos de gentrificação verde no Brasil, além dos já apresentados no capítulo anterior, Torres (2017) cita ainda o Parque Madureira Rio+20 inaugurado em Junho de 2012, que leva esse nome devido a Conferência da ONU realizada no mesmo ano. E que apesar de ter no discurso dos idealizadores do projeto, o objetivo de disseminar conceitos de sustentabilidade e qualidade socioambiental, verificou-se a valorização dos terrenos e aumento dos preços dos imóveis do entorno. O autor lembra ainda o projeto do Parque do Minhocão em São Paulo, se juntando ao Parque Madureira como possíveis objetos de estudo para se testar a hipótese e metodologia propostas por Gould e Lewis (2017).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Partindo do entendimento de que a realidade se apresenta de forma complexa e não linear, Demo (2002) entende que não é possível enquadrá-la integralmente em nenhuma teoria ou método a fim de captá-la satisfatoriamente. Nesse sentido Demo (2002) defende a necessidade da pesquisa qualitativa, na busca de deturpar ao mínimo a realidade. Porém, ressalva que a pesquisa qualitativa não substitui a quantitativa, não cabendo qualquer dicotomia, e que a pesquisa qualitativa não pode desprezar o cuidado metodológico. Soma-se a isso a afirmação de Alami, Desjeux e Garabua-Moussaoui (2010) de que análises qualitativas podem ser adotadas para ilustrar uma pesquisa quantitativa, à medida que revelam sutilezas, dinâmicas, ambivalências, diversidades e permanências, tornando-se possível perceber dimensões não perceptíveis apenas através de abordagens quantitativas.

Demo (2002) lembra ainda que embora tenha alguma aproximação com a falsificabilidade de Popper, a pesquisa social diverge desta por incluir o caráter político entendendo com isso que a formalidade, objetividade e neutralidade não são qualidades da ciência. Com isso o autor apresenta as metodologias alternativas para a pesquisa social que, ao contrário de métodos tradicionais, partem da realidade complexa na sua “totalidade quantitativa e qualitativa” para construir métodos capazes de captá-la e transformá-la.

Estes encaminhamentos metodológicos segundo Demo (2002) apresentam uma essência dialética, mas ressalva que os métodos alternativos³ não têm o materialismo dialético como fundamentação metodológica exclusiva, uma vez que a busca por mudanças sociais pode provir de outros campos, não apenas da postura marxista. Apesar de destacar a importância das metodologias alternativas, Demo (2002) alerta ser necessário reconhecer seus limites e buscar não banalizá-las, lembrando existir espaço também para métodos tradicionais.

Destaca-se ainda o exposto por Alami, Desjeux e Garabua-Moussaoui (2010) de que a escolha do método depende de seu contexto de utilização, dos

³ Demo (2002) entende por métodos alternativos aqueles que não seguem a teoria positivista. Entre os quais os métodos crítico, complexo, dialético e aqueles que consideram os saberes alternativos, inclusive o senso comum.

objetivos da pesquisa e da questão tratada, e ainda que a partir do objetivo da pesquisa pode ser avaliada a relevância do método.

Tendo essas premissas como base, e considerando que segundo Gil (2002), é possível classificar a pesquisa em exploratória, descritiva e explicativa quando se toma como base os objetivos gerais, o estudo tomou como caminho metodológico a pesquisa qualitativa exploratória, por “buscar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002) e descritiva, a medida que tem como objetivo conforme Gil (2002) a descrição das características de um fenômeno e estabelecimento de relações entre variáveis.

Para atingir o primeiro e segundo objetivo específico, de caráter predominantemente qualitativo, adotou-se como método a revisão bibliográfica e pesquisa documental, tendo como instrumento o seguinte roteiro de coleta de dados:

- a) Pesquisa sobre gentrificação em referências em diversos formatos (livros, artigos, reportagens, filmes e documentários);
- b) Pesquisa nas bases: Google Scholar, Web of Science, Scopus com termos de indexação em português, inglês e espanhol (gentrificação, gentrificação verde/ambiental, revitalização/requalificação urbana, etc.);
- c) Refinamento da pesquisa realizado com a análise de trabalhos publicados em periódicos com classificação A1, A2, B1 e B2 pertencentes às áreas do Urbanismo, Ecologia, Geografia e Meio Ambiente;
- d) Busca complementar de teses e dissertações com pesquisas semelhantes ao tema proposto e preferencialmente enfoque interdisciplinar;
- e) Catalogação da bibliografia;
- f) Identificação dos autores e obras de referência;
- g) Mapeamento dos casos/métodos de verificação da gentrificação e gentrificação verde.

Já buscando atender ao terceiro objetivo específico adotou-se o método de estudo de caso segundo Yin (2005), com análise de imagens aéreas e de satélite em séries históricas, bem como coleta de dados secundários presentes nos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

4.1 RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL

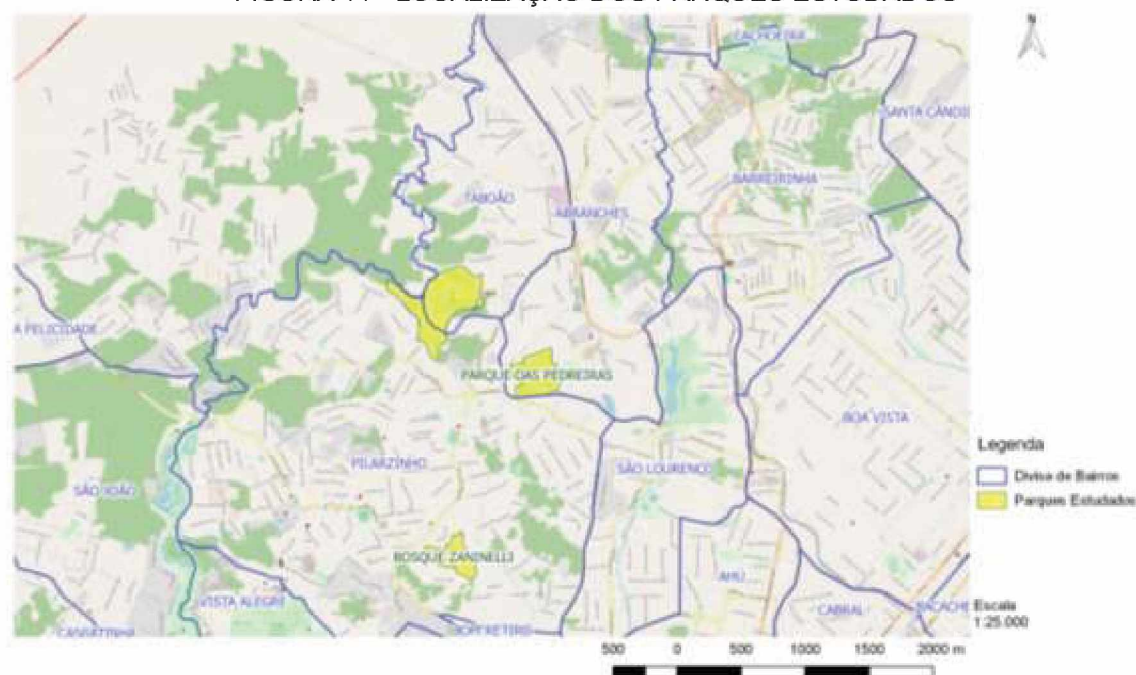
Para o estudo de caso foram selecionados os Parques Tanguá, das Pedreiras e o Bosque Zaninelli, onde se localiza a Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE)⁴. Um dos critérios para a escolha foi a mudança de função das áreas. Assim como nos casos do *High Line Park* e *Brooklyn Bridge Park* ambos em Nova Iorque, a implantação dos parques estudados corresponde à transformação de áreas industriais. Neste caso, pedreiras desativadas que se tornaram áreas verdes públicas.

Levou-se em consideração também as datas de implantação das áreas - Tanguá (1996), Parque das Pedreiras (1990), Bosque Zaninelli (1992) - devido à necessidade de haver uma distância temporal entre as intervenções e o estudo que permitisse criar uma série histórica a partir do levantamento dos dados e informações. Outro fator relevante para a escolha foi o marco temporal apresentado por Smith para a difusão da gentrificação no mundo, como sendo a década de 1980.

E para verificar a tendência do processo, os dados analisados foram retirados dos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, sendo a área de abrangência limitada aos setores censitários localizados em um raio de 200 metros, a partir das áreas verdes estudadas, critério adaptado de Lima (2015). Como ferramenta de apoio a fim de auxiliar nas análises e facilitar a visualização dos dados, foi utilizado o programa Q-GIS na elaboração de mapas. De forma complementar foram feitas análises qualitativas de fotos e imagens aéreas dos anos de 1980, 1999 e 2010 utilizando o método de foto interpretação de acordo com Araki (2004).

⁴ Fundada em 1991, como uma unidade da Prefeitura Municipal de Curitiba voltada para as questões ambientais, em 2002 tornou-se uma entidade do Terceiro Setor.

FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES ESTUDADOS



FONTE: A AUTORA

4.2 INDICADORES DE GENTRIFICAÇÃO

Tendo como base estudos realizados por Galster e Peacock (1986), Atkinson (2000), Freeman (2015) e (2016), Lauriano (2013) e Gold e Lewis (2017) foram coletados nos Censos de 1991, 2000 e 2010 dados referentes a domicílios particulares permanentes próprios, quitados e em aquisição e seus respectivos responsáveis.

Domicílio particular segundo o IBGE (2000) é determinado pelos laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência entre os ocupantes. Sendo os domicílios particulares permanentes assim nomeados quando se destinam exclusivamente a servir de moradia para uma ou mais pessoas.

Assim indicadores para a análise da gentrificação verde nas áreas verde selecionadas são os seguintes:

- a) Domicílio particular permanente com construção e terreno próprios (1991) e domicílio particular permanente próprio/quitado/em aquisição (2000 e 2010): o aumento da propriedade imobiliária tende a refletir uma maior renda das famílias, bem como a estabilidade do bairro em crescimento.

- b) Responsável pelo domicílio com mais de 11 anos de estudo: população com mais anos de educação tende a ter uma maior renda e afinidade com as comodidades/serviços da cidade, sendo estas características de um provável gentrificador;
- c) Rendimento mensal do responsável pelo domicílio: o crescimento da renda pode estar relacionado a uma base de trabalho em crescimento, aumento do nível educacional dos moradores, e a um aumento dos custos da habitação;

4.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Destaca-se entre as limitações encontradas para o desenvolvimento deste trabalho a ausência de dados do Censo de 1980 disponíveis para consulta, o que permite apenas uma noção aproximada da realidade do entorno do Parque das Pedreiras antes de sua implantação através da observação de fotos aéreas.

Sobre os dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 disponibilizados pelo IBGE, diferenças na formação dos setores censitários foram a principal dificuldade encontrada. Além disso, a falta de padronização nos questionários de recenseamento ao longo dos anos leva a lacunas para análise dos resultados, como no caso do grau de escolaridade, devido a inexistência de informações detalhadas sobre escolaridade no Censo de 2010, e a mudança na nomenclatura de domicílio particular permanente com construção e terreno próprios em 1991 para domicílio particular permanente próprio/quitado/em aquisição em 2000 e 2010.

Com relação a fotos aéreas, não foram encontradas fotos que correspondessem ao mesmo ano dos Censos. Porém, buscou-se obter nos bancos de imagem do ITCG e IPPUC fotos aéreas tiradas em períodos próximos aos Censos, mesmo que apresentassem qualidade limitada.

5 A GENTRIFICAÇÃO EM CURITIBA

Em 1970, Silva (2012) afirma que a estrutura produtiva do Paraná foi alterada, à medida que a indústria moderna e dinâmica substituiu o setor primário que sustentava a economia do estado até então. Esse processo de mudanças socioeconômicas repercutiu também segundo Lima (2000) e (2004) em Curitiba e sua Região Metropolitana, onde se observou a implantação de empresas de médio e grande porte em meio a espacialidades urbanas diferenciadas.

Diante dessa nova realidade florescente, de acordo com Lima (2000) (2004) e Silva (2012), entre 1970 e 1980, Curitiba e os municípios de seu entorno passaram por uma intensa urbanização acompanhada por um rápido crescimento populacional, potencializado pela forte migração proveniente da zona rural do estado, impulsionada pelo início da mecanização da agricultura e pelas consequências negativas na produção cafeeira paranaense, devido a forte geada de 1975. Silva (2012) argumenta que a velocidade em que se realizaram estes fenômenos, somada à recessão econômica que caracterizou a década de 1980 no Brasil, levou ao aumento do desemprego, crescimento da população de baixa renda e à ampliação das desigualdades socioespaciais.

Curitiba, que devido a essa industrialização urbana e também a modernização agrícola, recebia segundo Souza (2001) migrantes vindos do interior do Paraná e de outras regiões do Brasil desde os anos de 1950, observa na década de 1970 conforme Souza (2001), Lima e Mendonça (2001) grandes transformações urbanas, a partir da execução e detalhamento das principais diretrizes do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU) e consequente Plano Diretor.

Nesse sentido para Lima (2000) o processo de metropolização de Curitiba no final da década de 1980, levou a uma ocupação espacial seletiva na qual foram destinados aos migrantes e à população com baixo poder aquisitivo, os municípios do entorno e as áreas periféricas da capital, sendo muitas vezes locais de risco e vulnerabilidades socioambientais. Enquanto segundo a autora, eram reservadas aos moradores com melhores níveis de renda as áreas da capital com mais melhorias urbanas.

Já no início da década de 1990, desencadeou-se conforme Silva (2012), um novo ciclo de expansão de empresas de grande porte no Estado, em particular na

RMC, devido à conjuntura macroeconômica e a política de atração industrial da época, o que resultou na instalação de indústrias do segmento de transporte, de fornecedores e empresas complementares. Em resposta a esse processo, segundo a pesquisadora, os setores de comércio e serviço especializados se desenvolveram, muitos deles viabilizados pelo capital internacional e voltados ao mercado global, ampliando as relações da metrópole de Curitiba com outras cidades do Brasil e do exterior.

Entretanto, Lima (2004) indica que no decorrer da década de 1990 houve diminuição da taxa de crescimento populacional em Curitiba, comparada a do restante da região, das regiões metropolitanas nacionais e do país como um todo. A pesquisadora destaca ainda que analisando comparativamente as taxas de crescimento populacional com renda e PIB no mesmo período, Curitiba apresenta o dobro da renda (média de 2,4 salários mínimos) do município colocado em segunda posição, apesar de ter um terço do crescimento populacional do seu entorno.

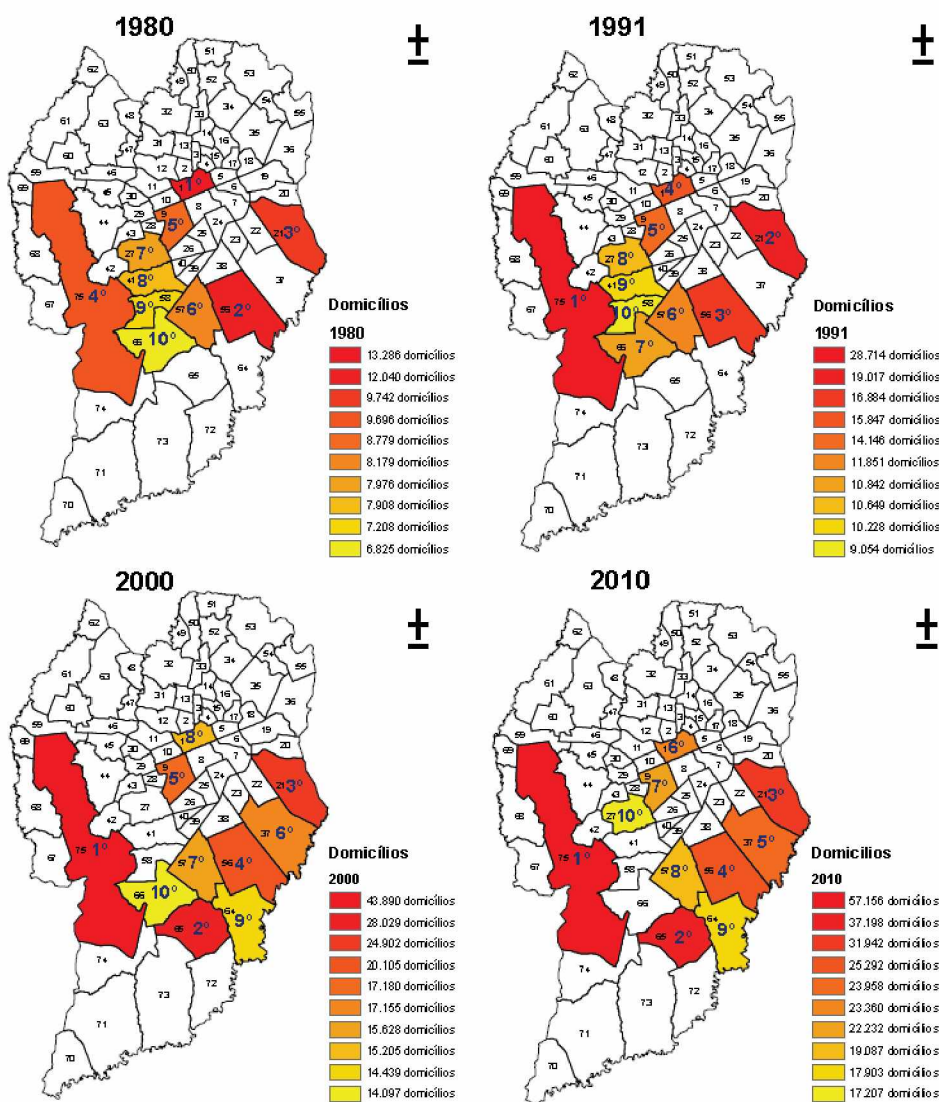
Sobre o aspecto social do desenvolvimento urbano cabe destacar a interpretação de Silva (2012) de que a desigualdade pode ser considerada um produto do capitalismo tardio e por isso, é possível perceber manifestações da pobreza com espaços segregados, deprimidos e degradados, mesmo em áreas de grande crescimento econômico. Este foi o caso da construção da metrópole de Curitiba, que para Silva (2012), que corrobora como Lima (2004), a partir da década de 1990, passou a apresentar indicadores que apontam para a ampliação das desigualdades socioespaciais, mesmo que estivesse em um novo período de crescimento econômico.

Complementarmente, segundo Crestani (2015) e Sanchez (2001), durante esta década, estruturou-se um discurso de valorização da imagem do espaço urbano para Curitiba. Projetos com visibilidade nacional, como Ópera de Arame e Jardim Botânico, as soluções de transporte de massa e os programas ambientais, se tornaram o grande foco das intervenções urbanas e da estratégia de promoção da imagem da cidade. Assim, Crestani (2015) entende que com o foco da gestão urbana voltado para publicidade da “capital ideal” os projetos foram relocados fazendo com que a região central de Curitiba não ocupasse um espaço relevante na pauta das reformas urbanas até 2008 quando o projeto “Novo Centro” foi lançado.

Porém, Ultramari e Duarte (2007) entendem que no fim dos anos 70, o plano urbanístico de reestruturação da cidade já fomentava a criação de polaridades

urbanas que desafogassem o centro, através de iniciativas como a criação de eixos viários e de transportes públicos. Isso se verifica segundo o autor ao analisar os dados dos Censos de 1980, 1991 e 2000, os quais indicam uma queda da população total do centro da cidade de Curitiba de 4,1% para 2,1% (figura 1). O que é reforçado pelo fato do bairro ter perdido 10 mil habitantes no período, deixando de ser o de maior população em 1970, não figurando em 2000 nem entre os dez mais populosos.

FIGURA 12 - BAIRROS COM MAIOR NÚMERO DE DOMICÍLIO DESDE 1980



Fonte: IBGE.
Elaboração IPPUC/Banco de Dados

Crestani (2015) argumenta ainda que com a incorporação do planejamento estratégico originário do gerenciamento empresarial, as cidades são levadas pelos governos locais a competirem com outras, fazendo com que estas se insiram em cir-

cuitos globais, estabelecendo-se com isso padrões de homogeneização, o que pode colocar em risco a legitimidade de determinadas intervenções no que diz respeito às características de cada localidade, inclusive daquelas que trazem vantagens competitivas e que não podem ser reproduzidas.

Entre as cidades latino-americanas, Gould e Lewis (2017) indicam Curitiba como líder no ranking das cidades sustentáveis por combinar, desde a década de 1960, iniciativas verdes e a incorporação da consciência ecológica pela população.

TABELA 1- RANKING CONNECTED SMART CITIES RESULTADO 2017

RESULTADO GERAL			
Posição		Mun (UF)	Pontos
2017	2016		
1º	1º	São Paulo (SP)	33,197
2º	3º	Curitiba (PR)	32,472
3º	2º	Rio de Janeiro (RJ)	32,125
4º	5º	Belo Horizonte (MG)	30,785
5º	6º	Vitória (ES)	30,426
6º	7º	Florianópolis (SC)	30,281
7º	4º	Brasília (DF)	29,987
8º	10º	Campinas (SP)	29,788
9º	13º	São Caetano do Sul (SP)	29,418
10º	9º	Recife (PE)	29,339

FONTE: CONNECTED SMART CITIES (2017)

No entanto, Floriani *et al* (2011) afirmam que Curitiba e a RMC seguiram a mesma lógica de outras cidades brasileiras de reprodução da cidade “desprovida de planejamento urbano adequado e de falta de cuidado por parte do Estado” apesar de todo *citymarketing* promovido entre as décadas de 1980 e 1990. Os autores argumentam ainda que a atratividade causada pela venda da imagem positiva da capital resultou na aceleração da industrialização e urbanização, que por sua vez gerou processos de periferização, marcada por intensos conflitos e o comprometimento das bases ecológicas (poluição hídrica, do ar, solo e da vegetação).

Silva (2012) corrobora com este entendimento quando se refere ao esforço do Estado em vender uma imagem positiva de cidade no início da década de 1990, período marcado pela disputa em atrair novas corporações. E reitera que se tirou proveito dessa imagem a fim de se obter vantagem competitiva em relação a outras metrópoles brasileiras. A autora destaca, ainda, o empenho do poder público em criar as condições desejadas pelas novas corporações emergentes, as quais no

planejamento territorial traduziram-se em alterações das leis de uso e ocupação do solo, justificadas pelo anúncio dos empregos a serem gerados.

As alterações na legislação segundo Silva (2012) possibilitaram, por exemplo, a implantação de grandes empreendimentos imobiliários como o Alphaville em Pinhais e os Condomínios Residenciais que deram origem ao Ecoville de Curitiba. Com isso, Silva (2012) entende que:

[...] a partir da década de 1990 transformações nos espaços de moradia das classes de alta e baixa renda alteraram o processo de produção do espaço na metrópole de Curitiba, observando-se a difusão dos condomínios residenciais fechados e dos espaços informais de moradia. A expansão dos condomínios residenciais fechados introduziu novas formas de habitar e deu origem a novos vetores de residência das classes de renda mais elevada, até então historicamente concentradas no entorno do centro de Curitiba (SILVA, 2012, pag 67).

5.1 CURITIBA E SEUS PARQUES

Sobre o título de "Capital Ecológica", Mendonça (2002) acredita ter sido construído a partir da proporção de área verde por habitante. Porém, entende que consiste em criar uma imagem que não corresponde à realidade, uma vez que considera a distribuição das áreas verdes, fortemente excludente. Segundo o autor é na região norte de Curitiba, onde se concentra a classe média e alta da sociedade curitibana, que estão localizados a maioria dos parques públicos urbanos de fácil acessibilidade e que contam com equipamentos para lazer e prática esportiva. Já na porção centro-sul da capital, onde se concentra grande parte da população de mais baixa renda do município, há carência conforme Mendonça (2002), de parques com equipamentos de lazer gratuito. E acrescenta:

Como consequência do processo de urbanização seletivo que se processou nestas áreas periurbanas da porção centro-sul do município de Curitiba, deixando-as desassistidas quando à implantação de parques urbanos, observa-se que nelas os processos de inundações urbanas são os mais impactantes, gerando centenas de vitimados a cada ano. É também nestas áreas que são registrados os mais elevados índices de criminalidade urbana nas últimas décadas, falta, dentre outros, da oferta do lazer gratuito e acessível às populações carentes do município; neste aspecto, as áreas verdes urbanas de lazer e esporte em muito contribuiriam para solucionar problemas relativos à violência na cidade (MENDONÇA, 2002, pag 184).

Apesar de se tratar de um trabalho realizado a mais de quinze anos, pode ser considerado atual, mostrando sinais de mudança apenas nos últimos anos com a criação dos parques Guairacá e Mané Garrincha e o do Bosque dos Mundiais que segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba (2016), somam 149 mil metros quadrados, e representam novas alternativas de lazer para os moradores da parte sul da cidade. Porém, devido a ausência de dados demográficos após a implantação dessas áreas é precipitado realizar análises que possam indicar a presença de gentrificação verde.

Ainda de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Curitiba (2016), das sete novas áreas verdes criadas entre os anos de 2013 e 2016, cinco estão dentro da Bacia do Rio Barigüi visando integrarem-se aos parques Tanguá, Tingüi e Barigüi, para implantação de áreas de preservação e de lazer ao longo de todo o Rio Barigüi criando um Parque Linear, uma das categorias de Unidades de Conservação previstas na Lei nº 9804 de 3 de janeiro de 2000, formando assim, um corredor de biodiversidade entre as diversas unidades de conservação, indo segundo Andrade (2001) desde a divisa com Almirante Tamandaré até o bairro da Caximba no extremo sul da Cidade.

Antes da criação das novas áreas verdes Andrade (2001) já indicava a existência de um maior percentual dessas áreas na região sul da cidade porém, concentrados apenas nos bosques da Fazendinha, do Trabalhador e Reinhard Maack e nos parques Iguaçu, Passaúna e Caiuá, Diadema e dos Tropeiros, estes três últimos considerados pelo autor na prática apenas um parque por serem áreas contíguas. Enquanto segundo o pesquisador, a região norte possuía um maior número de unidades e uma melhor distribuição espacial. O autor evidencia ainda usos diferenciados para os parques e bosques das duas regiões. Enquanto no sul o uso é predominantemente ocasional, com pequeno percentual de área para lazer ativo e menor acesso, os equipamentos destinados aos parques e bosques do norte são muito mais vultosos.

Ainda conforme Andrade (2001), na implantação do bosque do Trabalhador em área doada por Lourdes Araújo Canet, esposa do ex-governador do Paraná Jayme Canet Júnior, nota-se a criação de uma área verde pública seguida de investimentos em infraestrutura urbana resultando em valorização imobiliária da área. Sobre isso o autor entende que, independente da administração:

[...] desde a criação do Passeio Público, a implantação de parques e bosques sempre esteve associada à valorização imobiliária do entorno. Esse fenômeno proporcionou inúmeras parcerias entre a prefeitura e a iniciativa privada na produção desses espaços, acarretando mudança do perfil econômico da população do entorno pelo valor agregado por renda diferencial aos imóveis. Isto significa que, muitas vezes, a criação de uma área verde motivou o fenômeno denominado segregação branca [...] que ocorre quando o poder público realiza uma obra que acaba por valorizar a região e agitar o mercado imobiliário da localidade, levando os antigos moradores a transferirem suas residências e assim a não desfrutarem das melhorias (ANDRADE, 2001, pag 120).

Corroborando com o exposto, Silva (2012) também cita a exploração comercial do “apelo ecológico” nos empreendimentos imobiliários localizados em Pinhais e Mossunguê. Lembrando que além da estratégia de marketing entorno do slogan de “cidade ecológica” realizou-se também a aparência socialmente relevante no estabelecimento de parcerias público-privadas.

A imagem de “cidade ecológica” e as parcerias público-privadas foram exploradas, por exemplo, no processo de implantação do Ecoville, e ajudaram a justificar a alteração da legislação urbanística incidente na zona, reduzindo a densidade da ocupação e favorecendo a implantação dos grandes empreendimentos imobiliários voltados para as camadas de renda mais elevada que cresceram a partir da década de 1990 (SILVA, 2012, pag. 91).

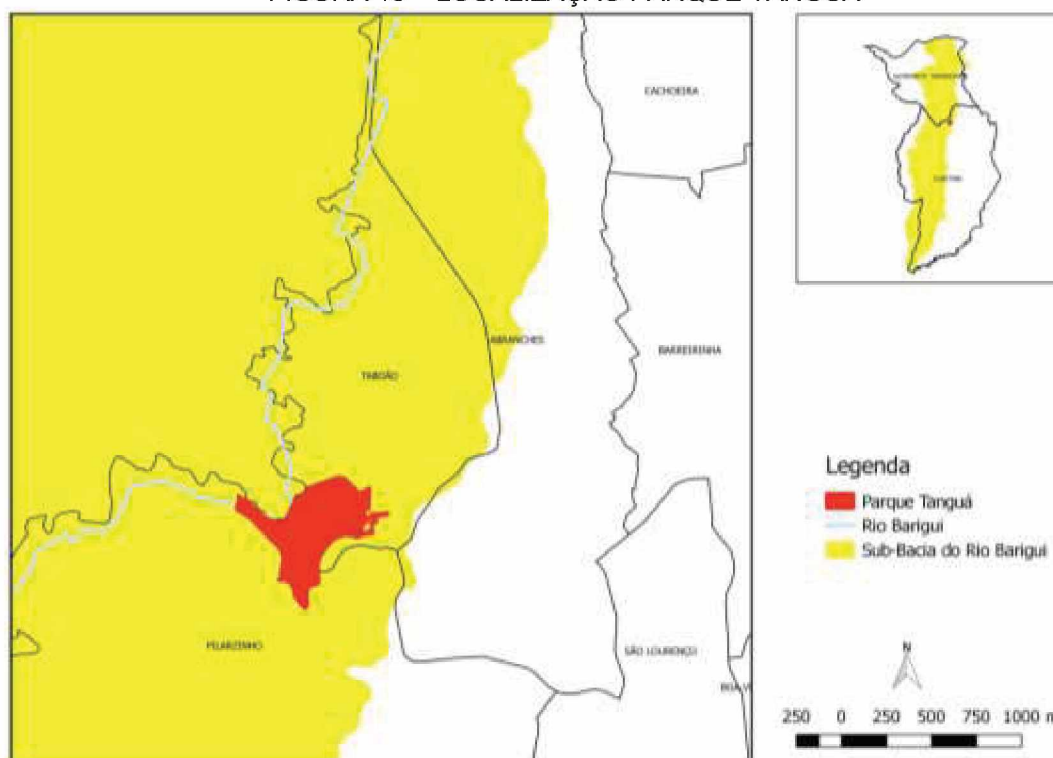
Assim Silva (2012) argumenta que além da alteração na localização tradicional da moradia de alta renda, a implantação de grandes empreendimentos imobiliários na região do Mossunguê produziu, também, a mudança do perfil socioeconômico da população residente. Segundo Silva (2012), antes dos empreendimentos, mais de 50% dos chefes de domicílio tinham renda até cinco salários mínimos; e em 2000, após a conclusão de 16 condomínios no Ecoville, a renda de mais de 50% dos chefes de domicílio era superior a cinco salários mínimos.

Com isso, para Silva (2012) fica claro o poder dos agentes sociais interessados e o papel do Estado no processo de estruturação espacial. E revela as reais intenções do marketing ecológico, que por meio de alterações nas diretrizes de ocupação urbana possibilita o surgimento de uma nova fronteira de expansão imobiliária. A pesquisadora ressalta ainda que em todos os casos por ela estudados, o Estado, responsável pelas normas urbanísticas, a implantação da infraestrutura e os subsídios públicos sempre se coloca como parceiro do setor imobiliário.

5.2 PARQUES ESTUDADOS

Localizado na divisa entre os municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré (ver figura 13), o parque Tanguá, enquadrado como Unidade de Conservação Municipal, possui segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (2010) uma área correspondente a 235.000 m². Dos quais fazem parte uma faixa da Área de Preservação Permanente do rio Barigüi e as antigas pedreiras da família Gava.

FIGURA 13 – LOCALIZAÇÃO PARQUE TANGUÁ



FONTE: A AUTORA

De acordo com o Plano de Manejo (2010) além de evitar a realização de loteamentos e a implantação de usina de reciclagem de resíduos da construção civil, a implantação do parque teve como objetivos principais a preservação da área de influência do rio Barigüi, impedir usos conflitivos para o fundo de vale e reprimir invasões em áreas de risco de enchentes.

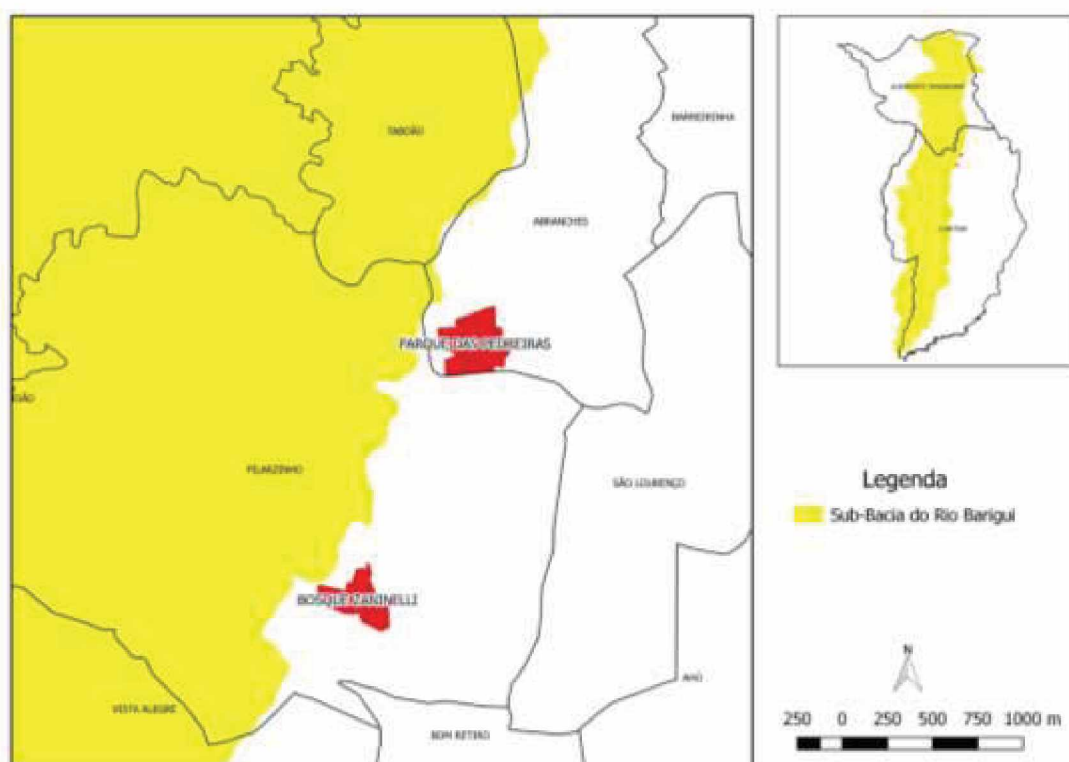
Já para Andrade (2001), assim como ocorreu com o parque Tingui inaugurado em 1994, o parque Tanguá apresenta no seu processo de criação um forte vínculo entre a esfera privada e o poder público. Numa exacerbação de um processo

recorrente desde a criação do Passeio Público. O autor indica que as doações das áreas particulares tinham em vista a valorização imobiliária, expectativa presente inclusive no plano de manejo do parque, e que se concretizou três anos após a implantação, com aumento de liquidez e valorização de pelo menos 40% dos terrenos vizinhos.

Em seu terceiro mandato como prefeito de Curitiba, o arquiteto e urbanista Jaime Lerner iniciou uma política de valorização da natureza, promovendo a criação de parques e bosques às margens de rios a partir dos quais se construíam lagos para a contenção de enchentes. Ao mesmo tempo, segundo Castelnou (2009), delegava à Fundação Cultural de Curitiba a incumbência de desenvolver projetos para a promoção da cultura desses locais.

Nesse período, sob o lema de Curitiba como “capital ecológica” foram implantados o Parque das Pedreiras e o Bosque Zaninelli, estando neste último localizada a Universidade Livre do Meio Ambiente (ver figura14).

FIGURA 14 – LOCALIZAÇÃO PARQUE DAS PEDREIRAS E BOSQUE ZANINELLI



FONTE: A AUTORA

Situado onde funcionava a Pedreira Municipal e a usina de asfalto o Parque das Pedreiras com seus 103.500 m², passou a figurar conforme Castelnou (2009), como um dos maiores símbolos mercadológicos da cidade.

Já o Bosque Zaninelli, localizado em uma área mata nativa de 37.000 m² que já existia desde 1947, teve em sua concepção segundo Pedron (2013) o objetivo de transformar uma das maiores pedreiras da cidade em um local para a divulgação das noções urbanísticas e ambientais de Curitiba. O bosque abriga também a Universidade Livre do Meio Ambiente, que surgiu como uma unidade da prefeitura de Curitiba visando ser um centro de educação ambiental e a tornou-se uma OSCIP “voltada para o Desenvolvimento Sustentável Urbano e a melhoria da qualidade de vida urbana” (UNILIVRE, 2018).

6 ANÁLISE E RESULTADOS

Buscando através da escolha metodológica já apontada, verificar nas áreas verdes estudadas, a presença do processo de gentrificação verde, como observada em outros centros urbanos, chegou-se nos resultados apontados nos itens subsequentes.

6.1 PARQUE TANGUÁ

A partir da análise visual das fotos e imagens aéreas da região de implantação do parque Tanguá (ver localização na Figura 13, pag. 72), é possível perceber uma urbanização já consolidada desde 1980 em torno da pedreira, existindo manchas de vegetação em diferentes estágios de regeneração.

Comparando as fotos e imagens dos três períodos, percebe-se que a densidade de edificações aumentou, porém, não de forma acentuada e sem tendência a verticalização. O baixo adensamento na região está demonstrado também nas poucas subdivisões dos setores censitários ao longo dos anos, uma vez que um dos critérios para essa delimitação segundo o IBGE é a quantidade de domicílios neles existentes (de 250 a 350 unidades habitacionais).

A ortofoto datada de 1999 (IPPUC) mostra nas imediações do parque já estruturado, a construção de um condomínio horizontal de alto padrão em área antes desocupada segundo a foto aérea de 1980. E na imagem de 2010 (Google Earth), outro condomínio com as mesmas características também construído em terreno antes desocupado.

O padrão de uso e ocupação do solo ruas e quadras estruturadas desde 1980, não demonstram existir desde essa época ocupações irregulares.

FIGURA 15 – FOTO AÉREA PARQUE TANGUÁ 1980



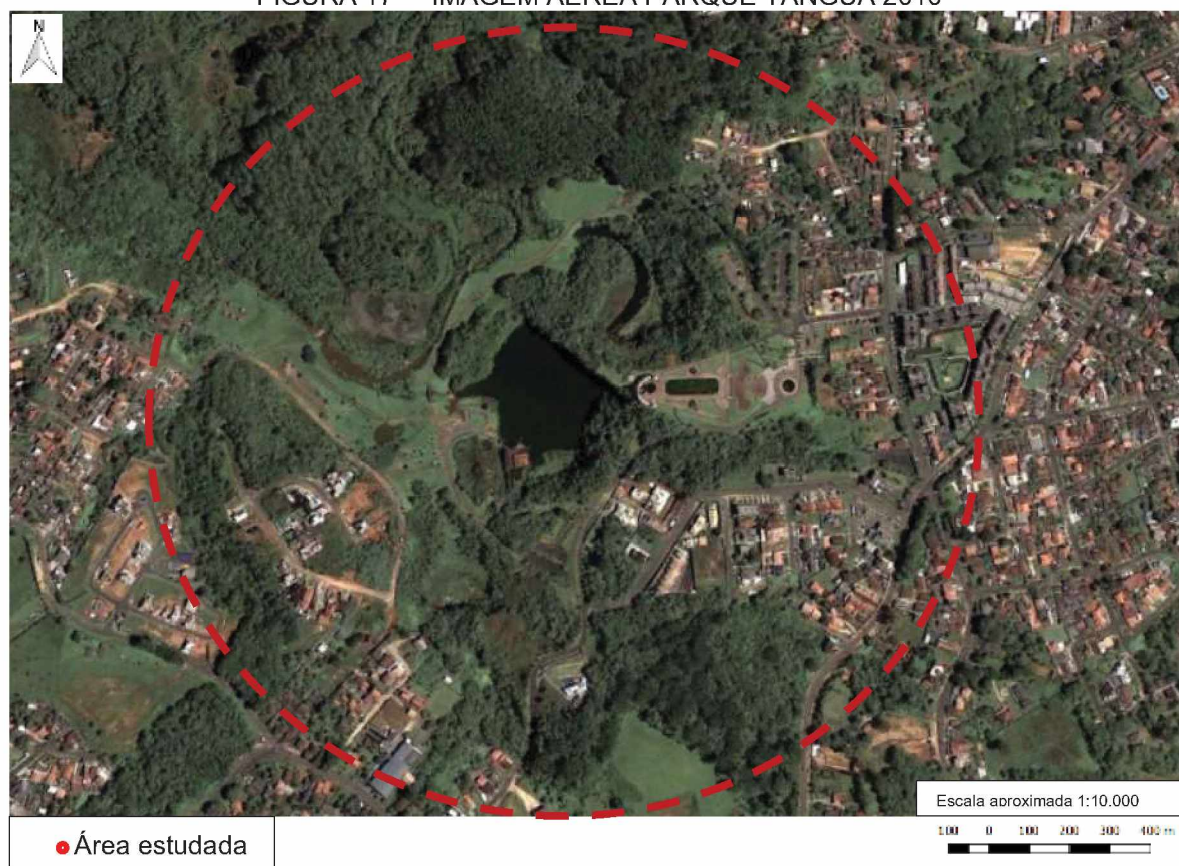
FONTE: ITCG (2017) editado pela autora

FIGURA 16 – ORTOFOTO PARQUE TANGUÁ 1999



FONTE: IPPUC (2018)

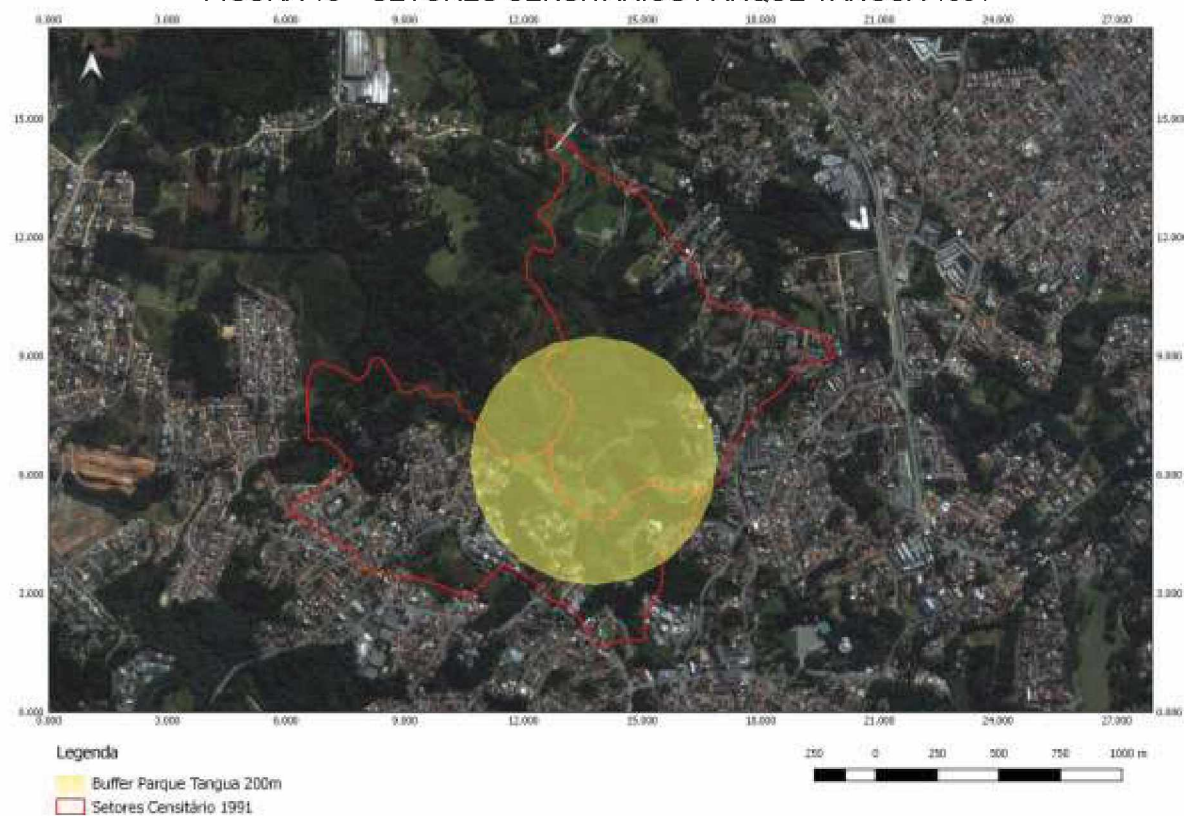
FIGURA 17 – IMAGEM AÉREA PARQUE TANGUÁ 2010



FONTE: GOOGLE EARTH (2018)

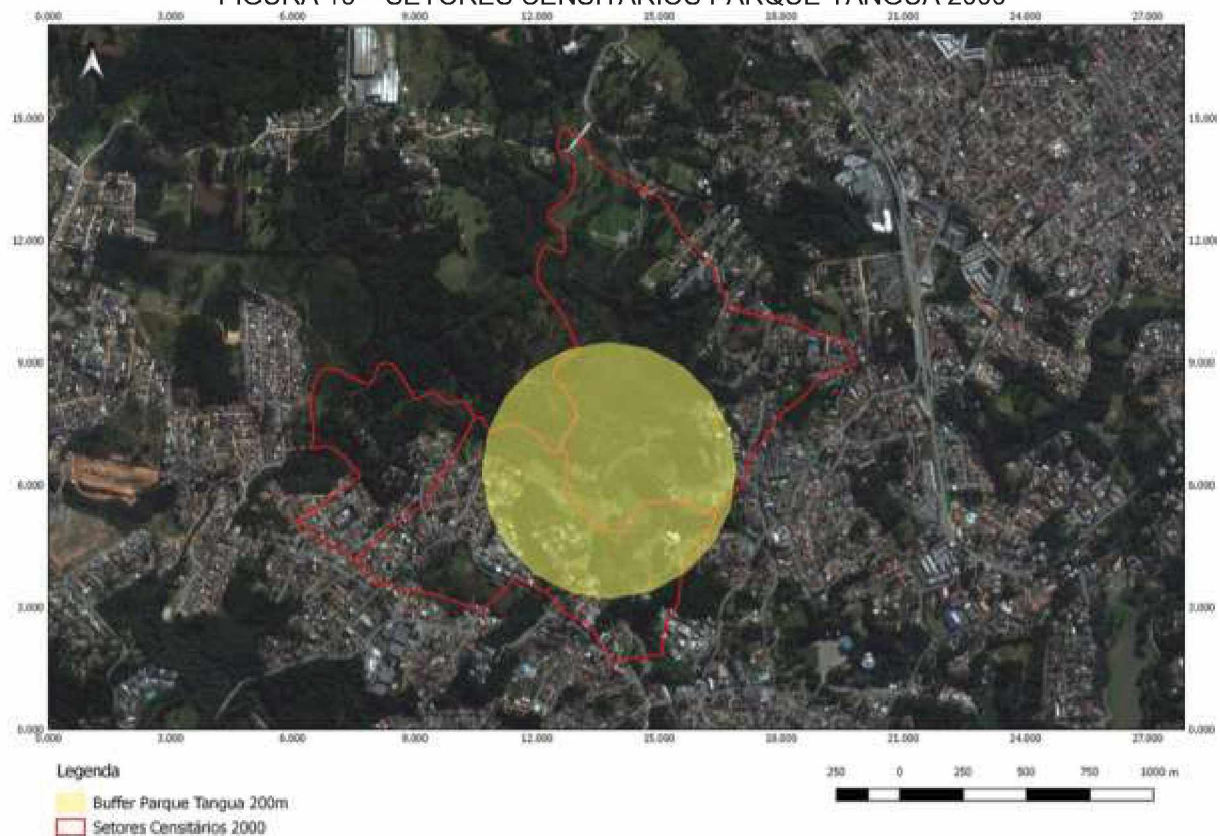
Já os dados obtidos a partir dos Censos do IBGE conforme consta na Tabela 2 a baixo, mostram um aumento maior do que o constatado com a as análises das fotos e imagens, no que diz respeito ao número de domicílios permanentes próprios e ao número de residentes nos setores do entorno. É importante destacar que, conforme podem ser observados nos mapas, os setores censitários ocupam uma área significativamente maior do que o buffer de 200m. O que pode indicar maior adensamento em áreas mais distantes do parque.

FIGURA 18 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE TANGUÁ 1991



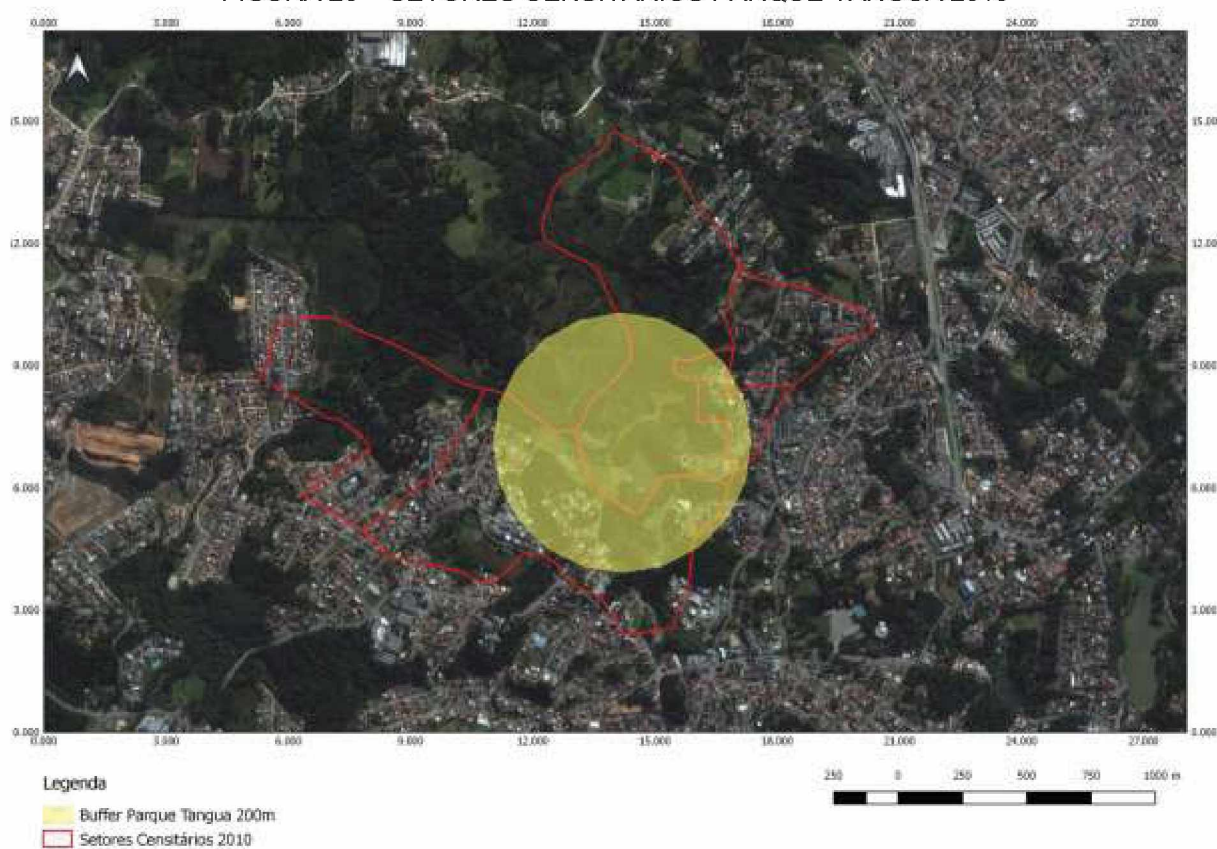
FONTE: AUTORA (2017)

FIGURA 19 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE TANGUÁ 2000



FONTE: AUTORA (2018)

FIGURA 20 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE TANGUÁ 2010



FONTE: AUTORA (2018)

Com isso, infere-se que os domicílios localizados no entorno do parque são destinados a famílias de maior renda, o que fica reforçado pela identificação dos condomínios horizontais nas fotos e imagens, principalmente a partir de 1999. Porém, os dados de escolaridade e renda mostram aumento no nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio, bem como da renda nos setores como um todo. A escolaridade segue a tendência municipal, já os dados de renda, mostram uma concentração maior que os números para o município.

TABELA 2 – DADOS PARA OS SETORES CENSITÁRIOS DO PARQUE TANGUÁ

	1991	2000	2010
Residentes nos setores	2461 (1.315.035*)	3209 (1.587.315 *)	4127 (1.751.907*)
Domicílio particular permanente com construção e terreno próprios (1991) e domicílio particular permanente próprio/quitado/em aquisição (2000 e 2010)	448 (350.604*)	668 (352.993*)	1022 (415.041*)
Moradores em domicílios particulares permanentes próprios/quitados/em aquisição	2458 (1.300.761*)	2461 (1.204.808*)	3170 (1.276.456*)
Responsáveis alfabetizados	581	833	1330
Responsáveis dom. part. perm. mais de 11 anos de estudo	106 (128.740*)	256 (256.113*)	-
Responsáveis com rendimento nominal de até 1/2 salário	20 (27.392*)	5 (2.658*)	3 (3.973*)
Responsáveis com rendimento nominal de 1/2 a 1 salário	62 (87.365*)	89 (63.929*)	166 (58.720*)
Responsáveis com rendimento nominal de 1 a 2 salários	149 (245.165*)	165 (123.498*)	292 (140.781*)
Responsáveis com rendimento nominal de 2 a 3 salários	142 (202.579*)	104 (105.536*)	194 (90.476*)
Responsáveis com rendimento nominal de 3 a 5 salários	118 (237.815*)	167 (143.162*)	176 (88.054*)
Responsáveis com rendimento nominal de 5 a 10 salários	73 (240.428*)	179 (144.117*)	240 (86.219*)
Responsáveis com rendimento nominal de 10 a 15 salários	14 (94.723*)	48 (41.776*)	52 (20.305*)
Responsáveis com rendimento nominal de 15 a 20 salários	4 (42.540*)	32 (32.046*)	29 (17.517*)
Responsáveis com rendimento nominal maior de 20 salários	3 (71.695*)	29 (47.369*)	26 (15.078*)

*Dados para o Município

FONTE: IBGE adaptado pela autora

6.2 PARQUE DAS PEDREIRAS

As análises das fotos e imagem do Parque das Pedreiras (ver localização na Figura 14, p. 73) mostram uma urbanização bem estabelecida desde a década de 1980 e o aumento do adensamento nos anos seguintes.

FIGURA 21 – FOTO AÉREA PARQUE DAS PEDREIRAS 1980

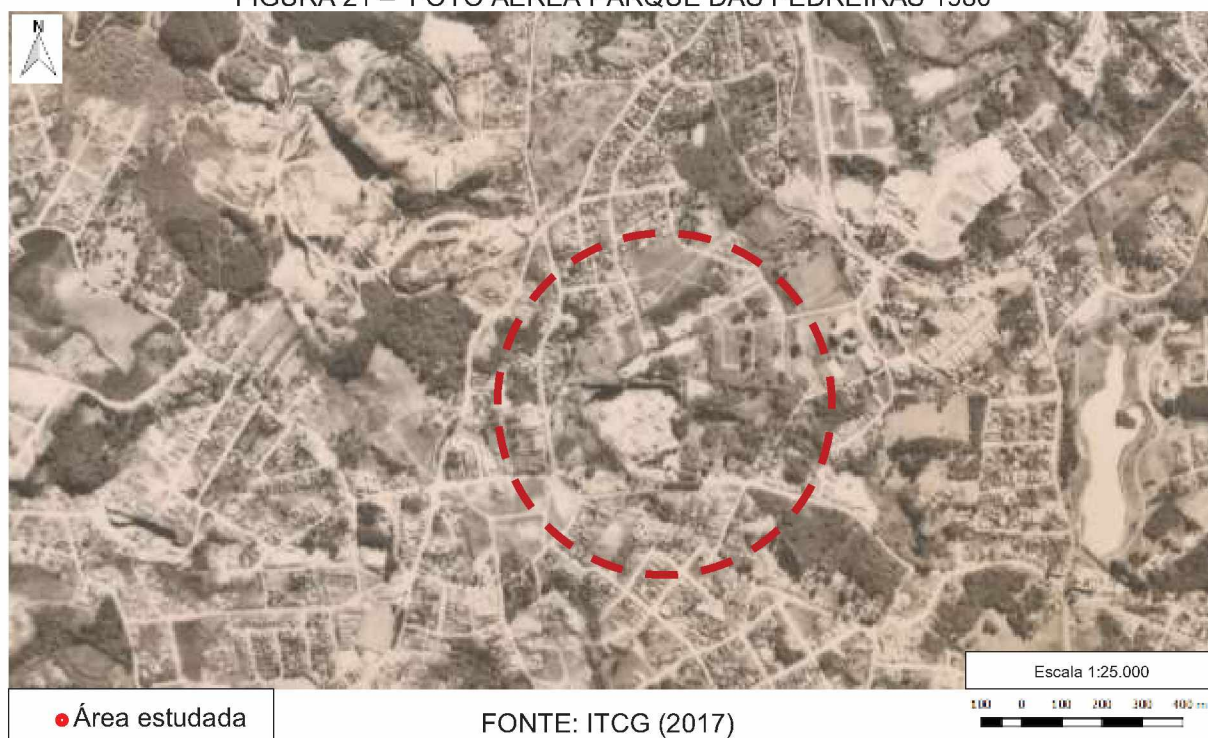


FIGURA 22 – ORTOFOTO PARQUE DAS PEDREIRAS 1999

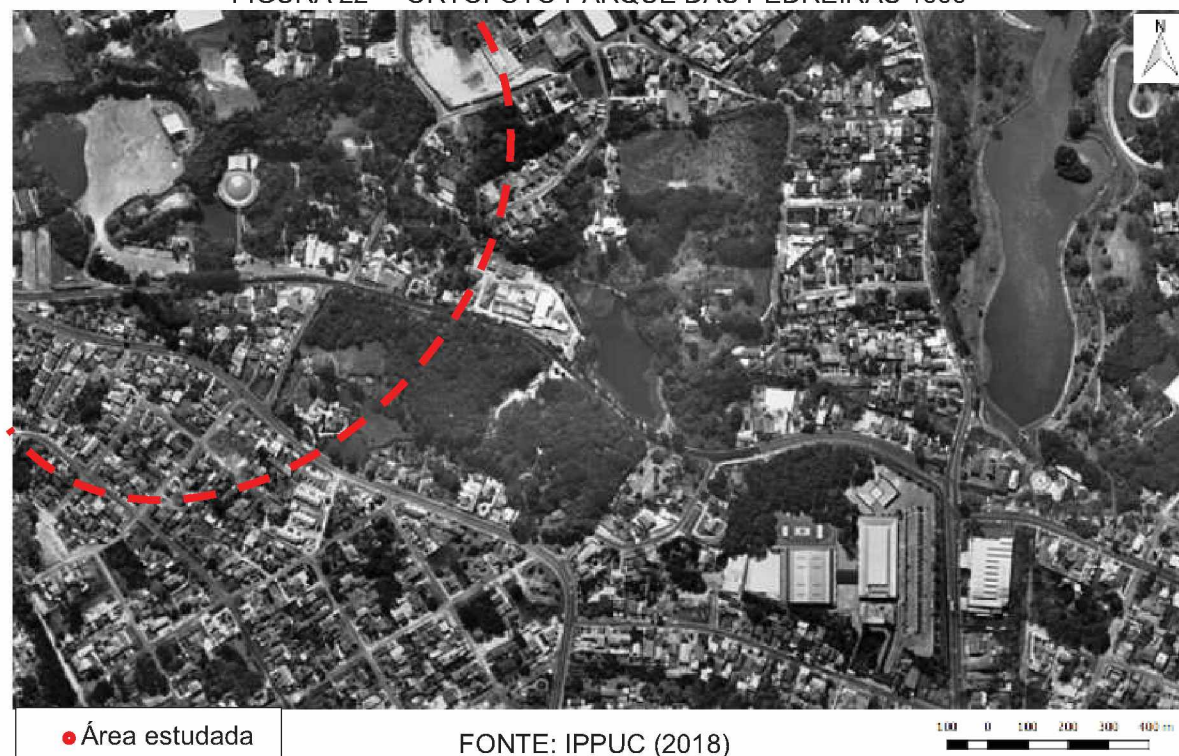
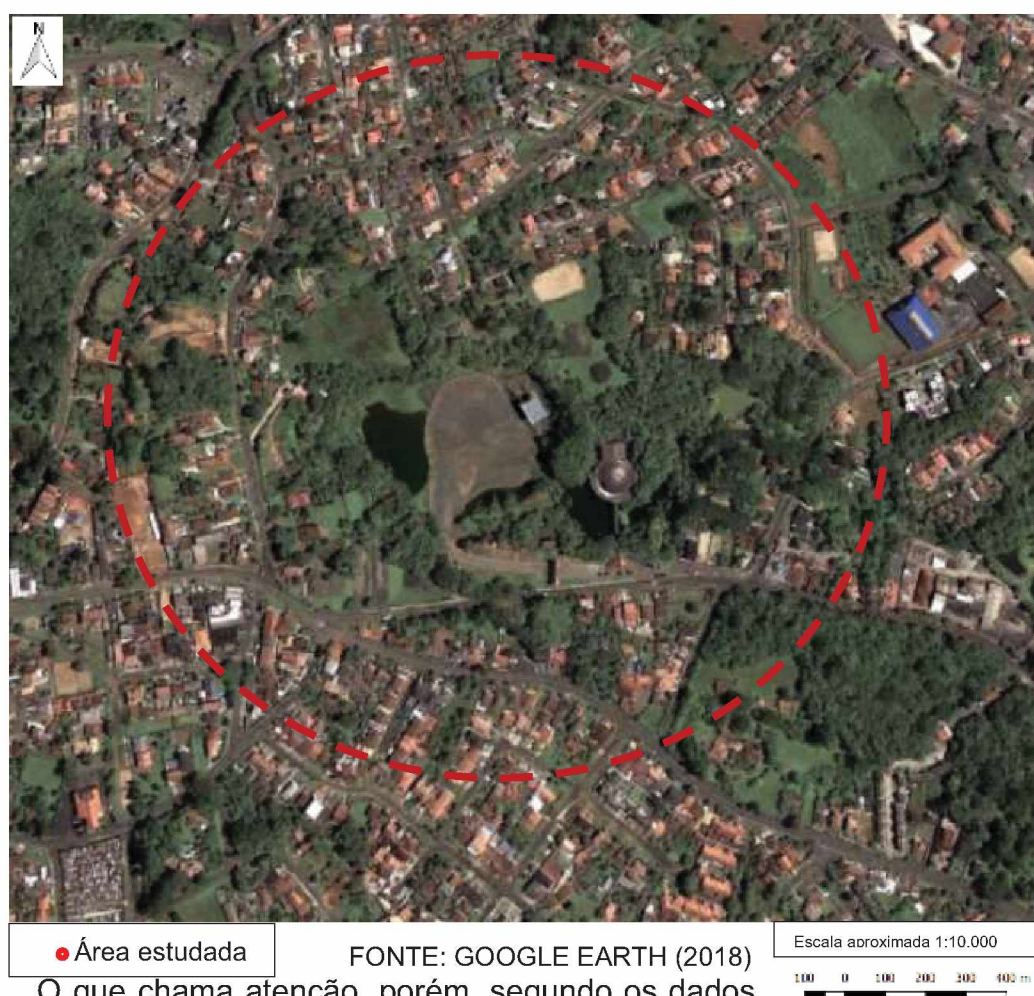
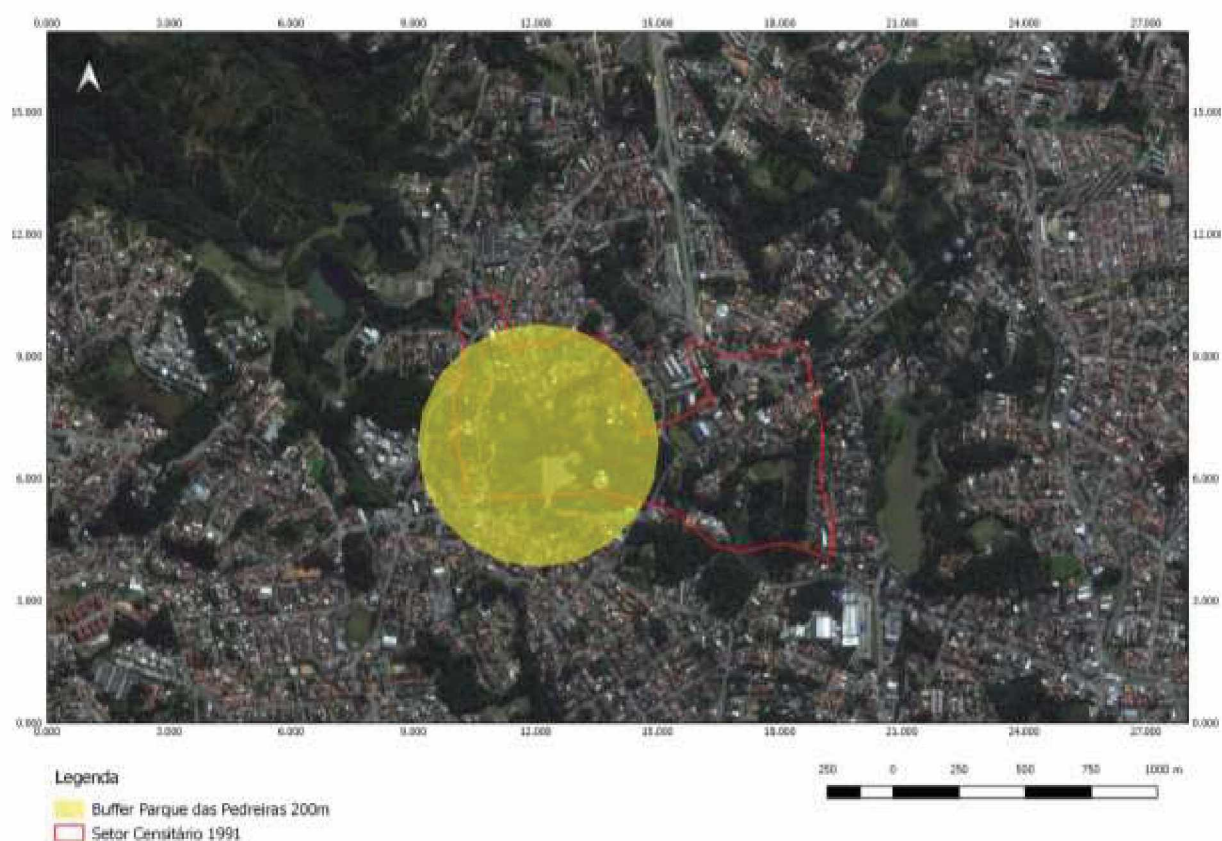


FIGURA 23 – IMAGEM AÉREA PARQUE DAS PEDREIRAS 2010



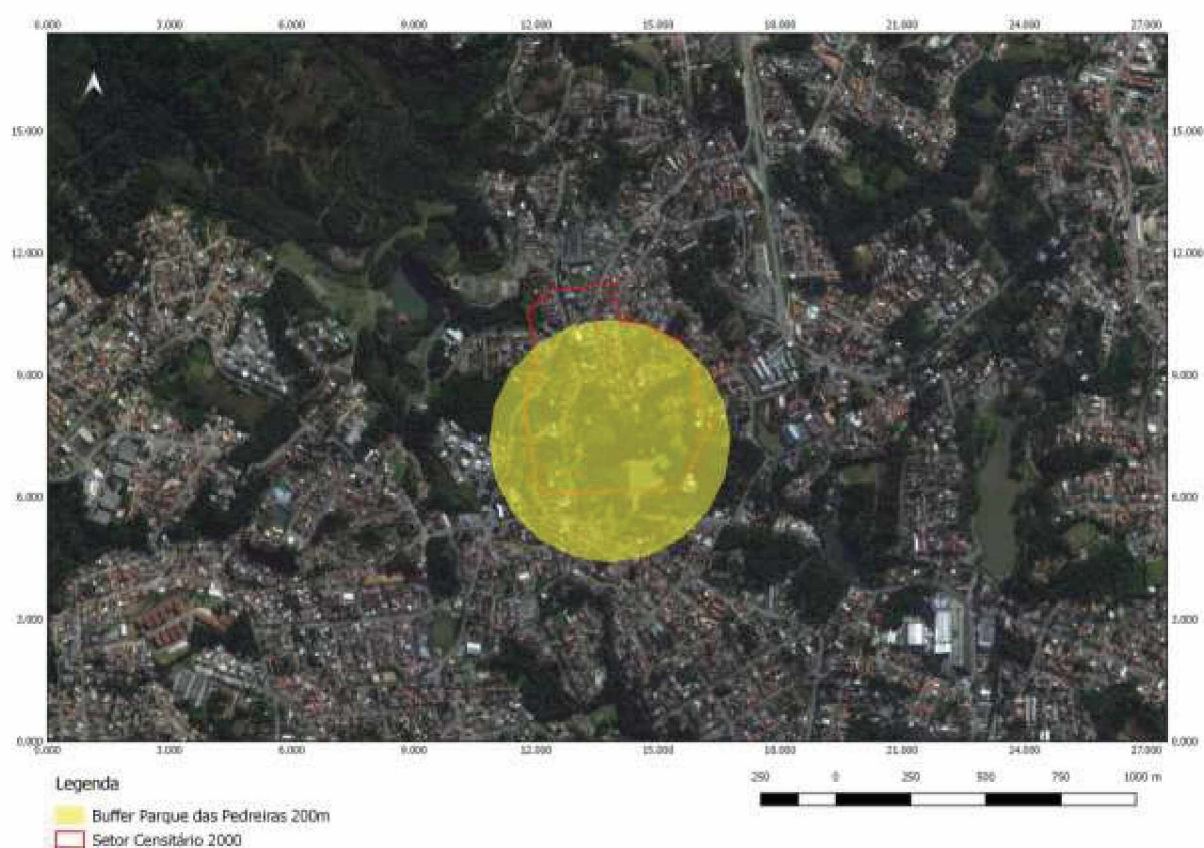
O que chama atenção, porém, segundo os dados do IBGE, é a queda no número de residentes por domicílio, mesmo tendo aumentado o número de domicílios permanentes próprios e de residentes nos setores. Apesar de esta queda ser verificada também nos dados do município, neste caso específico, a diminuição do tamanho dos lotes pode ser o fator causador da tendência. Essa interpretação aliada à queda seguida do aumento do número de responsáveis com renda entre 1 a 3 salários mínimos, ao mesmo tempo em que houve aumento seguido de queda no número de responsáveis com rendimento mensal de 20 salários, pode demonstrar uma mudança no perfil do morador da região 20 anos após a implantação do parque. Fato relevante quando se observa a distribuição homogênea das áreas verdes na imagem aérea de 2010 (Figura 23, p. 82).

FIGURA 24 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE DAS PEDREIRAS 1991



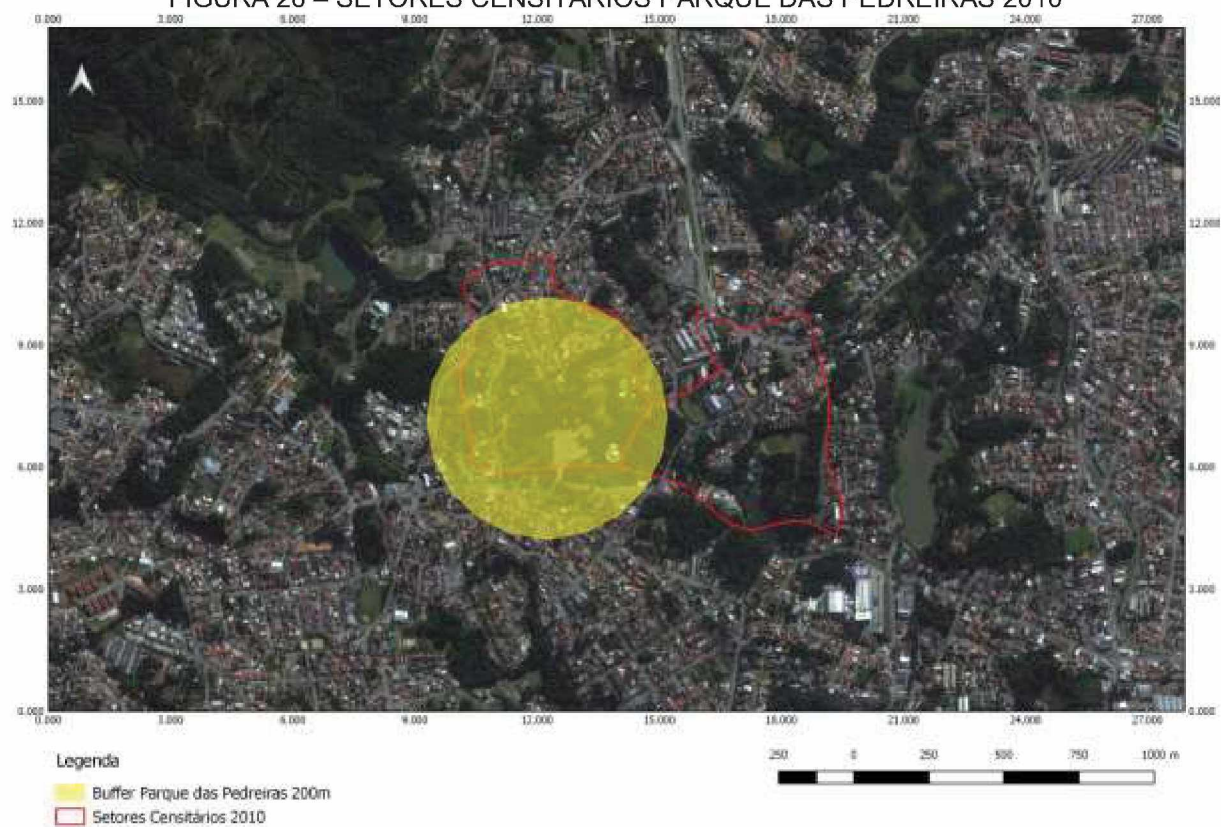
FONTE: AUTORA (2018)

FIGURA 25 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE DAS PEDREIRAS 2000



FONTE: AUTORA (2018)

FIGURA 26 – SETORES CENSITÁRIOS PARQUE DAS PEDREIRAS 2010



FONTE: AUTORA (2018)

TABELA 3 – DADOS PARA OS SETORES CENSITÁRIOS DO PARQUE DAS PEDREIRAS

	1991	2000	2010
Residentes no setor	1410 (1.315.035*)	1591 (1.587.315*)	1627 (1.751.907*)
Domicílio particular permanente com construção e terreno próprios (1991) e domicílio particular permanente próprio/quitado/em aquisição (2000 e 2010)	244 (350.604*)	369 (352.993*)	433 (415.041*)
Moradores em domicílios particulares permanentes próprios/quitados/em aquisição	1404 (1.300.761*)	1276 (1.204.808*)	1332 (1.276.456*)
Responsáveis alfabetizados	342	460	530
Responsáveis dom part perm mais de 11 anos de estudo	144 (128.740*)	255 (128.740*)	-
Responsáveis com rendimento nominal de até 1/2 salário	7 (27.392*)	0 (2.658*)	1 (3.973*)
Responsáveis com rendimento nominal de 1/2 a 1 salário	32 (87.365*)	23 (63.929*)	33 (58.720*)
Responsáveis com rendimento nominal de 1 a 2 salários	54 (245.165*)	40 (123.498*)	96 (140.781*)
Responsáveis com rendimento nominal de 2 a 3 salários	48 (202.579*)	42 (105.536*)	81 (90.476*)
Responsáveis com rendimento nominal de 3 a 5 salários	60 (237.815*)	70 (143.162*)	92 (88.054*)
Responsáveis com rendimento nominal de 5 a 10 salários	52 (240.428*)	134 (144.117*)	110 (86.219*)
Responsáveis com rendimento nominal de 10 a 15 salários	40 (94.723*)	40 (41.776*)	32 (20.305*)
Responsáveis com rendimento nominal de 15 a 20 salários	17 (42.540*)	50 (32.046*)	25 (17.517*)
Responsáveis com rendimento nominal maior de 20 salários	31 (71.695*)	53 (47.369*)	22 (15.078*)

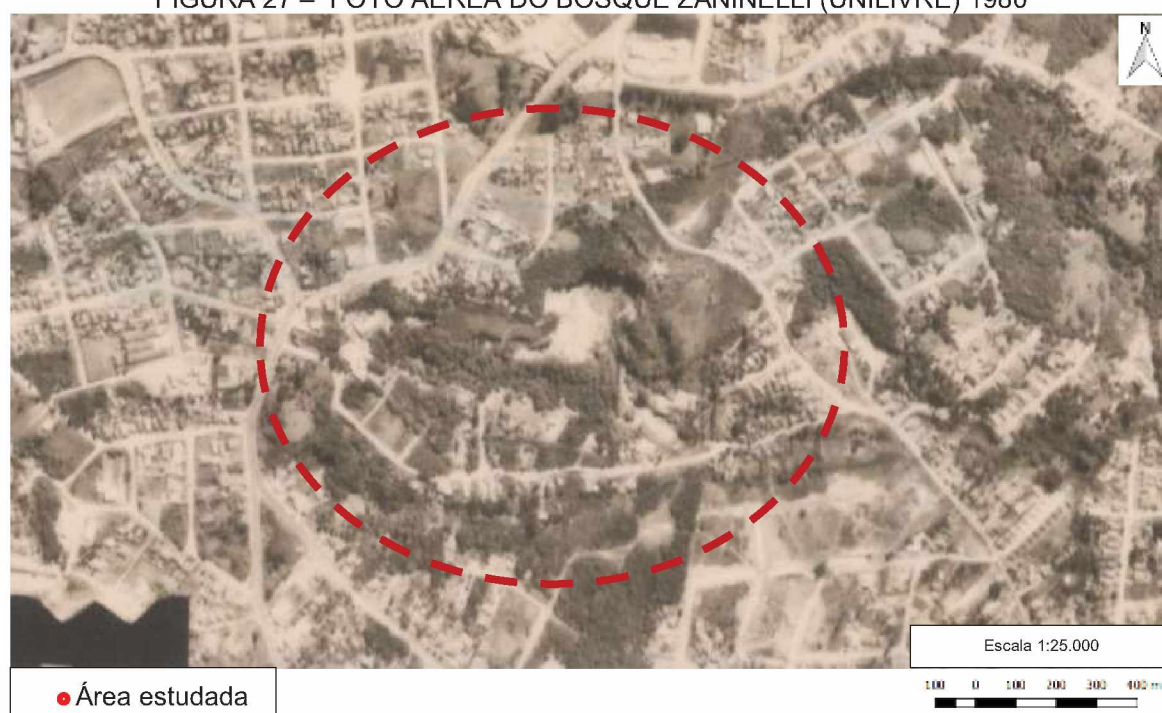
*Dados para o Município

FONTE: IBGE adaptado pela autora

6.3 BOSQUE ZANINELLI

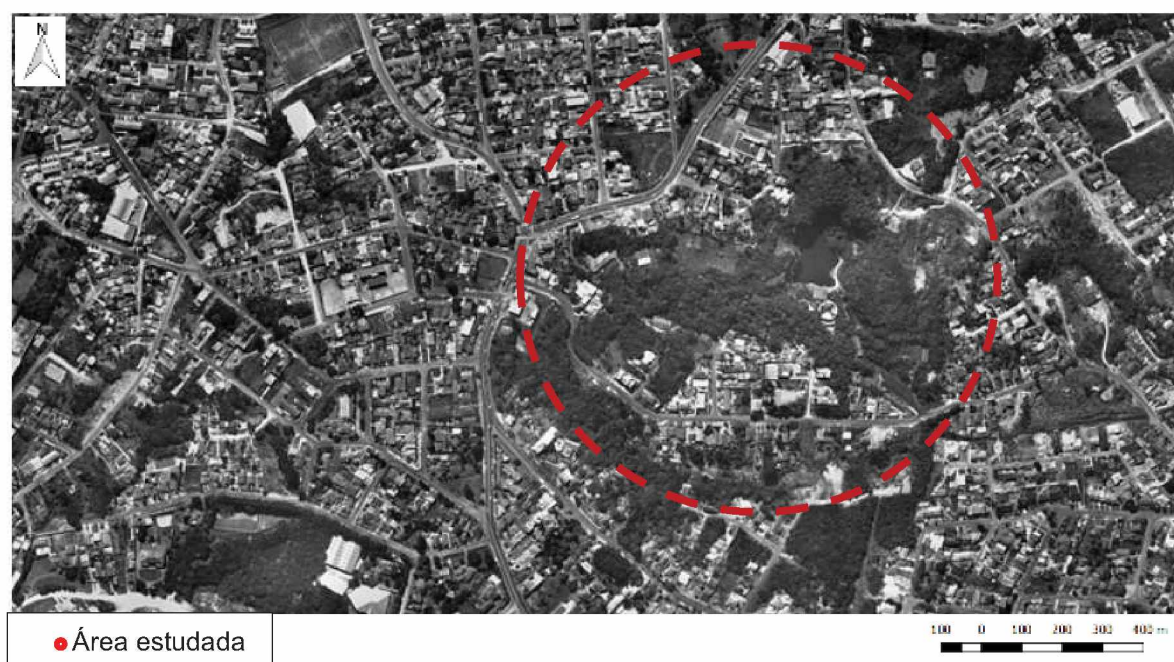
O caso do Bosque Zaninelli (ver localização na Figura 14, p.73) se assemelha ao Parque das Pedreiras, porém, aqui a queda no número de residentes por domicílio parece estar atrelada a diminuição do número de moradores no setor como um todo no período de 1991 e 2000. Tendo a retomada no crescimento de 2000 a 2010.

FIGURA 27 – FOTO AÉREA DO BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 1980



FONTE: ITCG (2017)

FIGURA 28 – ORTOFOTO BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 1999



FONTE: IPPUC (2018) adaptado pela autora

FIGURA 29 – IMAGEM AÉREA BOSQUE ZANINELLI (UNILIVRE) 2010



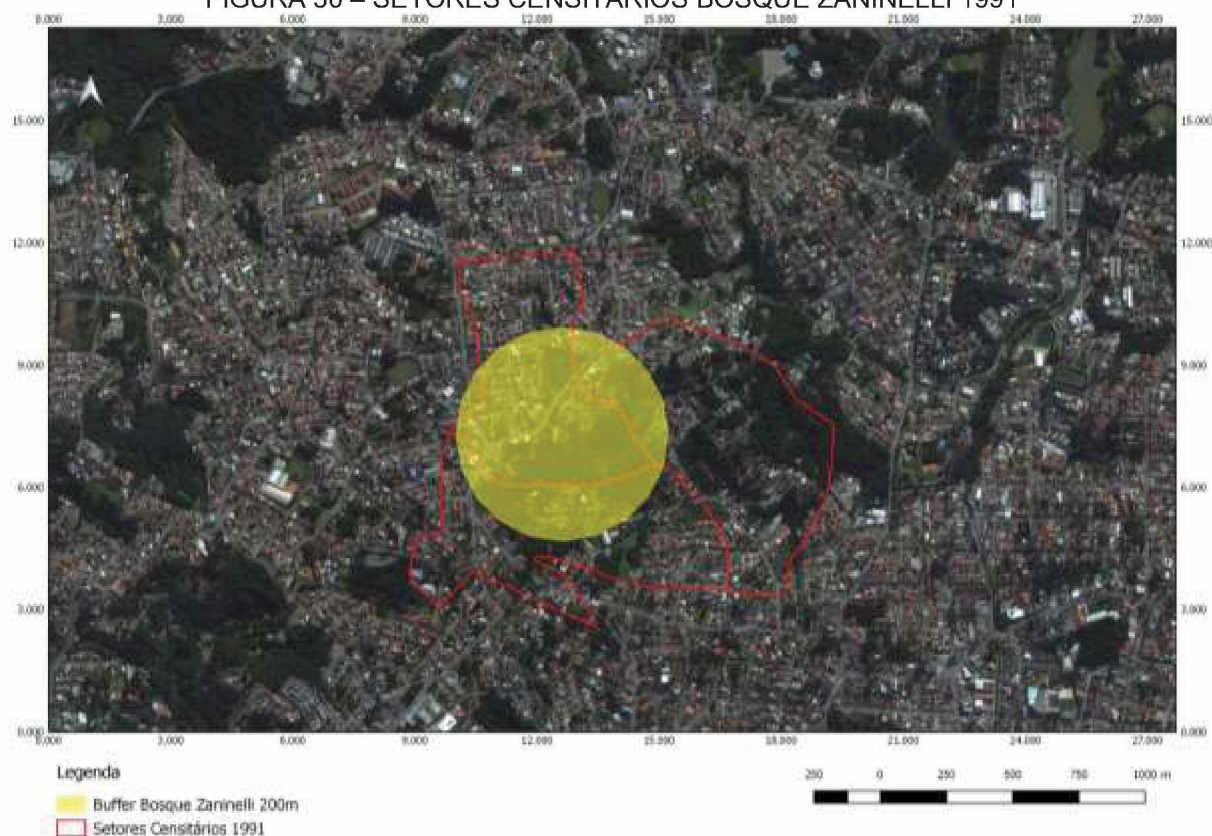
FONTE: GOOGLE EARTH (2018) adaptado pela autora

Fato interessante é a diminuição do número de responsáveis alfabetizados na coleta de 1991, mesmo tendo aumentado o número de responsáveis com 11 anos ou mais de escolarização. O número de anos de estudo por sua vez, parece estar

relacionado à renda dos responsáveis pelo domicílio, que teve aumento de 1991 a 2000 e queda entre 2000 e 2010.

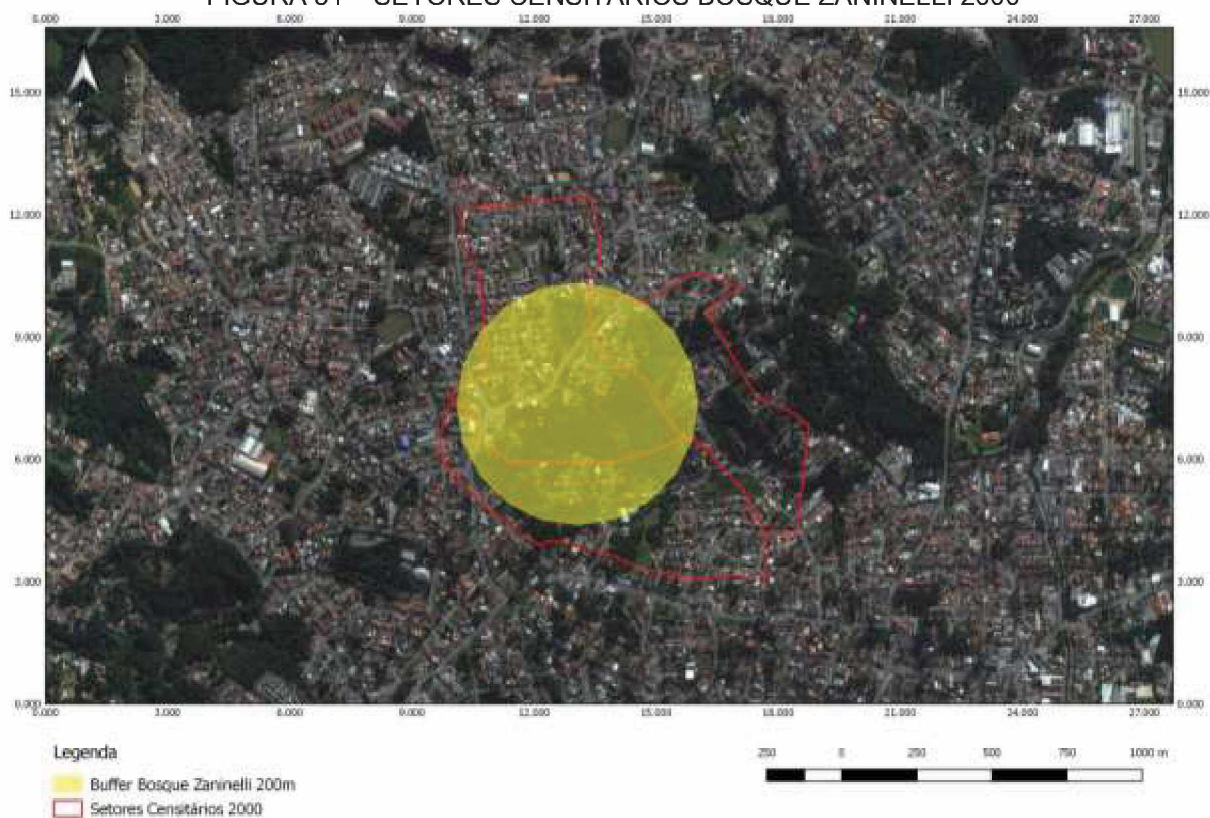
Mais detalhadamente percebe-se a diminuição seguida de aumento no número de responsáveis com rendimento mensal de até 5 salários mínimos. Nos casos de rendimentos acima do salário mínimo observa-se o processo inverso. O que mais uma vez pode demonstrar uma mudança no perfil do morador da região após a implantação do parque, mesmo havendo uma significativa presença de áreas verdes na região, assim como ocorre no entorno do parque das Pedreiras.

FIGURA 30 – SETORES CENSITÁRIOS BOSQUE ZANINELLI 1991



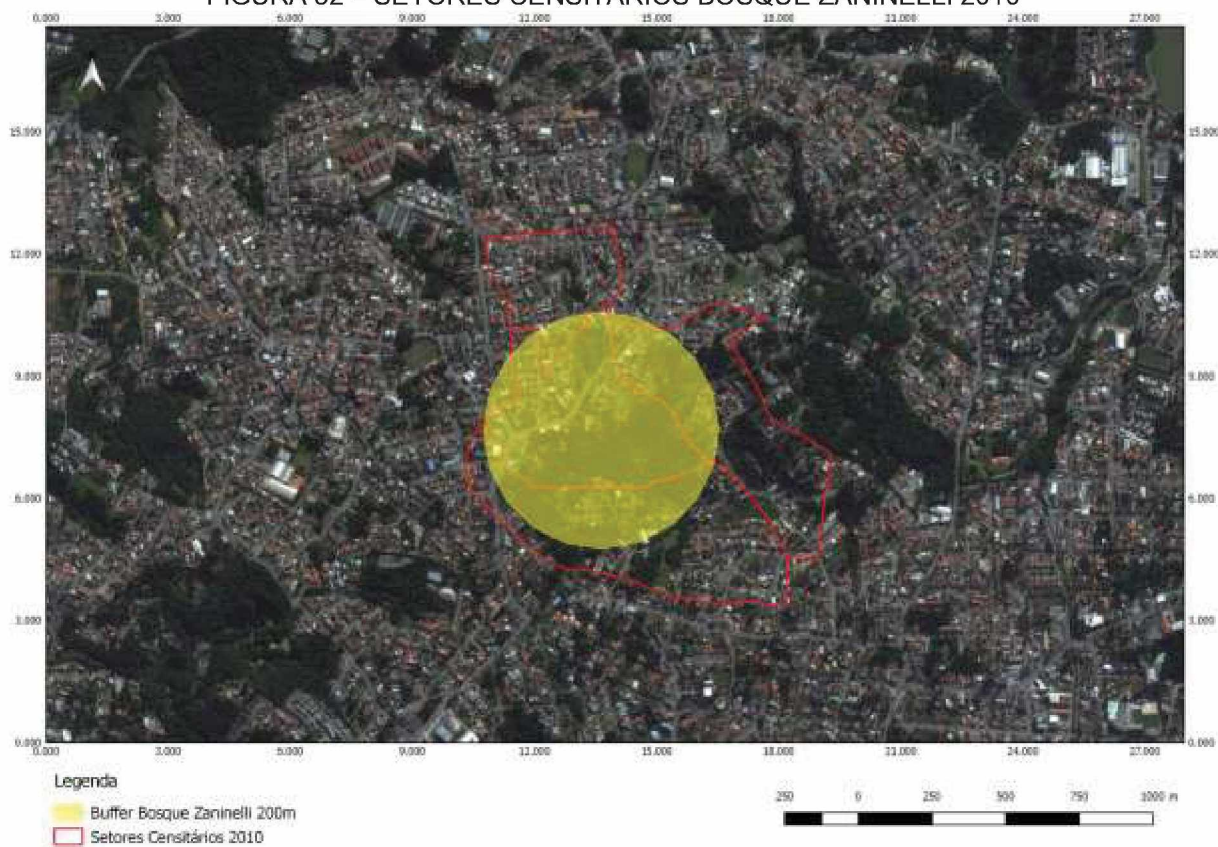
FONTE: AUTORA (2018)

FIGURA 31 – SETORES CENSITÁRIOS BOSQUE ZANINELLI 2000



FONTE: AUTORA (2018)

FIGURA 32 – SETORES CENSITÁRIOS BOSQUE ZANINELLI 2010



FONTE: AUTORA (2018)

TABELA 4 – DADOS PARA OS SETORES CENSITÁRIOS DO BOSQUE ZANINELLI

	1991	2000	2010
Residentes nos setores	3521 (1.315.035*)	2930 (1.587.315 *)	3085 (1.751.907*)
Domicílio particular permanente com construção e terreno próprios (1991) e domicílio particular permanente próprio/quitado/em aquisição (2000 e 2010)	648 (350.604*)	676 (352.993*)	793 (415.041*)
Moradores em domicílios particulares permanentes próprios/quitados/em aquisição	3496 (1.300.761*)	2314 (1.204.808*)	2463 (1.276.456*)
Responsáveis alfabetizados	927	842	997
Responsáveis dom part perm com mais de 11 anos de estudo	415 (128.740*)	460 (128.740*)	-
Responsáveis com rendimento nominal de até 1/2 salário	18 (27.392*)	1 (2.658*)	2 (3.973*)
Responsáveis com rendimento nominal de 1/2 a 1 salário	91 (87.365*)	66 (63.929*)	85 (58.720*)
Responsáveis com rendimento nominal de 1 a 2 salários	152 (245.165*)	90 (123.498*)	186 (140.781*)
Responsáveis com rendimento nominal de 2 a 3 salários	128 (202.579*)	72 (105.536*)	147 (90.476*)
Responsáveis com rendimento nominal de 3 a 5 salários	159 (237.815*)	143 (143.162*)	165 (88.054*)
Responsáveis com rendimento nominal de 5 a 10 salários	193 (240.428*)	217 (144.117*)	196 (86.219*)
Responsáveis com rendimento nominal de 10 a 15 salários	87 (94.723*)	52 (41.776*)	55 (20.305*)
Responsáveis com rendimento nominal de 15 a 20 salários	43 (42.540*)	71 (32.046*)	62 (17.517*)
Responsáveis com rendimento nominal maior de 20 salários	58 (71.695*)	93 (47.369*)	37 (15.078*)

*Dados para o Município

FONTE: IBGE adaptado pela autora

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o marco teórico voltado à análise crítica e ao enfoque interdisciplinar adotados neste estudo, é possível compreender o conceito de gentrificação como sendo um fenômeno intrinsecamente ligado ao processo de construção do território no contexto da cidade global, fruto da lógica capitalista. Do mesmo modo, a gentrificação verde passa a figurar nesse quadro à medida que o conceito da sustentabilidade, quando não respeitada a igualdade entre os aspectos social, econômico e ambiental, é absorvido de maneira tendenciosa a fim de atender interesses individuais ou de grupos hegemônicos.

Essa tendência é percebida em grandes cidades brasileiras, como pôde ser observado na análise comparativa entre as evidências de gentrificação e gentrificação verde presente em Dona Teodora (Porto Alegre), Água Espraiada (São Paulo), Pelourinho-Carmo (Salvador) e no Porto Maravilha (Rio de Janeiro). Sendo mais intensa a manifestação do fenômeno quanto maior a visibilidade internacional da cidade.

Dessa forma fica claro o relevante papel do capitalismo na construção urbana que leva a gentrificação. Porém não é possível afirmar que em uma realidade alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista não seria observada a presença do fenômeno. Ou ainda que projetos de revitalização sejam sempre precursores da gentrificação.

No que diz respeito às características apresentadas por Smith, apesar de terem sido elaboradas a partir do estudo de cidades anglo-saxãs, mostraram-se extensivas também às cidades brasileiras com destaque global, tais como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Nelas o Estado e o capital internacional atuam como elementos centrais no processo, estando presentes também na dinâmica os movimentos de resistência. Nota-se, contudo, que o perímetro de ocorrência da gentrificação não se limita às áreas centrais, mostrando certo atendimento às especificidades locais.

Quanto aos recortes de análise, considera-se serem possíveis algumas considerações. Em relação à efetiva ocorrência de processos de gentrificação nos locais estudados, apesar de haver a ocupação de população de maior renda após a renovação das áreas, não fica clara a expulsão de antigos moradores de renda menor.

Com destaque para o caso do parque Tanguá em que condomínios horizontais foram instalados em áreas anteriormente vazias. Pode se concluir, com isso se tratar não de casos de gentrificação, mas de ações do poder público combinadas a especulação imobiliária. Há de se lembrar nesse caso porém, que não foram levantadas informações relativas ao município de Almirante Tamandaré, vizinho ao parque, podendo ser este o objeto de futuras pesquisas, uma vez que questões socioambientais como já apontadas em capítulos anteriores, não respeitam os limites intermunicipais.

A instalação dos parques e infraestrutura nas imediações do Parque das Pedreiras e do Bosque Zaninelli parece, em primeira análise, ter levado a ocupação por famílias de maior renda. Porém, após um primeiro momento de grande divulgação dos projetos, o perfil da população nessas áreas parece ter sofrido mudanças. Essas alterações podem estar relacionadas a fatores externos ao foco deste estudo, como problemas relacionados à mobilidade e, no caso específico do Parque das Pedreiras, à poluição sonora causada pelos shows realizados na Pedreira Paulo Leminski.

As mudanças no padrão de ocupação a partir do momento em que os investimentos em infraestrutura diminuem na região coincidem com um dos fatores apontados por Neil Smith relacionados ao processo de gentrificação, que é o ciclo de investimento e desinvestimento e novo investimento em determinada região. Assim, apesar de nos casos estudados não ficarem explícitas evidências de gentrificação verde, Curitiba enquanto cidade de influência global, com tradição por parte do poder público em fomentar políticas que em outras regiões se mostraram vinculadas ao fenômeno da gentrificação, está apta a apresentar no futuro expressões do processo.

Por outro lado, o aumento da participação da população em iniciativas como a criação de espaços públicos de lazer (Praça de Bolso do Ciclista) e de agricultura urbana (Horta Comunitária de Calçada do Cristo Rei), além de maior divulgação de instrumentos de participação popular no planejamento e gestão municipal, entre os quais as consultas públicas para apontamento de serviços prioritários, podem coibir a proliferação de projetos que levem à gentrificação e gentrificação verde à medida que enriquecem o debate e incorporam diferentes pontos de vista e perspectivas na tomada de decisão.

Contudo há de se aprofundar os estudos na capital. As imediações do Centro Cívico e Centro Histórico, a região do Bairro Rebouças e os parques que compõem o

corredor ecológico da Bacia do Rio Barigui na porção sul da cidade (Parques Cambuí, Guairacá, Mané Garrincha, Mairi, Yberê e Reserva do Bugio) seriam casos de estudo relevantes. Assim como as intervenções esperadas para o Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba (NUC – RMC) como o futuro Parque a ser implantado onde se situa a Lagoa Deco Mafra (Lagoa Azul) localizada no município de campo magro.

ACSELRAD, H. **A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Ambientalização das lutas sociais. O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, maio 1999, p. 80-90. Disp. on line: <http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/27/15>. Acesso: 12/10/2016.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G. N. **O Que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 160 p.

ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ANDRADE, R. V. de. O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba. 2001. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná.

ARAKI, H. **FOTOGRAMETRIA**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Curitiba, 2004.

ARANTES, O. Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.

ATKINSON, R. Measuring Gentrification and Displacement in Greater London. **Urban Studies**, Vol. 37, No. 1, 149± 165, 2000

BARATA, C. **O Rio de Janeiro visto pelos artistas franceses**. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/1849319/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

BELING LOOSE, E et al. A formação do educador ambiental em debate: uma perspectiva interdisciplinar sobre o perfil deste profissional. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 98-113, jan. 2015. ISSN 2177-580X. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/pea/article/view/128696/125441>>. Acesso em: 10 dec. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol9.n2.p98-113>.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). (2006). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo, Annablume.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. Gentrificação na França: considerações sobre a gênese e história do conceito na sociologia urbana francesa. **Revista e-metropolis**: nº 27 - ano 7, dezembro de 2016 Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1891%3Agentrifica%C3%A7%C3%A3o-na-fran%C3%A7a-a-hist%C3%B3ria-do-conceito-na-sociologia-urbana-francesa&Itemid=171&lang=pt# Acesso em 01/0/2017

BEAUREGARD, R. (1986). “The chaos and complexity of gentrification”. In: SMITH, N. e WILLIAMS, P. (ed.). **Gentrification of the City**. Londres, Allen & Unwin.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Série População e Desenvolvimento Sustentável. **Dinâmica populacional, urbanização e meio ambiente**: Subsídios para a Rio+20. Brasília: 2014.

BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. (Org.) **Planos Diretores Municipais**: Novos conceitos de Planejamento Territorial. São Paulo: Annablume, 2007.

CASTELNOU, A. M. N. Parques urbanos de Curitiba: De espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, out. 2009. ISSN 2316-1752. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/832/804> >. Acesso em: 05 Mar. 2018.

CAVALCANTI, C. (Org.); FURTADO, A.; Andri Stahel, Antônio Ribeiro, Armando Mendes, Celso Sekiguchi, Clóvis Cavalcanti, Dália Maimon, Darrell Posey, Elson Pires, Franz Brüseke, Geraldo Rohde, Guilherme Mammana, Héctor Leis, Henri Acselrad, Josemar Medeiros, José Luis D'Amato, Maria Lúcia Leonardi, Maurício Tolmasquim, Oswaldo Sevá Filho, Paula Stroh, Paulo Freire, Peter May, Regina Diniz, Antônio Rocha Magalhães. **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

CONNECTED SMART CITIES. **Resultado 2017**. Disponível em: <http://www.connectedsmartcities.com.br/resultado-2017/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

CRESTANI, A. M. Z. As faces (in)visíveis da regeneração urbana: rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 179-200, Mai 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100179&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3308>.

CURITIBA. **Revisão do Plano Diretor**: Lei 14. 771/2015. Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2015/00175701.pdf>> Acesso em: 05 dez 2016

CURITIBA. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/em-tres-anos-curitiba-ganhou-tres-vezes-mais-areas-verdes-que-em-duas-decadas/39606>> acesso em 08/02/2017.

DEMO, P. **Cuidado Metodológico: signo crucial da qualidade**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002.

MAIL ONLINE. **Remarkable photographs of Canary Wharf show how busy financial centre was once a thriving port taking in sugar, rum and elephants**. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2325399/Canary-Wharf-How-busy-financial-centre-thriving-port-taking-sugar-rum-elephants.html#ixzz50g82c0T9> Acesso em: 29 nov. 2017.

EXTRA O GLOBO. **Conheça cantinhos do Rio que mais parecem cenário de 'Velho Chico'**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/conheca-cantinhos-do-rio-que-mais-parecem-cenario-de-velho-chico-18904157.html>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **SMH 2016**: Remoções no rio de janeiro olímpico. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015. 124 p.

FONTENELLE, M. XV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2006, Manaus. **DIREITO À MORADIA EM ÁREA URBANA**. Manaus: Conpedi, 2007. 17 p. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/campos/miriam_fontenelle.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FLORIANI, D.; BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D.; TEIXEIRA, C.; MENDONÇA, F. de A.; LIMA, J. E. J.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; KNECHTEL, M. R.; LANA, P. C. Construção interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. In: **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Cap 11, PP. 342- 374. (2011).

FOLHA DE SÃO PAULO. **APCA Arquitetura Conjunto Residencial Jardim Edith, vencedor da categoria Urbanidade.** Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/21290-apca-arquitetura#foto-344398>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FREEMAN, L. Displacement and gentrification in England and Wales: A quasi-experimental approach. **Urban Studies**. Ago 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/280599533_Displacement_and_gentrification_in_England_and_Wales_A_quasi-experimental_approach Acesso em 08mar17

FREEMAN, L. Displacement or Succession? **Urban Affairs Review**. Vol 40, Issue 4, pp. 463 - 491 First published date: August-18-2016 Acesso em: 08mar.17

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p.341-354, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3200>. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net/edicao/32>>. Acesso em: 08 set. 2017

GALSTER, G.; PEACOCK, S. (1986) Urban gentrification: evaluating alternative indicators, **Social Indicators Research**, 18, pp. 321±337.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

GODOY, A. M. G. Padrão de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Textos para discussão, Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá, n.50, 2000.

GO THAMIST. **Inside Empire Stores, The Newly-Renovated Civil War-Era Warehouse In Brooklyn.** Disponível em: http://gothamist.com/2016/12/02/photos_empire_stores_dumbo.php#photo-1 Acesso em: 19 fev. 2018.

GOULD, A. K.; LEWIS, L. T. **Green gentrification: urban sustainability and the struggle for environmental justice**. Nova Iorque: Routledge, 2017. 217 p.

GUIMARÃES, R. & FONTOURA, Y. S.R. Rio + 20 ou Rio – 20. Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo. V. XV. No 3. Set.-Dez. 2012, p. 19-39. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003

HAASE, et al. Greening cities – To be socially inclusive? About the alleged paradox of society and ecology in cities. **Habitat International**, [S.L], v. 64, p. 41-48, jun. 2017.

HAMNETT, C. The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification. **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.173-189, 1991. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/622612>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/622612?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 set. 2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 349p., ISBN 8515006790.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 29, p.73-89, dez. 2012. ISSN 226-3706. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18497>> . Acesso em: 06 jul. 2017.

IBGE. **Resultados do Censo 1991**. Disponível em <<https://loja.ibge.gov.br/populacao/universo/censo-demografico-1991-agregados-de-setores-censitarios-resultado-do-universo-brasil.html>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.

_____. **Resultados do Censo 2000**. Disponível em <<https://loja.ibge.gov.br/populacao/universo/censo-demografico-2000-agregados-de-setores-censitarios-resultados-do-universo-brasil.html>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.

_____. **Resultados do Censo 2010**. Disponível em <http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/> Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.

IPPUC. **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba**. Site oficial. Disponível em <www.ippuc.org.br>. Acesso em fevereiro de 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2014. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades \(1\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20(1).pdf)>. Acesso em: 08 out. 2017

LAURIANO, W. **GENTRIFICAÇÃO: Estratégias de enobrecimento do solo urbano. Dos tijolos de barro no subúrbio paulistano aos blocos de Brasília**. 2013. 152 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LEES, L; SLATER, T; WYLY, E. **Gentrification**. Nova Iorque: Routledge, 2008. 305p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. São Paulo: Vozes, 2009.

Lima, C. de A. Configuração urbana e o sistema BRT de Curitiba – Brasil. In **Anais do VII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo** (s. p.). Barcelona: VIISIU. 2015.

LIMA, C. de A. **Ocupação urbana em área de mananciais: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana**. Curitiba: Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE, 419p. Universidade Federal do Paraná, 2000.

LIMA, C. A.; MENDONÇA, F. Planejamento urbano-regional e crise ambiental: Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n.1, p. 135-143, 2001.

LIMA, Cristina de Araújo. Considerações sobre ocupações irregulares e parcelamento urbano em áreas de mananciais da região metropolitana de Curitiba-PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 97-114, jan./jun. 2001. Editora da UFPR.

LIMA, Cristina de Araújo. A. Multiespacialidades metropolitanas e construção do lugar social- rumos para a sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e sustentabilidade**, n. 9, p. 39-56. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

LONGE e PERTO. **Museu do Amanhã - Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.longeeperto.com/o-que-fazer/museu-do-amanha-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 29 nov.2017.

MARTINS, M. L. R. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estud. av.**, São Paulo , v. 25, n. 71, p. 59-72, Apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100005>.

MAY, P. Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. p. 235-255. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

MENDES, L. F. G. AS NOVAS FRONTEIRAS DA GENTRIFICAÇÃO NA TEORIA URBANA CRÍTICA. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 12, n. 20, p.207-253, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3853/3520>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MENDONÇA, F. Aspectos da problemática socioambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da capital ecológica. **GEOUSP-Espaço e tempo**, n. 12, p. 179-188, 2002.

MENDONÇA, F. (Org.) **Impactos socioambientais urbanos**. 1 ed. Curitiba: UFPR, 2004. 330 p.

MENDOZA, J. Félix. La gentrificación en los estudios urbanos: una exploración sobre la producción académica de las ciudades. **Cadernos MetrÓpole.**, [S.l.], v. 18, n. 37, p. 697-719, out. 2016. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2016-3704/20893>>. Acesso em: 14 set. 2017.

MORAES, Camila Maria dos Santos. **FAVELAS ECOLÓGICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA FAVELA TURÍSTICA**. 2017. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Política e Bens Culturais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18364>>. Acesso em: 09 set. 2017.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: **Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura**, s/d. Disponível em: <https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGwSua2hsSmNaVUNiZjQ>. Acesso em: 28 out. 2015.

NOBRE, E. A. C. (2003). Intervenções urbanas em Salvador: turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: **X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Anais**. Belo Horizonte, Anpur. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/nobre_intervencoes_urbanas_salvador.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i25p214-231>

NOBRE, E. A. C. Políticas urbanas para o centro de São Paulo: renovação ou reabilitação? Avaliação das propostas da prefeitura do município de São Paulo de 1970 a 2004. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, n. 25, p. 214-231, June 2009. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43617>>. Acesso em: 10 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i25p214-231>.

ONU-HABITAT Conferencia de las Naciones Unidas sobre la Vivienda y el Desarrollo Urbano Sostenible - **Hábitat III**, 2016, Quito. Disponível em: <<https://habitat3.org/the-new-urban-agenda>> acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos**. Disponível em: <<https://www2.habitat3.org/bitcache/907f3c56d3ad27a3daeeb677c660545a00c69d6b?vid=591158&disposition=inline&op=view>> Acesso em: 30 nov. 2016.

Pedron, M. **A experiência dos turistas nos parques de Curitiba-PR**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 2013. Acesso em: 15 jan. 2018.

PEREIRA, P. A transformação da zona ribeirinha oriental de Lisboa: um caso de gentrificação por nova construção. **EURE** (Santiago), Santiago, v. 43, n. 130, p. 47-71, set. 2017. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612017000300047&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612017000300047>.

PIERRI, N. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: FOLADORI, G. & PIERRI, N. **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre desarrollo sustentable**. México: H. Cámara de Diputados; Universidad de Zacatecas; Miguel Ángel Porrúa, 2005, p. 27-81. Disponível em: <https://diversidadlocal.files.wordpress.com/2012/09/desacuerdos-sobre-el-desarrollo-sustentable.pdf>

PORTO MARAVILHA. **Apresentação geral - Porto Maravilha**. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>.

PORTO, M. F. S., ROCHA, D. F., FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(10): p. 4071-4080, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n10/1413-8123-csc-19-10-4071.pdf>>.

RIBEIRO, D. de A. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de gentrificação no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador – BA. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p.461-486, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3200>. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net/edicao/32>>. Acesso em: 08 set. 2017.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49,

jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf> acesso em: 10/03/18

Silva, A. C. C. L. **Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro**. 2016. 109f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Defesa: Niterói, 2016. Disponível em: < www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/3826/1 > Acesso em 10 set. 2017

SILVA, H. M. B. Apresentação. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 07-19

SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. 2012. 258f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 25/05/2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/28377>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SIQUEIRA, M. T. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p.391-416, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3200>. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net/edicao/32>>. Acesso em: 08 set. 2017.

SMITH, N. **THE NEW URBAN FRONTIER: Gentrification and the revanchist city**. Londres: Routledge, 1996. 290 p.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana local. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-88.

SMITH, N. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 21, p. 15-31. Ago. 2007. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688>>. Acesso em: 09 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046>.

STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos sobre a in(sustentabilidade do(no) espaço urbano. In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** n. 4, maio 2010, p. 9-32. Disponível em:

http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/MARQUES_TORRES_Refl ex oes%20sobre%20a%20hiperperiferia.pdf. Acesso em 28/10/2015.

TORRES, P. H. C. Gentrificação verde: novos debates, abordagens e agendas de luta na cidade contemporânea. **Revista e-Metropolis**, Cidade, n. 31, p. 63-65, dez. 201. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/239?name=gentrificacao-verde>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

ULTRAMARI, C; DUARTE, F. ESVAZIAMENTO DEMOGRÁFICO E PERMANÊNCIA DE CENTRALIDADES. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** . Caxambu: Abep, 2007. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1625>>. Acesso em: 07 set. 2017.

ULTRAMARI, C.; FIRKOWSKI, O. L. Sobre mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira. **Revista Mercator**, v. 11, n. 24, p. 73-88, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/issue/view/M24> . Acesso em: 15 ago. 2016

VIEIRA, P. F. (Org.). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

UOL VIAGEM. **Convento do Carmo renasce como hotel de luxo no centro histórico de Salvador**. Disponível em: <https://viagem.uol.com.br/album/convento_carmo_album.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.